

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO NORTE



VOLUMES: LXV - LXVI - LXVII

1973 - 1974 - 1975

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO NORTE



VOLUMES: LXV - LXVI - LXVII

1973 · 1974 · 1975

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

— Fundado em 29 de março de 1902 —

A mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte

Diretoria e Comissões Permanentes

— De 29-03-1973 a 29-03-1975 —

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich

1º Vice-presidente: Des. Antonio Soares de Araújo

2º Vice-presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo

1º Secretário: Dr. Mariano Coelho

2º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Escritor Antonio Antidio de Azevedo

Orador: Historiador Luís da Câmara Cascudo

Vice-orador: Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro-Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos
de Vasconcelos

Diretor-Adjunto: Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva

Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho

Des. João Vicente da Costa

COMISSÃO DE ESTATUTOS E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo

Tarcísio da Natividade Medeiros

Boanerges J. Soares de Araújo

UMA RETIFICAÇÃO OPORTUNA

Por equívoco da Redação, na Revista anterior (vols. LXIII—LXIV—anos 1971/1972), constaram, como integrantes da Diretoria do I.H.G.R.G.N. (de 29-03-1971 a 29-03-1973), os nomes dos ilustrados confrades: Des. Silvino Bezerra Neto — 2º Vice-Presidente, em vez de Escritor Rodrigues de Melo; Escritor Manoel Rodrigues de Melo — 1º Secretário, em vez de Dr. Mariano Coelho; Prof. Manoel Jácome de Lima — 2º Secretário, em vez de Escritor Minervino Wanderley de Siqueira; e Dr. Rômulo Chaves Wanderley — Secretário-Adjunto, em vez de Escritor Antonio Antidio de Azevêdo.

Os nomes dos demais membros da Diretoria estão nos seus devidos cargos.

S U M Á R I O

PRELIMINARMENTE	11
As Notas do Imperador	13
Adendo à Comunicação	19
Nota Explicativa	20
Introdução a Um Livro que Não Foi Publicado	25
Reminiscências de Tempos Gloriosos	41
O Gargalheira	59
Viajando Uma Geografia Sentimental	61
Freguesia de Pau dos Ferros	65
A Descoberta das Minas de Prata do Muribeca	89
C N R G Homenageia Câmara Cascudo	99
Henrique Castriciano, Prosador	101
Um Elogio que Não Foi Feito	105
Congresso de História da Independência do Brasil	113
“Ser Noivo é Ser Ditoso”, Tu Me Dizes.....	121
A Lenda dos Três Reis Magos	133
O Mosqueteiro Potiguar: José da Penha, Uma Glória de Angicos	139
Evocando Henrique Castriciano (*)	145
A Palavra de Um Sócio Efetivo	155
A Respeito de Rodolfo Garcia (x)	161
Resumo das Atividades do I.H.G.R.N.	165
Relatório da Presidência	167
Síntese Histórica da Educação do Rio Grande do Norte	173
NECROLÓGIOS	195

Esta Revista compreende e reúne os volumes LXV, LXVI e LXVII — anos de 1973 — 1974 — 1975.

Temos, nas páginas seguintes, colaborações, entre outras as dos confrades M. Rodrigues de Melo, Carlos Tavares de Lyra, Manoel Jácome de Lima, Tarcísio da Natividade Me-deiros, R. Argentière, Francisco Amorim, Gumercindo Sarai-va, Raimundo Nonato da Silva, José Melquíades de Macêdo, Dioclécio Dantas Duarte (falecido em 22-12-75), Israel Nazare-no, uma nossa, além de duas contribuições desta Presidência, como resultado de trabalhos conjuntos de sócios, por nós lidos e apresentados. Um no Primeiro Congresso de His-tória da Independência do Brasil (de 24 de agosto a 6 de se-tembro 1972), no Rio e São Paulo; e outro, no Congresso de História do Segundo Reinado, comemorativo do sesquicente-nário de nascimento de Dom Pedro II, que se realizou também no Rio de Janeiro, entre 24 de novembro a 2 de dezembro de 1975. Os citados escritos, em forma de comunicação de senti-do histórico, foram aprovados, por unanimidade, em ambos os congressos, para o júbilo dos que integram esta respeitável instituição cultural — a mais antiga do gênero no Rio Grande do Norte.

Inserimos também nesta Revista dois importantes de-poimentos. É que os historiadores Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon, confrades insígnies, atendendo à nossa soli-citação pessoal, em 4 de maio de 1973, falaram (e nós grava-mos) sobre Rodolfo Garcia, pesquisador de primeira linha, justamente para o centenário de seu nascimento, que comemo-ramos a 25 desse mesmo mês e ano, tendo sido o orador da magna solenidade o eminente mestre e consócio Paulo Pi-nheiro de Viveiros, cuja conferência, aliás, já fora publicada em "Tempo Universitário" — vol. 1º — nº 1, jan/jun — 1976, págs. 27/38.

Esta publicação, portanto, mais uma vez, traduz o es-forço sempre renovado desta Presidência, que conta com o apoio incondicional e necessário, sobretudo de todos os ilustra-dos confrades, dignificando as iniciativas da inteligência, nu-ma terra tão sedimentada e rica em valores culturais, herança maior do nosso passado histórico, onde despontam Ferreira

Nobre, Tavares de Lyra, Tobias Monteiro, Rodolfo Garcia, Luiz Fernandes, Nestor Lima, Amaro Cavalcanti, Nisia Floresta, Auta de Souza, Henrique Castriciano, Alberto Maranhão, José Moreira Brandão Castelo Branco, José Augusto, e tantos outros vultos de nossas letras, engrandecendo e projetando o Rio Grande do Norte pelo Brasil afora, e cuja mensagem cultural, suprema, consagradora e definitiva, na contemporaneidade, é sintetizada em Luís da Câmara Cascudo, orador oficial e Sócio Benemérito deste tradicional Templo de Cultura.

E nestes rápidos comentários, não nos esqueçamos, jamais, do Egrégio CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, que fora o responsável direto pela edição de mais um número de nossa Revista, com a ajuda financeira que consignou no exercício transato. Registramos, desta forma, o sincero agradecimento aos dignos membros daquele alto colegiado do Ministério da Educação e Cultura.

Por outro lado, aos integrantes da Comissão de Estatutos e Redação da Revista, constituída pelos caros consócios Luís da Câmara Cascudo, Boanerges Januário Soares de Araujo e Tarcisio da Natividade Medeiros, fica a nossa palavra de gratidão e reconhecimento.

Quanto às atas — repetimos — é nosso propósito publicá-las em volume próprio, ensejando, assim, a pesquisa, com mais amplitude, por parte dos amantes da História, como fonte preciosa de dados e informações da época.

Afinal, não será exagero dizer-se que, com a obstinação, o amor, o estímulo, o aplauso e a crítica até, estamos também construindo, pedra sobre pedra, na rocha, como nos lembra a imagem bíblica, o edifício grandioso e útil, no presente, para o porvir, da História norte-rio-grandense.

Natal, 29 de Março de 1978

— 76º aniversário de fundação do I.H.G.R.G.N.

Enélio Lima Petrovich

— Presidente —

AS NOTAS DO IMPERADOR

No Brasil, a República proclamou a canonização cívica do Imperador que depuzera. O Povo conservara a presença austera e grave do Soberano, sem anedotas, sem pi-lhérias, sem vícios lícitos, sem virtudes ásperas, distante, se-vero, naturalmente majestático. Nenhuma outra populari-dade sobrepõe-se à figura do velho Dom Pedro II, sem mo-cidade, sem alegrias tropicais, sem continuidade, na Corte, com o temperamento nacional, esfusiante, “derramado”, jo-vial. Quando ele faleceu, em Paris, depois de 750 dias de exílio, os estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro cer-ram suas portas, os comentários são pesarosos, sussurrados com bastante contrição. Não desejam que ele volte, mas la-mentam que haja partido.

Criança sem família, rapaz sem amores, homem sem confidentes, constituia uma serena exceção na preamar dos contágios sociais. O Visconde de Taunay informa:

“São Cristóvão foi sempre um paço triste e se-vero. Não a morada da alegria, mas o claustro do dever sereno e vigilante. Jamais nele ecoaram o estrondo das festas e as aclamações de pomposas recepções... Nunca teve o Monarca americano conselheiros íntimos; nunca se deixou dominar por arrastamentos de coração. Se sen-tiu afeições, jamais lhes deu direito de ultrapas-sarem certos limites bem restritos”.

Era tradição sua fisionomia sizuda em São Cristóvão ou Paço da Cidade, intuitivamente afastando as intimidades tão brasileiras. Uma quadrilha popular fixara tão completamente sua mentalidade que, decorando-a, escreveu-a, entre aspas, num livrinho de notas:

**Mais sabe o que menos fala,
Muito diz quem não diz tudo;
O mais discreto precisa
Às vezes fingir-se mudo.**

Melhor ouvia que opinava. Nenhuma admiração pela loquacidade, pela conversa gesticulante, pelo riso estridente ou pelo gesto demasiado familiar. Essa distância não incluía orgulhosa imponência aristocrática, porém exteriorizava, fielmente, a sensibilidade do Bragança que era mais Habsburgo. Mesmo uma “liberdade” infantil magoava-o. Compreensivo, benévolo para o banal-humano, generoso e apiedado de todos, retraía-se ao contato nivelador das admirações exuberantes. Homem de raros abraços, dificilmente admitir-se-ia Dom Pedro II publicamente cortesão e “confiado”. Nas derradeiras horas antes de sua viagem para o desterro, um jornal noticiou que o Almirante Barão de Jaceguai convencera-o a partir, e no calor da persuasão, segurara-o por ambos os ombros. Logo Jaceguai veio a público desmentir o gesto, demasiado expressivo para que fosse verídico. “O Imperador jamais permitiria tal mímica”.

Almino Afonso, no regime republicano, fogoso Senador pelo Rio Grande do Norte, indignara-se em novembro de 1880, vendo o côche imperial, que acompanhava vazio o féretro do Visconde do Rio Branco. Ignorava ser puro cerimonial antigo nas Casas Reais européias. Almino esbravejára:

Alas, alas! Respeitoso,
O povo sente uns abalos...
Abre-se o carro glorioso...
Vazio... Só traz cavalos!

E investivando o Imperador, pergunta:

De quem serás tu amigo?
A quem sagra teu amor?
Sente o povo, e diz consigo:
— A quem ama o Imperador?

No último dia de 1861, escreveu Dom Pedro II:

“Não tenho tido, nem tenho válidos, caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito, sobretudo quanto a válidas. Dizem que por

esse nímio escrúpulo não poderei criar amigos; melhor, não os terei falsos quando os haja grandeado”.

Teria entre os eleitos selecionados, o Visconde de Bom Retiro, a quem o jornalista Joaquim Serra dedicara um epigrama francês, na adaptação carioca.

- “— Bom Retiro?
— Meu Senhor!
— Que horas são?
— As que Vossa Majestade quiser!”

A fisionomia imperial possuiria dimensões diversas para cada observador, político nacional ou estrangeiro diplomata. Unicamente uma confissão pessoal revelaria o justo ângulo da perspectiva real, fortuíta e rara.

As horas mais amenas decorriam em divagações literárias, apreciações analíticas sob medição cautelosa. Numa carta íntima é que o Imperador informaria que o helenista maranhense Manuel Odorico Mendes, tradutor de Homero, sabia o grego muito pouco.

A cultura do Imperador, variada e vasta, conquistada na solidão silenciosa dos mudos aposentos de São Cristóvão, encontrava-se oportuna e hábil em qualquer temário suscitado. Dava a impressão de nada ignorar, ajudado pelos muitos idiomas manejados, línguas mortas e sábias: latim, grego, hebraico, sânscrito, e também uma pouca familiar aos letrados contemporâneos, isto é, o tupi-guarani. As ironias miúdas que o seteavam — “Sábio Imperador”, seriam sublimações da subalternidade lamentável dos seus analistas restritivos. A veneração dos europeus cultos pelo Monarca brasileiro não pertencia às exigências bajulatórias com que os Soberanos eram recepcionados. Qual seria o que ousasse o confronto, entre 1850 e 1891? Prioridade evidente.

Oitenta e quatro anos depois de sua morte, Dom Pedro II é uma permanente cultural no Brasil, seduzindo pesquisadores e intérpretes mais ou menos felizes. Para o Povo, des-

de os mais longínquos sertões, continua ímpar, superior, etimologicamente "incomparável", citado com respeito e carinho, o Velho Imperador!

Justamente quando o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO realiza uma impressionante comemoração aspíce PETRO SECUNDO, verdadeira atualização revisora das homenagens anteriores, documentários do "magnânimo", inesquecido e louvado pelas gerações que não o viram, cremos oportuna e lógica a divulgação de suas breves, rápidas, às vezes enigmáticas anotações deixadas nas quarenta e três (43) cadernetas, existentes no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis.

Pelo feitio discreto, retraído, introvertido relativamente, do Imperador, suas NOTAS mais simples, aparentemente desprovidas de interesse futuro, assumem o aspecto de depoimentos do estado-de-espírito de quem as escrevia, bem acima, possivelmente, da importância do assunto registrado. O leve rabisco registrador, despertando a memória para o episódio integral, já revelaria uma motivação da imperial atenção, cautelosa em evitar o olvido. A escrita, tantas vezes difícil, do Imperador, quase transformaria em cifra a intenção anotadora. O antigo sinônimo de "Lembrete" autorizava a valorização do período, guardando e defendendo a evocação, candidata ao futuro tráfego verbal.

Destacamos a importância dessas NOTAS atendendo ao espírito reservado, discreto, desconfiado, mesmo suspicaz, do Senhor Dom Pedro II. Sua educação infantil determinaria a preferência pelas notas-aos-fatos, como se habituou, durante toda a sua existência de leitor assíduo, às notas marginais nos livros que lia. A insistência pela relativa solidão de sua infância empresta a credencial da preferência às NOTAS, expressivas e mínimas.

Múcio Teixeira (1857-1928), mais de três anos residindo no torreão-norte, do Palácio de São Cristóvão, reafirma a tradição melancólica do isolamento do menino-Imperador, órfão

e protegido como relíquia, com cuidados e reservas ao culto devocional dos vassallos. Eis o que declara, alto e bom som:

“A infância de Dom Pedro II ficou sepultada sob as severas arcarias claustrais de um frio palácio povoado pelas sombras de Imperadores mortos... e parecia mais triste, como que amortalhada na escura batina de um frade (Frei Pedro de Santa Mariana — 1782-1864) a quem nomeou Bispo de Chrysópolis, que as conveniências políticas e as razões de Estado escolheram para educá-lo. O frade era virtuoso e ilustrado, mas frio e imperturbável, severo e duro como todos os mestres daquele tempo, em que a escola ainda era uma jaula e os colegiais uns assustados prisioneiros. O triste menino via-se dia e noite metido naquele enorme casarão, onde não pipilavam vozes femininas nem vibravam risadas infantís, sempre cercado de homens ilustres, mas circunspectos, metidos numa farda verde com botões doirados, muito cerimoniaes e atentos, sem arredar um passo do terreno das conveniências protocolares, presos à carga dos seus elevados cargos palatinos. Pobre criança!.. para qualquer lado que se voltasse, não via um lindo rosto de mulher ou de crianças da sua idade...”

Um tanto de exagêro romântico do poeta gaúcho. O Imperador teve companheiros para jogos meninis, mas sob fiscalização ininterrupta e total. Proíbiam-no, na verdade, como aos meninos das classes fidalgas ou “bem-nascidas”, as liberdades físicas da corrida, subida às árvores, corpo-a-corpo, saltar uma vedação murada, saborear uma fruta proibida, banho espontâneo n’água corrente.

Enfim, há uma documentação diluvial sobre Dom Pedro II, amante de Livros, de Leituras longas, de autodidatismo, de observação em distância e, com muito parcimoniosa

experiência, no complexo funcional do sexto mandamento da Lei de Deus. Mesmo assim, aos trinta e seis anos, confessou:

“Viveria inteiramente tranqüilo em minha consciência se o meu coração já fôsse um pouco mais velho do que eu.”

É uma discreta ondulação no velário recatador dos segredos-a-dois.

Por tudo isso, chegamos à seguinte conclusão:

As cadernetas que o Museu Imperial de Petrópolis custodia, em defensiva guarda, confiada às atenções minuciosas de uma legítima dinastia de diretores e funcionários dignos de todo louvor, exige e merece uma circulação literal, na autenticidade meticulosa da reprodução impressa, suficientemente anotada para a identificação esclarecedora, apresentando-se em feição gráfica dignamente elegante e modesta, dando uniformidade merecedora de um Documentário Pessoal do Imperador, viajante ou conviva de estadistas, escritores e sábios de renome.

Insistimos, pois, na teimosa timidez dos sinceros e dos convencidos, pela necessidade cultural de editar-se o quanto exista nos imperiais cadernos, reeditando as viagens pelas Províncias Brasileiras, e o monumental DIÁRIO de 1862, esplendor autêntico do “apogeu do Império”, tão bem anotado pelo sempre lembrado historiador Hélio Viana.

Esta é a comunicação, em forma de apelo, que registramos, como participantes do CONGRESSO DE HISTÓRIA DO SEGUNDO REINADO.

Natal (RN), novembro de 1975

Enélio Lima Petrovich

— Presidente do I.H.G.R.G.N. —

ADENDO À COMUNICAÇÃO:

O assunto das cadernetas do Imperador permite, nesta feliz e rara oportunidade, também participar ao Egrégio INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO que Ele tanto amou, o seguinte:

I — O eminente historiador Tobias Monteiro possuía um valioso documentário sobre o Segundo Reinado, ficando, após a sua morte, em mãos do ilustre sobrinho, Dr. Aristides Monteiro. Este, por sua livre e espontânea vontade, achou de doar grande parte do arquivo particular do insigne conterrâneo ao nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte;

II — Manuseando, assim, essa preciosa documentação, que compreende cartas, anotações, etc., encontramos várias cartas do Imperador Dom Pedro II escritas ao Duque de Caxias, Presidente do Conselho de Ministros — 26º Gabinete, de 25-06-1875 a 5-01-1878, e, também, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, e ainda Visconde do Uruguay;

III — Evidentemente, com a aquiescência da Diretoria do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do qual somos presidente, e considerando a magna importância do Congresso de História do Segundo Reinado, resolvemos incluir à presente comunicação, quatro documentos assinados pelo Imperador Dom Pedro II, isto é, dois expedientes dirigidos ao Duque de Caxias, e dois ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na convicção de que, não só publicando-se os anais do Congresso, os mesmos serão registrados, como, sobretudo, passando a constar, cada um desses originais, no acervo valioso do conspícuo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há de ser evidenciada a DOAÇÃO feita pela Casa da Memória Norte-rio-grandense, durante a realização do citado Congresso.

Natal (RN) — novembro de 1975

Enélio Lima Petrovich

NOTA EXPLICATIVA

O presente trabalho foi sugerido por uma comissão constituída pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich, 2º vice-presidente, Dr. Manoel Rodrigues de Melo, e pelo orador oficial, Historiador Luís da Câmara Cascudo, sendo este último incumbido de elaborar o citado estudo, apresentado e lido primeiro, no Congresso de História, do Segundo Reinado, comemorativo do Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II, no Rio de Janeiro (de 24 de novembro a 2 de dezembro de 1975).

Essa valiosa contribuição histórica — “As Notas do Imperador” — fôra aprovada, por unanimidade, pela Comissão de História Social, sob a presidência do Historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, com proposta de inserção nos Anais do Congresso em tela.

M^r Caries

Recevant Assis et exam
On Apremier - Arrivés en
Le Jour; Nos nos cent je
est fait - o. Ate Agon per -
Migle mi-informe de L'af
amir le esse, examés.

D. D. D. D.

Le 3 de Octobre 1875

Senhor Caxias

erao honravel no Aviz
ao Corpo diplomatico. Depois
de parte de minha filha falle-
rei nisso.

Creis que de um sabado. Se
nos fuder, Avisarei pelo telegra-
fo. O despatch sera depois de
Audienca, que diga a seu Colley
de Imperio, ou a secretario d'ella
que Annuncie p' sabado a
ordem. Vejor de isto em
S. Christovão de 6/2

Ji respondi a seu telegramma
deus queira que vende a orden
sem algum reserco. Tenho de
to modo d'uma genia.



Petro de Albuquerque 1815

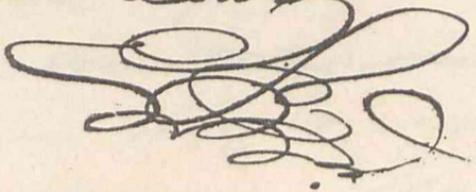
Sr. Paulino

Mande-me pelo ordonnance, que esta minha
Carta lhe entregor ahi de 3 de Dezembro de 1841.

L. Pedro 2º

Confessões

Manda-se dar impetore de morte por sequestro,
depois de se fazer a confissão, que terá de se fazer
com o juiz de fora e de maior.

~~_____~~
D. João P.
L. João P.


INTRODUÇÃO A UM LIVRO QUE NÃO FOI PUBLICADO

M. RODRIGUES DE MELO
(Sócio Efetivo)

O crítico e ensaísta Esmeraldo Siqueira costuma dizer que a história da literatura no Rio Grande do Norte se resume à cidade de Natal.

Em que pesem a admiração e a simpatia que temos pelo brilhante escritor norte-riogandense, mantemos ponto de vista inteiramente diferente do seu.

Natal é, sem sombra de dúvida, a cabeça pensante do Rio Grande do Norte, já porque é a capital do Estado, o centro de maior densidade populacional, a sede do Governo, englobando os três Poderes, já porque é concomitantemente a sede do Arcebispado, da Universidade, das Forças Armadas, da Imprensa, da Rádio Difusão, do Instituto Histórico, das Academias de Letras e de várias outras instituições disseminadoras e divulgadoras da cultura norte-riograndense.

Isto, porém, não invalida nem desmerece o esforço pioneiro das populações sertanejas espalhadas por todo o território do Estado.

Cidades como Assu, Mossoró, Macau, Caicó, Ceará-Mirim, Currais Novos, São José de Mipibu têm, além de outras, seu lugar destacado na história da Imprensa, e, portanto, da literatura potiguar.

Atente-se para o esquecimento em que viveram essas cidades ao longo do tempo, e ver-se-á quanto foi grande o esforço daquelas populações, lutando contra os fatores climáticos, contra a politicagem, contra o analfabetismo, contra a pobreza, contra todos os elementos de negação do homem e da própria natureza.

Os estudiosos da matéria vão buscar os elementos para formação do patrimônio literário do povo brasileiro.

Quando Graciliano Ramos quiz organizar uma coletânea de contos de autores nacionais, constituída de nomes representativos dos Estados do Norte-Nordeste do Brasil, serviu-se dessas coleções para fundamentar o seu trabalho. E fez mais: escreveu a várias instituições de letras dos Estados solicitando colaboração no selecionamento das obras e dos autores.

A obra de Machado de Assis, por exemplo, foi levantada, em grande parte, dos jornais e revistas em que o mestre colaborou, no Rio de Janeiro.

Gilberto Freyre, escrevendo, há poucos dias, no Brasil *Açucareiro*, (Ano XLI, Vol. LXXII, N.º 2, agosto de 1973, pgs. 11/16), salientava o papel que desempenham as revistas de cultura, antecipadoras do livro, em qualquer ramo da cultura nacional e universal.

Por que, então, desprezar as coleções de jornais e revistas do Rio Grande do Norte, onde há tanta coisa preciosa sobre a literatura do Estado? Será que somos mais ricos do que os demais Estados da Federação?

Tentando agora estudar a vida de Vivaldo Pereira de Araújo, através da sua obra, seguimos o mesmo processo em que se arrimam os estudiosos da vida e da obra dos grandes escritores brasileiros: fomos às fontes, isto é, às coleções de jornais e revistas em que colaborou, talvez sem nunca pressentir que seria um dia objeto de interesse e curiosidade por parte dos estudiosos de sua obra.

I I

Vivaldo Pereira de Araújo nasceu no sítio São Roque, do Município de Currais-Novos, no dia 14 de janeiro de 1886.

Era filho do casal Vivaldo Pereira de Araújo e Maria Quitéria da Silveira Borges. Descendia, assim, de duas im-

portantes famílias do Rio Grande do Norte: da Pereira de Araújo, ramificação do Capitão-Mór Galvão, fundador de Currais-Novos; e da Silveira Borges, que vai buscar as suas raízes norte-riograndenses no patriarca Manoel da Silveira Borges, senhor da Casa Grande da Conceição do Silveira, no Município de Santana do Matos.

Este Manoel da Silveira Borges, avô materno de Vivaldo, casou-se duas vezes: a primeira, com Maria Deolinda da Silveira Borges, da qual houve os seguintes filhos: Naninha, Honória, Glicéria, Generosa, Dona, Joventino, Juvino e João Celso; a segunda, com Maria Quitéria Barbalho Bezerra da Silveira Borges, da qual houve os seguintes filhos: Manoel da Silveira Borges, (filho), Antônio da Silveira Borges, José Maria da Silveira Borges, Elias da Silveira Borges, Joaquim da Silveira Borges, Maria Inácia da Silveira Borges, Sofia Serena da Silveira Borges, Maria Quitéria da Silveira Borges, Ana Amélia da Silveira Borges e Celestina Filomena da Silveira Borges.

No seio desse velho tronco norte-rio-grandense dos Silveira Borges nasceu, viveu e prosperou Vivaldo Pereira de Araújo, ao lado dos seus irmãos Elias Enoch Pereira de Araújo, Manoel Pereira de Araújo, (Santa Rosa), Tomás Silveira de Araújo e Maria Salomé Pereira de Araújo.

Filho de Vivaldo Pereira de Araújo com Maria Quitéria da Silveira Borges, Vivaldo era neto paterno de Tomás Pereira de Araújo e de Rita Regina de Araújo.

Vê-se, assim, que Vivaldo Pereira de Araújo, o nosso biografado embebia as suas origens antropológicas nos mais importantes troncos da família norte-rio-grandense.

Descendente de fazendeiros, agricultores, comerciantes, orientaria a sua vida dentro desses padrões profissionais, sendo, ao longo do tempo, caixeiro de loja, comerciante, agricultor e fazendeiro como os seus ancestrais.

O pai faleceu muito cedo, deixando viúva dona Maria Quitéria da Silveira Borges, com cinco filhos menores. Eram eles, Vivaldo, Elias Enoch, Manoel, (Santa Rosa), Tomás e Salomé.

No mesmo ano, a revista "Oasis" publicava um pensamento de sua autoria, em que dizia: "O homem sem liberdade é um corpo imoto exposto às tempestades do infortúnio", mas não mencionava o lugar de onde escrevia o autor. É possível que ainda estivesse em Santana do Matos.

Em 1904, publica outro soneto nas páginas de "Oasis", sem indicação do lugar onde reside.

Tudo faz crer que neste ano já estivesse em Currais Novos, de onde estivera ausente alguns anos. Trata-se do soneto **Minha Mãe**, cuja falta, sentida na ausência do lar materno, recompunha-se agora, de volta ao seio da família, no convívio da mãe e dos irmãos.

Vejamos o soneto:

MINHA MÃE

Gênio augusto do Bem de olímpica paragem,
Contra as trevas letais belígero fanal;
Vosso ensino me eleva ao mundo sideral,
Vossa bênção me dá amor, tino e coragem.
Sem vós eu era um cego errante em tremedal,
Qual plácido batel na rápida voragem,
Implume ave sem ninho à mais tibia folhagem,
Aos ímpetos cruéis de um forte vendaval.

Vós sois o áureo farol de angelical bondade,
Que mostra-me a vereda excelsa da verdade,
Que bane de minhalma o tétrico sofrer;

E neste mundo atroz de horrível trajetória —
— Vós sois Héspero santo a conduzir-me à glória,
Qual febo a iluminar-me a senda do dever.

Fevereiro de 1904.

Em 1905, já está em Currais Novos, onde funda ao lado de Ulisses Telêmaco de Araújo Galvão e Abílio Chacon,

o jornal **A Voz Potiguar**, de grande projeção nos meios intelectuais do Município e do Estado.

É dessa fase grande parte da sua produção jornalística e literária, infelizmente dispersa e talvez perdida nas páginas daquele jornal curraisnovense.

Depois da sua iniciação nas páginas de "Oasis" e da "A Voz Potiguar", por sinal dura fase de sua vida intelectual, em que pôs à prova a sua vocação de polemista, parece que só voltou a escrever na década de 1920, isto mesmo raramente, no "Diário de Natal", da Imprensa Diocesana, e mais tarde, na revista "Ninho das Letras", de Currais Novos, da qual era Redator-Chefe, ao lado do Padre Pedro Paulino. Gilberto da Cunha Pinheiro, Tomás Salustino Gomes de Melo, Tristão Barros, Mariano Coelho, Pedro Pereira de Araújo, Olívia Melo, Sinhá Coelho, Baldômero Chacon e muitos outros.

Fundado o jornal **Tribuna do Norte**, em Natal, passou a escrever frequentemente nesse jornal, debatendo, especialmente, assuntos sociais e econômicos, ao lado de Aluizio Alves, Juvenal Lamartine e alguns outros.

A sua atividade mental não ficou limitada a esses jornais e revistas, nos quais publicou a maior parte da sua produção intelectual.

É certo que escreveu em outros órgãos de imprensa, como **A República**, **Jornal de Natal**, **O Porvir**, **O Galvanópolis**, **Poliantéia de João Celso Filho**, mas de modo episódico, passageiro, não frequente.

Uma boa parte da sua produção intelectual derivou para a oratória, em que era exímio, sendo alguns publicados em jornais e revistas e outros conservados inéditos e agora fazendo parte deste livro.

Voltando a Currais Novos em 1904, emprega-se na firma **Brandão & Irmãos**, compradora de algodão e outras matérias primas da região.

Em 1905, integrando o corpo redacional da **A Voz Potiguar**, a sua liderança já se faz sentir, não só escrevendo em prosa e verso, mas servindo de censor de toda a matéria que chegava à redação.

Em 1907, casa-se civil e religiosamente com Olindina Cortez Pereira, filha da matriarca Maria Senhorinha Dantas Cortez, viúva do capitão Manoel Pegado Dantas Cortez, proprietária do sítio São Luiz, em Currais Novos.

Esta senhora era uma das expressões mais altas da fidalguia sertaneja. Residindo na sua propriedade São Luiz, a poucos passos da estrada geral entre a capital e o sertão, acolhia com presteza e solicitude, quantos por ali passavam, em demanda do litoral ou do sertão.

Na mansão do sítio São Luiz estivera hospedado, em 1900, o Bispo Diocesano Dom Adauto de Miranda Henriques, em visita pastoral ao rebanho da sua Diocese. Juvenal Lamartine de Faria, José Augusto Bezerra de Medeiros e muitos outros políticos de projeção do Império e da República foram hóspedes do capitão Manoel Pegado Dantas Cortez e da sua mulher, D. Maria Senhorinha Dantas Cortez, por alcunha D. Marica Pegado.

O mais alto testemunho da benemerência desse casal e de modo especial da matriarca D. Marica Pegado, senhora de grandes virtudes morais e humanitárias, fomos buscá-lo na palavra do pastor protestante Manoel Tomás de Araújo, que assim se expressou em nota publicada no jornal **A Voz Potiguar**, de 15 de outubro de 1905, sob o título **Amor ao Próximo**. Dizia ele:

“Enlaçada por um sentimento religioso, a Exma. Sra. D. Marica Pegado, residente em sua fazenda São Luiz, à distância de cinco leguas desta Vila, ainda não riscou de sua memória as palavras do Divino Mestre, quando diz: — “Visitai aos enfermos e amai ao próximo como a vós mesmo”. Disto deu ela prova, quando, pelas seis horas da manhã de hoje veio à minha humilde residência visitar as minhas duas filhas, que há vinte dias se acham acometidas de

uma febre inflamatória; porém hoje, graças a Deus, estão em convalescença, não obstante as calúnias de muitos mentirosos que assombravam o público, dizendo estarem elas acometidas de varíola! Tais caluniadores amam mais a mentira do que ao próximo! Onde há caridade não há temor. A digna Sra. supra citada mostrou ter caridade, pois não hesitou em visitar aquelas pessoas caluniadas; e deste modo é hoje testemunha da mentira daqueles que não possuem um só grão de amor à verdade. Ante a Exma. D. Marica Pegado apresentamos a nossa sincera gratidão. Currais Novos, 30 de setembro de 1905. Manoel Tomás de Araújo”.

Foi no seio dessa tradicional família sertaneja que Vivaldo Pereira foi buscar a sua primeira esposa, da qual nasceram os seguintes filhos: Maria do Céu, Estela, Leticia, Gisélia, Eunice, Armando e José, que seria mais tarde Governador do Estado.

Nas pesquisas que realizamos encontramos um anúncio na *A Voz Potiguar*, de 2 de junho de 1907, que diz o seguinte: — “**Flor do Seridó — Estabelecimento Comercial de Araújo & Irmão**”.

O anúncio, como se vê, não faz nenhuma referência aos sócios da firma. Seria de Vivaldo Pereira de Araújo e do seu Tomás Silveira de Araújo?

Tudo indica que sim, pois segundo informações de Joventino Pereira de Araújo, em 1907, Vivaldo Pereira já negociava em um dos quartos do Mercado velho, tendo o seu irmão Tomás Silveira de Araújo como auxiliar de balcão. Conforme o mesmo informante, Elias Enoch Pereira de Araújo, irmão de Vivaldo, negociava também num dos quartos perto da loja de Manoel Aleixo de Maria. Elias Enoch Pereira de Araújo era, em 1905, “hábil tipógrafo” da *A Voz Potiguar*, passando depois a comerciante e proprietário ao lado dos seus irmãos.

Em 1905, lança-se a idéia da fundação de um Clube Literário e Musical pelas colunas da *A Voz Potiguar*. Finalmente, no dia 12 de junho do mesmo ano, têm início as aulas

de música sob a orientação do fotógrafo e músico Enéas Hipólito Dantas que desperta grande interesse nos meios locais.

Vivaldo Pereira e os seus irmãos Elias Enoch, Manoel Pereira de Araújo e Tomás Silveira de Araújo fazem parte desse grupo de aprendizes da bela arte de Mozart.

Quando cheguei em Currais-Novos em 1925, ainda encontrei Manoel Pereira de Araújo (Santa Rosa) tocando clarinete e sendo um dos grandes animadores da Banda de Música local.

Revendo a coleção de **O Batel**, encontramos no dia 30 de agosto de 1914. um anúncio com os seguintes dizeres: "**O Seridó Comercial — Vivaldo Pereira & Irmão — Rua Capitão-Mór Galvão, 15**".

Esta firma, como se vê, substituiu a primitiva razão comercial Araújo & Irmão, funcionando até depois de 1930, quando encerrou as suas atividades para dar lugar a outras iniciativas dos Irmãos Pereira de Araújo.

I I I

Autodidata, Vivaldo Pereira de Araújo aprendeu por si mesmo, iniciando-se como balconista e terminando como comerciante, fazendeiro e agricultor em grande escala.

Se as suas condições tivessem sido outras, teria sido um dos maiores jornalistas da província.

Não obstante as suas múltiplas atividades no comércio, na agricultura e na pecuária, manteve inalterável a sua posição de intelectual, no meio em que viveu, sendo ouvido e solicitado para todos os movimentos de caráter cultural que se realizaram em Currais-Novos, de 1905 até a sua morte.

Viveu, assim, mais de meio século de atividade ininterrupta, no comércio, na agricultura, na pecuária, na imprensa, na tribuna, no teatro, nas mais diversas atividades da sua extraordinária capacidade de trabalho e de luta.

Em 1924, (27-11) perdeu a primeira esposa, D. Olíndina Cortez Pereira, cujo golpe traduziu mais tarde em versos comovidos, nas **Cartas para o céu**, das quais salvou-se apenas uma publicada na revista **Ninho das Letras**, de novembro de 1925 e inserida agora no final deste volume.

Em 1926, casou-se, em segundas núpcias com sua prima D. Rita Pereira de Araújo, filha do Major Benvenuto Pereira de Araújo e D. Ana Isabel de Araújo, já falecida, da qual houve os seguintes filhos: Vivaldo, Fernando, Aluizio, Tarcisio, Benvenuto, Paula Fracinetti, Margarida, Marta Maria e Ana Maria.

Tentando esquematizar a sua figura, diremos que era um homem alto, magro, austero, sisudo, linguagem polida e correta, incapaz de uma leviandade, mantendo sempre distância do linguajar comum de certos homens.

Por isso grangeou fama e respeito entre os seus pares, mantendo, na sua terra, a posição que alcançou até a morte: um homem bom, cheio de virtudes, admirado e estimado por todos.

Acima de tudo, um homem inteligente, virtuoso, trabalhador, amigo da sua terra e da sua gente.

Delegado Escolar, (1915), Correspondente do Banco do Brasil S/A, (1922), Presidente da Intendência, Deputado Estadual, Fundador e Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária de Currais Novos, Vivaldo Pereira revelou, à frente desses cargos, qualidades excepcionais de administrador e homem público.

Quando esteve à frente da Intendência construiu o Mercado Público e remodelou o Grupo Escolar Capitão-Mór Galvão. O primeiro Código de Postura de Currais Novos foi obra da sua inteligência e da sua experiência de administrador.

Na vida intelectual, foi sócio correspondente da Academia Norte-Riograndense de Letras, por indicação de Luís da Câmara Cascudo.

Depois de sua morte, a 8 de agosto de 1955, foi escolhido patrono da Cadeira N. 13, da Academia Potiguar de Letras, ocupada por Antônio Antídio de Azevedo, cujo discurso de posse realizou-se a 15 de abril de 1958.

Este livro, publicado dezoito anos depois de sua morte, é um testemunho da sua família e dos seus amigos.

Aqui está Vivaldo Pereira de corpo inteiro, nos artigos que escreveu e publicou, nos discursos que pronunciou, nos versos que perpetrou, nas polêmicas que manteve, nas cartas que dirigiu aos seus amigos, nos memoriais de que se fez órgão, nos cargos que exerceu, nas múltiplas facetas da sua personalidade de escol.

Relembrando a sua figura e homenageando a sua memória, nenhuma palavra será mais justa e apropriada do que aquelas que ele mesmo pronunciara, à beira do túmulo do patriarca de sua terra, Coronel José Bezerra de Araújo Galvão, em 1926, quando se dirigia, em discurso inflamado às mulheres currais-novenses: —

**“Troianas! Troianas queridas de minha terra!
 “Bem razão tínheis vós chorando amargamente
 “a destruição da nossa Tróia, porque já hoje
 não temos mais o filho de Laomedonte para
 reconstruí-la. A morte, que é infinitamente
 mais poderosa que Aquiles e que abateu Hércules
 de um sopro apenas, — Hércules e Aquiles que foram
 os mais temíveis iconoclastas da cidade lendária —,
 a morte, que é a alavanca incomensurável da força,
 que é o supremo elemento legal da destruição, foi,
 desta vez, quem assaltou, quem venceu e quem des-
 truiu a Tróia querida dos nossos dias”.**

FONTES PARA ESTUDO:**Jornais**

1. A Voz Potiguar — Currais-Novos (1905-1908)
2. O Progresso — Currais Novos (1906-1925)
3. O Batel — Currais Novos (1913-1918)
4. Ninho das Letras — Currais Novos (1925-1927)
5. O Porvir — Currais Novos (1926-1929)
6. O Galvanópolis — Currais Novos (1931-1932)
7. Diário de Natal — Natal (1924-1932)
8. Correio de Moreno — Moreno — Paraíba (1909-1928)
9. Oasis — Natal (1903-1904)
10. Tribuna do Norte — Natal (1950-1955)
11. O Democrata — Natal (1955)
12. Jornal de Natal — Natal (1955)
13. A Cruz — Rio de Janeiro (21.08.1955)
14. A República — Natal (16.05.1937)
15. A Voz do Seridó — Currais Novos (06.09.1953)
16. A Voz do Seridó — Currais Novos (23.11.1953)

Artigos de Jornal

17. Tomás Salustino Gomes de Melo — (João da Paz) Diário do Natal — 1905.
18. Rômulo C. Wanderley — Nota da Manhã — Tribuna do Norte — Natal, 21 de abril de 1965.
19. M. Rodrigues de Melo — Vivaldo Pereira — Tribuna do Norte — Natal — 10-06-1956.

20. Pedro Pereira de Araújo — Vivaldo Pereira de Araújo —
Tribuna do Norte — Natal — 11 de agosto de 1955.
21. Eloy de Souza — Meu Adeus a Vivaldo Pereira — Tribuna
do Norte — Natal — 26-08-1955.
22. Monsenhor Paulo Herôncio — Vivaldo Pereira: — Tribuna
do Norte — Natal —
23. Quinho Chaves Filho — Vivaldo Pereira: Exemplo de
Religiosidade — Tribuna do Norte — Natal —
24. Newton Navarro — Vivaldo Pereira — Tribuna do Norte
— Natal —
25. M. Rodrigues de Melo — Vivaldo Pereira — A República
— 29-08-1956 .
26. Juvenal Lamartine — Coronel Vivaldo Pereira — Tribuna
do Norte — Natal —
27. Gumercindo Saraiva — Vivaldo Pereira, o poeta esqueci-
do duas vezes — Tribuna do Norte — Natal — 16-02-1973.
28. Tomás Salustino Gomes de Melo — Resposta a Vivaldo
Pereira — O Democrata — Natal — 25-08-1948.
29. Vivaldo Pereira — Entrevista ao Jornal de Natal —
Natal — nos dias 17, 20 e 25 de agosto de 1948.
30. Antônio Antídio de Azevedo — Discurso de posse na Aca-
demia Potiguar de Letras, 15 de abril de 1958.
31. João Carlos de Vasconcelos — Três Poetas — Natal —
1964 — 54 pgs.
32. Aluizio Alves — Vivaldo Pereira — Tribuna do Norte —
Natal —

— REMINISCÊNCIAS DE TEMPOS GLORIOSOS —

I — EVOCAÇÃO —

II — A PESQUISA HISTÓRICA —

*III — TRÊS MINISTROS DE ESTADO DA PRIMEIRA
REPÚBLICA: — AMARO CAVALCANTI — FERREI-
RA CHAVES — TAVARES DE LYRA —*

IV — PEDRO VELHO E AUGUSTO SEVERO —

V — UM PERFUME DO PASSADO: — MINHA MÃE —

VI — PALAVRAS FINAIS —

CARLOS TAVARES DE LYRA

(Sócio Correspondente)

I — EVOCAÇÃO —

Penetrando, entre orgulhoso e comovido, no vosso recinto, carregado de tantas e tão belas tradições, não direi, como no soneto famoso de Luiz Guimarães Jr, “Visita à casa paterna”, que

“Uma ilusão gemia em cada canto

Chorava em cada canto uma saudade” —

Não! o meu desejo é relembrar fatos, episódios, vultos de antepassados ilustres e grandes figuras do nosso Brasil, num trabalho de renovação cultural constante, que é o sinal da eterna mocidade da inteligência. Todos avaliam e bem compreendem a minha profunda emoção ao ingressar no Instituto Histórico de que meu pai foi um dos fundadores e cujo edifício ele construiu, como Governador do Estado.

Cabe aqui uma evocação sentimental a um tio dos mais queridos, que foi um dos vossos e dos mais ilustres. Refiro-me ao Desembargador LUIZ LYRA, que se intitulava o TAVARES DE LYRA ESTADUAL, numa alusão cheia de respeito e carinho a meu pai, irmão que ele venerava e que foi uma das maiores figuras do Brasil-República: AUGUSTO TAVARES DE LYRA, Deputado Federal, Governador, Senador, várias vezes Ministro de Estado. O outro irmão, JOÃO LYRA, foi Senador, contabilista sempre acatado e financista, autor da famosa tabela Lyra, de vencimentos, título de glória para as suas memórias.

O nosso grande mestre CÂMARA CASCUDO traçou com rara felicidade o perfil do Desembargador LUIZ LYRA, dizendo que ele — “Era de família prestigiosa, mas preferiu ficar na província, Promotor, Juiz de direito, Desembargador, sem sonhos maiores de vãos vitoriosos. Rapaz da Macaíba, dançou valsas com *Auta de Souza*. Pertenceu ao nosso Instituto talvez meio século, membro infalível da diretoria. “Alcansei-o, — depõe ainda Câmara Cascudo, — quando fui Secretário do Tribunal de Justiça, ele o Desembargador mais velho, sempre respeitado, votando, discutindo, len-

do relatórios e fingindo que dormia, quando estava mais alerta que o sol do meio dia. Foi o melhor conversador da cidade do Natal. Nunca me cansei de ouvi-lo. Como dizia **SAINTE BEUVE, DE DIDEROT**: — “Som coeur nageait dans les souvenirs” — Nunca escreveu história. Evocava e resuscitava os fatos de seu tempo. A voz, o gesto, a máscara da face, valiam complementos magistrais para a sua inteligência clara, precisa, serena.

Abrindo, agora, pequeno parêntese nas minhas palavras, eu me permito breve digressão sobre a **PESQUISA HISTÓRICA**. — “A cultura, — já o dizia **PAUL VALERY**, — é o que resta de tudo o que nós esquecemos”. —

II — A PESQUISA HISTÓRICA —

História é o tempo e **Historiologia** sua visão mais sintética, com métodos característicos. Já é chegada a ocasião de interrogarmo-nos sobre a situação dos específicos estudos **historiográficos** entre nós e o professor **José Honório Rodrigues** recomenda a criação de quatro matérias propedêuticas ou instrumentais, que melhor equipassem o futuro historiador, já que julga impossível esgotar-se a história do Brasil numa só cadeira. Assim, teríamos: — **Metodologia Histórica Teoria da história Historiografia e Pesquisa histórica**.

Metodologia implica em profundo conhecimento da história nacional, das fontes, dos recursos de investigação, dos arquivos e bibliotecas, das pesquisas nacionais no Brasil e no exterior. À **Teoria da história** competiria o estudo de problemas teóricos e metodológicos, de estrutura, e rítmicos, (morfológicos e cíclicos), de periodização e agentes históricos. A **Historiografia**, propriamente dita, seria a história do escrito histórico, a história da história, a história do pensamento histórico, das principais tendências dos historiadores. Enfim, a **Pesquisa Histórica**, por obvia implicação, conduziria o estudioso ao domínio das tendências específicas do seu ramo.

Onde acrescentaríamos algo mais às exigências do grande mestre da História, que é o professor **José Honório**

Rodrigues, seria na sugestão de aprofundar também a visão qualitativa do historiador. Por exemplo: também a **História das Idéias** merece atenção e esta pressupõe a **História da Cultura**, na grande linha de **Toynbee**; **A Arte**, em suas variadas manifestações; As ciências hoje abrangidas por tentativas inéditas de sociologia e filosofia da própria ciência em si; **A Religião e os Mitos**, tudo isto pertence ao "mainstream" da História Intelectual, como a chamam os americanos, com melhor propriedade que os franceses, na sua **História Literária**. Quem lê, por exemplo, a antologia "**Greek Historical Thought**", organizada por **Toynbee**, não pode deixar de admirar seu esplêndido conhecimento das fontes historiográficas do Ocidente.

Não há lugar, portanto, para um saber diletante e ocioso. A história deve apreender as grandes linhas do futuro, e, ao longo dele exercer a sua ação. **O Passado só vale enquanto Presente**, já o dizia Croce.

Sentimos bastante a discriminação que se faz hoje em dia entre as ciências exatas, ou como se diz agora, **Ciências Para o Desenvolvimento**, e aquele outro tipo de ciência de interesse menos imediato e mais puramente cultural, como a história e a antropologia, as chamadas **Ciências Humanas**. Quem for Físico, Engenheiro Eletrônico, Geólogo, Microbiologista, terá pela sua frente uma série interminável de oportunidades, bolsas de estudo, subvenções, para as suas pesquisas. Mas se for Pesquisador de história ninguém se lembrará de que é um estudioso tão merecedor de ajuda oficial quanto o convencionalmente chamado cientista. No máximo, deixam-no em paz, remexendo arquivos sempre bolorentos e quase nunca devidamente catalogados e conservados. A ninguém ocorre, mesmo dentro dos organismos que tratam dos assuntos de cultura, que o Pesquisador de história mereça as mesmas facilidades que o pesquisador de eletrônica. Como se a pesquisa histórica não representasse o próprio conhecimento da vida pátria, do direito e da cidadania. Através da sua história é que se traça o perfil político de uma nação. Sem a ajuda do historiador a ação do legislador perde qualquer fundamentação científica. Científica, sim, já que a História é um dos pilares da Ciência Política.

III — TRÊS MINISTROS DE ESTADO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

(**Amaro Cavalcanti-Ferreira Chaves-Tavares de Lyra**), A História decanta os fatos: só lhes dá o justo valor, depois de um longo processo de envelhecimento. Foram necessários muitos anos para que se chegasse à conclusão de que a **Primeira República**, a chamada **República Velha**, era talvez mais perfeita que as demais que o destino nos reservou: pelo menos, no que tocava à ordem, à disciplina, à hierarquia e à compreensão que os três poderes, — harmônicos entre si. — tinham do princípio de autoridade. Só um era armado. Mas os três se equilibravam.

Gilberto Amado, o homem de pensamento que escreveu em “Grão de Areia” e “Chave de Salomão”, algumas das páginas essenciais de compreensão do Brasil e do mundo, observa, com o talento habitual, no seu “Presença na Política”.

“Quem leu o meu livro “Eleição e Representação” conhece os sentimentos que exprimi, inspirado na observação objetiva a respeito da representação nacional na República Velha. **As Eleições Eram Falsas, Mas a Representação era Verdadeira**. Em artigos e entrevistas posteriores à publicação desse livro, como em discursos pronunciados na Câmara e no Senado, expuz as conclusões a que me levaram o amor da verdade e o gosto de dizê-la. **As Eleições Não Prestavam, Mas Os Deputados e Senadores Eram Os Melhores Que Podíamos Ter**”.

Relembro, agora, três figuras exponenciais da história política do Rio Grande do Norte, parlamentares de acentuado relevo, que exerceram as altas funções de Ministro de Estado na Primeira República: — **Amaro Cavalcanti — Ferreira Chaves — Tavares de Lyra**. — Ferreira Chaves, embora pernambucano de nascimento; fez toda a sua carreira no Rio Grande do Norte. Neste **esboço de estudo** procuro traçar, em breves pinceladas; o perfil histórico de cada um deles, principiando por **Amaro Cavalcanti**, o mais velho em idade.

— AMARO CAVALCANTI —

Câmara Cascudo, na sua “Vida de Pedro Velho”, refere que aquele grande chefe político do Rio Grande do Norte, antes de tudo, uma força de direção e de comando, ao viajar para o Rio de Janeiro, em 1890. “encontro um conterrâneo que se tornara pessoa eminente, consultada, procurada, indispensável, falando linguas, viajado, esplêndida cultura jurídica, homem magrinho, de estatura mediana, todo nervos, vibração, tenacidade. Era **Amaro Cavalcanti**. Seria Senador Deputado, Ministro de Estado, Prefeito do Distrito Federal. **Amaro** sempre desejou orientar a política do Estado e **Pedro Velho** o teve como um aliado raras vezes e quase sempre adversário hábil, teimoso, fulminante”” E mais adiante:

“Sem ter um Estado para ajudar-lhe a projeção política **Amaro Cavalcanti** encontrara e fizera o seu caminho com a inteligência, o tino, a argúcia incomparáveis.”

Senador à Constituinte de 1891, pelo Rio Grande do Norte, **Amaro Cavalcanti** assinalou-se naquela assembléia pelo brilho e operosidade com que colaborou na feitura da Constituição, o mesmo sucedendo na primeira legislatura do Senado, quando se destacou em numerosas iniciativas e discussões sobre alguns dos mais palpitantes problemas nacionais. De 1893 a 1894 desempenhou, com sucesso, delicada missão diplomática no Paraguai.

Eleito Deputado à Terceira Legislatura, não chegou a tomar posse de sua cadeira, por ter sido nomeado Ministro da Justiça na interinidade de **Manoel Vitorino** e haver permanecido no exercício da pasta, após o retorno de **Prudente de Moraes** à suprema magistratura da Nação. No Ministério conquistou os fóros de administrador avisado e competente, no tocante aos serviços sob sua direção, e, ainda, o de governante corajoso e enérgico na defesa da autoridade legalmente constituída, por vezes ameaçada numa quadra de acentuadas discórdias partidárias, que só serenariam na presidência **Campos Sales**.

Iniciada esta, voltou aos seus velhos e prediletos estudos de Direito, na solidão de seu gabinete de trabalho, fazendo aquela **parada** de que falou **Nabuco** e que é indispensável aos homens de pensamento para darem a justa medida de seu valor. Reapareceu em cena em 1905, para ser **Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores**, a convite do glorioso **Barão do Rio Branco**. É já o internacionalista consagrado, cujas opiniões são ouvidas e acatadas nos altos conselhos do Governo, que, no ano seguinte, o nomeia para fazer parte da delegação brasileira na **Terceira Conferência Pan-Americana**. Pouco depois, Ministro do Supremo Tribunal Federal onde grangeou, pela sua inteligência e saber, tal autoridade, que, ao falecer, dele diria o ilustre brasileiro, **Ministro Pires e Albuquerque**:

“Filho do seu próprio esforço, galgando poder de talento, de tenacidade e de trabalho, todos os degraus de uma brilhante e fecunda carreira, — Professor, Advogado, Político, Administrador, Diplomata, Jurisconsulto e Magistrado do Supremo Tribunal da República, — o Dr. **Amaro Cavalcanti** foi um raro e nobre exemplo do poder da inteligência, quando servido pelo amor ao trabalho e pela dedicação à causa pública”.

Aposentado em 1914 no cargo de Ministro do Supremo Tribunal, não se manteve inativo, exercendo com inigualável elevação a presidência da **Sociedade Brasileira de Direito Internacional**, que pouco antes fundara. Em 1915 era escolhido para representar o Brasil na **Conferência Financeira de Washington**, comissão a que deu inexcusável relevo. Do meado para o fim da **Presidência Wenceslau Braz** foi-lhe confiada a direção da **Prefeitura do então Distrito Federal**, que administrou de forma modelar.

Da Prefeitura do Rio de Janeiro saiu para a Pasta da Fazenda, no quadriênio presidencial de 1918/1922. **Rodrigues Alves** adocece gravemente e não pode assumir a presidência; Assume o governo Delfim Moreira e numa interinidade de poucos meses **Amaro Cavalcanti** não poderia executar o seu programa. Há um documento da época, carta escrita em 16 de novembro ao **Conselheiro Rodrigues**

Alves, na qual Amaro Cavalcanti traçava o programa de sua Pasta. Programa de um estadista de visão clara, consciente de suas responsabilidades e com poderosos instintos de criação e realização.

Ao deixar o Ministério da Fazenda, era quase septuagenário. Sentia-se cansado e seu estado de saúde reclamava repouso. Mas a providência não quis que o tivesse. Reservava-lhe ainda um lugar de Juiz, na mais alta Côrte de Justiça do Mundo, o **Tribunal de Haia**, de que foi notabilíssimo ornamento até sua morte, em 28 de janeiro de 1922. Rica e variada a sua bibliografia, abrangendo inúmeros trabalhos, escritos em Português, Francês e Inglês. Falava e escrevia corretamente, aliás, além do Português, o Francês, o Inglês, o Alemão e o Espanhol. Entre seus diversos livros publicados, o "**Regime Federativo**" e a "**Responsabilidade Civil do Estado**" são considerados obras clássicas da literatura jurídica brasileira.

Para encerrar minhas ligeiras notas biográficas, vou transcrever um depoimento, sobre **Amaro Cavalcanti**, do grande estadista da República que foi o **Ministro Augusto Tavares de Lyra**. São palavras pronunciadas pelo **Ministro-Historiador**, em conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à 15 de Agosto de 1949:

— "Conheci-o pessoalmente quando Deputado Federal pela primeira vez. Não tivemos grandes expansões e, talvez, por militarmos em arraiaes opostos na política local, nossas relações ficaram sendo por alguns anos muito cerimoniosas e de mera cortezia. A cordialidade de que se revestiram mais tarde veio lentamente e só foi completa de 1905 em diante, devido, entre outros, a um fato que vem de molde lembrar. Era eu Governador do Rio Grande do Norte, e, tendo falecido seu queridíssimo irmão, **Padre João Maria**, um verdadeiro apóstolo da caridade, cuja morte enlutou o Estado inteiro, entendi de tributar-lhe, interpretando particular e oficialmente, os sentimentos unânimes de sua população, as mais carinhosas homenagens de dor e de pesar. Meu gesto sensibilizou o sobremodo e nossas almas se abriram de todo. No ano seguinte, ele já **Ministro do Supremo Tribunal** e eu **Ministro da Justiça**, nos aproximamos de vez. **Precisamos ser muito amigos**, — dissera-me em sua primeira visita. E realmente o

fomos a tal ponto que, ao demitir-me do Ministério da Justiça em junho de 1909, por motivo do falecimento do preclaro **Presidente Afonso Pena**, escrevia-me Amaro Cavalcanti de Paris, onde se achava, cativante missiva em que se lê, a par de lisonjeiras e generosas referências a merecimentos que não tenho, esta passagem que diz tudo: — “Escreva-me, certo de que quero continuar a ser maior amigo de Tavares de Lyra, do que era do Ministro da Justiça”. Não repetia uma frase convencional. Dizia o que sentia. Era sincero. E nos anos que se seguiram, até que o levou a lei inexorável da contingência humana, nossa identificação foi absoluta. Inequívocas e irrecusáveis as demonstrações que demos um ao outro, na intimidade e nas posições que ainda viemos a ocupar, do bem que nos queríamos”. —

— JOAQUIM FERREIRA CHAVES —

Pernambucano. Nasceu à 15 de Outubro de 1852. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1873. Promotor, Juiz de Direito e Desembargador, no Rio Grande do Norte, onde, depois da República, foi figura de alto relevo político. em 1891, **Membro da Junta Governativa do Estado**, cujos destinos presidiu de 1896 a 1900. Valoroso companheiro de **Pedro Velho**, nas horas incertas do regime. Senador de 1901 a 1913. Governador do Rio Grande do Norte, pela segunda vez, de 1914 a 1918. Voltou, depois, ao Senado, apenas por alguns meses, por ter aceito a Pasta da Marinha, da qual passou para a da Justiça, na presidência **Epitácio Pessoa**. De 1923 a 1930, ainda Senador. Eis, em rápidas palavras, e biografia do Magistrado Senador, Governador e Ministro de Estado, **Joaquim Ferreira Chaves**, expressiva figura da história republicana do Rio Grande do Norte.

Refere **José Augusto**, no seu estudo, “o Rio Grande do Norte no Senado da República”, que “Ao se ultimar a organização institucional do país sob a forma Republicana, Federativa e Presidencial, “desaparecidos os partidos tradicionais que a monarquia havia criado e ia aos poucos consolidando, as forças políticas mais ponderáveis, trazidas à tona pelo novo regime, aglutinaram-se no Congresso Nacional sob a direção

unipessoal de **Francisco Glicério, o General das 21 Brigadas**, como se dizia então, porque tinha sob comando parlamentar as 21 bancadas representativas na Câmara Federal dos 20 Estados e do Distrito Federal”.

“A situação política do Rio Grande do Norte era então dirigida pelo gênio político de **Pedro Velho** e o Governo do Estado estava entregue ao Dr. **Ferreira Chaves** que era, dentro da organização política estadual, depois do chefe incontestado, a figura de maior relevo e graduação. **Ferreira Chaves** era, então, um homem moço, forte, inteligente, acolhedor”.

“Na cisão **Prudente de Moraes-Glicério**, raras foram as situações dominantes nos estados que não esqueceram seus compromissos com o **General das 21 Brigadas** e, dentre os fiéis da primeira hora, ainda alguns descobriram pretextos para, no meio da caminhada, se passarem para as fileiras do governismo. Ocorreu, então, a sucessão presidencial, candidatos **Campos Sales** pelas hostes obedientes ao **Catete** e **Lauro Sodré** pelos remanescentes do Partido Republicano Federal. Dois Estados, — o Paraná e o Rio Grande do Norte —, mantiveram seus compromissos partidários e fizeram triunfante nos seus colégios eleitorais a chapa oposicionista **Lauro Sodré-Fernando Lobo**, contra a situacionista **Campos Sales-Rosa e Silva**. Era esta a orientação firme, retilínea, do chefe do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Não era outra a do Governador do Estado, cuja deposição se preparava e se anunciava todos os dias”.

Depõe ainda **José Augusto**, no mesmo citado trabalho, sobre a atuação do Governador **Ferreira Chaves**:

“Empolgou-me a sua atitude serena, enérgica, decisiva, pronta a oferecer todas as resistências, se preciso fosse até o sacrifício da própria vida, na defesa do prestígio da autoridade e no interesse da manutenção da ordem pública. Seu prestígio na opinião do Estado se consolidou definitivamente naquele momento, provado como ficou que se tratava incontestavelmente de um homem forte”.

Terminado o seu período governamental e com o falecimento do **Senador Almino Afonso**, Ferreira Chaves é mandado por seu partido para o Senado da República. Aliás, o Senado era como que a sua casa predileta e em cujo seio ocupou sempre situação de relevo. **Dunshee de Abranches**, no seu livro "**Governos e Congressos da República**", acentua que durante sua passagem pelo Parlamento Nacional, Ferreira Chaves deixou traços indeléveis de sua cultura, de sua independência e integridade de caráter e foi durante longos anos 1º Secretário do Senado.

Estava à frente do Governo do Rio Grande do Norte, a segunda vez, quando irrompeu a conflagração de 1914/1918. Vendo logo bem claro o momento político internacional, não se deteve um instante e tomou a posição que convinha aos interesses do Estado, executando medidas prudentes no sentido de acautelar a economia local das surpresas da longa guerra que se acabava de travar.

Voltou depois ao Senado e foi ainda senador de 1923 até 1930. Faleceu em 12 de março de 1937. Inteligente e ilustrado. Voluntarioso e enérgico.

— AUGUSTO TAVARES DE LYRA —

É o grande Estadista da República, nascido em 25 de dezembro de 1872, na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte. Sua tarefa foi sempre difícil. Mas lidar com a dificuldade é o ofício dos estadistas. E **Tavares de Lyra**, no julgamento de Aníbal Freire, "Era um Estadista Nato".

Deputado Federal, aos 22 anos de idade; Governador do Rio Grande do Norte, aos 32; Ministro da Justiça, na presidência Afonso Pena, com 34 anos; Senador da República; **Ministro da Viação e Obras Públicas**, no governo Wenceslau Braz; Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União; consagrado no **Livro do Mérito do Brasil**, supremo registro das benemerências nacionais, os oitenta e seis fecundos anos de sua existência, (1872/1958), pertencem a dois séculos, a dois regimes de governo, a dois tipos de trabalho.

Professor e Doutor em Direito, Historiador, Economista, Financista e Jurista, homem raro, raríssimo, pelo saber, pelas virtudes, pela coerência, pela compostura moral, social, política, de 86 anos lúcidos de vida dedicada à pátria, à cultura, à família. Trabalhador infatigável, sua extensa bibliografia alcança cerca de 70 volumes, entre livros e folhetos, alguns já raridades disputadas pelos estudiosos das nossas finanças, do nosso direito e da História do Brasil, especialmente do Brasil-República. Seus estudos sobre o **Senado do Império**, o **Senado da República**, o **Conselho de Estado**, a **Organização Política e Administrativa do Brasil**, para só mencionar alguns, são primorosos. A **História do Rio Grande do Norte** é a obra clássica de **Tavares de Lyra**, tendo sido incluída entre os maiores livros aparecidos no Brasil, até o meiado do século. Historiador excepcional, com **Tobias Monteiro** e **Rodolfo Garcia**, seus diletos amigos, constituía o grande triunvirato potiguar de expoentes do estudo da História do Brasil-Colônia — Brasil Império e Brasil-República.

Na observação autorizada de **Pedro Calmon**, (“História do Ministério da Justiça-Vol. 1º”) — “Tavares de Lyra, Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1892, é o primeiro político formado na República a ascender ao Ministério do Estado. Pertenceu ao chamado **Jardim de Infância**, o grupo de agudos e jovens espíritos que, sob a regência inteligente de Carlos Peixoto, — Miguel Calmon, Tavares de Lyra, James Darcy, Eloy de Souza . . . — deu ao governo Afonso Pena um toque de renovação e audácia”.

Foi Ministro da Justiça de personalidade atuante, na Pasta que polarisava o comando da política nacional. Sua administração alcançou todos os ângulos da Justiça, do Interior, da Educação e da Saúde, todas compreendidas, então, no Ministério a seu cargo. A 15 de novembro de 1914, Tavares de Lyra assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas e seria o titular da pasta até o fim da presidência Wenceslau Braz. Sua passagem pelo Ministério da Viação, como no da Justiça, marcou a reforma administrativa de inúmeros serviços.

Alcindo Guanabara, em primoroso artigo, soube apreciar devidamente a atuação do então Ministro da Viação, salientando que ele realizara missão difícilima, — “para execução da qual se reclamava um espírito de juiz, um ânimo de diplomata, uma inteligência aguda e uma integridade a toda prova”. — E acrescentava: — “Um homem calmo, de espírito justo, lhano no trato, suave nas maneiras, sabendo firmemente o que quer, sem preocupações de vaidade pessoal, não mercadejando aplausos, contentando-se em ser julgado pelos seus atos, como eles o merecem, é efetivamente um bem precioso para o governo”.

Tavares de Lyra — foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas em novembro de 1918. Poucos estariam nas condições em que ele se achava, ao ingressar naquela alta Côrte de Contas. **Legislador**, colaborou na elaboração da Lei. (1894/1904, Deputado Federal, 1910/1914, Senador da República) — **Ministro de Estado**, executou-a (1906/1909, Ministro da Justiça; 1914/1918, Ministro da Viação). — Ministro do Tribunal de Contas fiscalizaria, agora a sua execução. Os votos que proferiu naquele Tribunal abrangem os mais variados temas de Direito Constitucional, Administrativo, Financeiro e Fiscal, assuntos de sua predileção.

Aos oitenta anos de idade o Ministro **Augusto Tavares de Lyra** teve o seu nome incluído no **Livro do Mérito do Brasil**. Era a consagração à vida de um brasileiro ilustre, vivendo então no refúgio dos livros e das lembranças do passado, sem pompas nem cargos oficiais. Aliás, o único potiguar que recebeu, até hoje tal distinção.

“Tavares de Lyra é uma relíquia nacional”, declarou solenemente o presidente **Getúlio Vargas**, na cerimônia de posse no livro do mérito. Falou pela última vez em Praça Pública, a convite do **Chanceler Oswaldo Aranha**, pronunciando o discurso de inauguração, na esplanada do Castelo, no Monumento ao **Barão do Rio Branco**, seu companheiro de Ministério, na **Presidência Afonso Pena**.

Tavares de Lyra faleceu aos 86 anos de idade e viveu, no depoimento preciso e exato, de Câmara Cascudo.

“Uma vida limpa e clara, uma existência que se pode evocar sem falhas, na cronologia de uma sequência moral incomparável.

Combateu o bom combate; guardou a Fé: viveu com honra, sob o signo da inteligência. Grande vida! fácil de ser elogiada, difícil de ser imitada!” —

IV — PEDRO VELHO E AUGUSTO SEVERO

Todos os meus primos, quando falam em **Tio Augusto**, referem-se com o maior respeito e admiração a meu Pai, que foi um grande estadista da República. O que me levou a pensar, desde menino, que eu também tenho um **Tio Augusto**, (**Augusto Sêvero**), que foi um grande brasileiro.

Recordo, com enternecida emoção, a casa que me viu criança, à rua Voluntários da Pátria, no Rio, onde meus pais moraram por muitos anos.

Percorro-a em imaginação, pelo menos, para sentir a saudade das horas abençoadas. Era uma dessas grandes casas de gente do Norte, com belo jardim onde floriam os jasmims, as acácias, as rosas e um amplo pomar, com as suas frondosas mangueiras, goiabeiras e sapotiseiros. No interior, inúmeros quartos e salas, muitas salas, inclusive as quatro que compunham a valiosa biblioteca de meu pai, tudo claro e arejado, paredes altas, povoadas de bons óleos e diversos retratos da família.

Todos os dias, ao sair e ao voltar à casa paterna, logo na sala de entrada, meus olhos se fixavam em dois grandes retratos que se defrontavam. Um, com vistosa moldura dourada, representava um homem de uns cinquenta anos, cabeleira farta, óculos de aros de ouro, finissimamente trajado. Uma figura impressionante, a de meu avô materno, o legendário **Senador Pedro Velho**. O homem que fez as campanhas da Abolição e da República na sua terra, que mais de uma vez

a governou, que a representou com raro brilho, na Câmara e no Senado. O homem que enfrentou Floriano. O grande amigo de Prudente de Moraes, de Ruy Barbosa, de Pinheiro Machado. Em frente, em larga moldura de madeira trabalhada, de raro bom gosto, o grande brasileiro, o irmão querido de Pedro Velho: — **Augusto Severo**: Logo abaixo de seu retrato, a reprodução, a óleo, da chegada do navio “Brasil”, vendo-se a descida do caixão de Severo, coberto pela Bandeira Nacional. E a minha admiração ia sempre aumentando por aquele grande rebelado, indiferente a fórmulas e fôrmas, vivendo em alto estilo a sua curta e radiosa vida. **Augusto Severo de Albuquerque Maranhão**, pioneiro da navegação aérea, bandeirante do céu, genial cientista e inventor!

É nos **Luzíadas**, no poder de síntese do gênio de camões, que aprendemos toda a psicologia do povo português e aquela ânsia de viajar, de andar por terras estranhas, de conhecer outros povos e outros costumes, — **“Por ver outras águas que as do Douro e do Tejo, várias gentes e leis e várias manhas”**. Ficou-nos no sangue aquela mesma insaciável curiosidade, aquele atávico desejo das viagens, das surpresas do desconhecido, do êxtase perante as maravilhas que a natureza mantém ocultas à maioria dos mortais.

Pedro Velho e Augusto Severo, dois irmãos muito unidos e dois grandes brasileiros, pertenciam à nobre estirpe dos **Albuquerque**, fidalgos de origem portuguesa, que tanto engrandeceram a pátria, família de largas tradições no Estado, a cuja história tem emprestado, desde o tempo de capitania, o brilho de feitos memoráveis.

V — UM PERFUME DO PASSADO: MINHA MÃE —

Mãe desvelada, de uma dedicação integral, amava profundamente os filhos, que considerava uma bênção de Deus. Viveu sempre para eles, com a alta consciência de sua missão consagrando-se a educa-los e a fazer o bem, sem nada esperar do mundo. **“A raiz escondida, — lembra o poeta Rabindramath Tagore —, não pede prêmio algum por encher os ramos de frutos”**.

Sophia de Albuquerque Maranhão, Tavares de Lyra, seu nome por extensa.

Educada na província por um homem superiormente dotado e por uma mulher forte, — uma Pedrosa, filha do velho **Fabício Pedrosa**, outro tronco tradicional da família potiguar —, minha Mãe foi primeira dama do Estado aos vinte e dois anos de idade e era dona de casa afeita ao convívio de políticos e homens de letras, em cujo seio se formara. Possuía belíssima e educada voz de soprano e era uma requintada sensibilidade artística, toda voltada à vida, à luz, à música, ao sorriso da natureza. Dedicada e incomparável companheira de meu pai, foi uma das grandes damas da sociedade brasileira, desde o princípio do século, até sua morte, aos oitenta e dois anos.

— Evocando seus primeiros tempos de casada, minha Mãe relembrava sempre para mim e meus irmãos, a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, a famosa **questão de Grossos**, que apaixonou vivamente Tavares de Lyra. E recordava, com justificado orgulho e enternecida saudade, que ele passava horas e horas escrevendo e que ela o auxiliava na decifração de velhíssimos documentos históricos, que provariam, a final, o direito líquido e certo do Rio Grande do Norte. Formavam os dois um casal modelo, símbolo perfeito da união, harmonia e compreensão mútua. —

Filha de **Pedro Velho**, sobrinha de **Augusto Severo**, esposa de **Tavares de Lyra**, ela honrou sempre a ascendência gloriosa e a comunhão de vida com um homem de excepcionais merecimentos. Mas foi sempre ela mesmo, no magestoso encanto de sua fascinante personalidade. E só murchou com a morte aquela flor de graça e ternura, de bondade e delicadeza: —

VI — PALAVRAS FINAIS —

Aqui estou, em visita à terra natal dos meus gloriosos antepassados, percorrendo um roteiro lírico e sentimental, em que procuro mergulhar o coração nas velhas fontes hereditárias.

A Segunda Guerra Mundial fez de Natal, a vossa adorável capital, — um verdadeiro presépio, pois tem do estábulo divino a humilde beleza do nome e do símbolo, embalada por um rio, velada por um mar —, autêntico ponto de atração internacional. De fato, é no Rio Grande do Norte que o litoral brasileiro muda de direção, formando um grande cotovelo. Por isso mesmo, ele representa a maior projeção do país no oceano e o ponto onde a América do Sul mais se aproxima da África. A situação estratégica de seu Aeroporto foi decisiva para os aliados, nas frentes de luta da África. E aqui **Roosevelt** e **Getúlio Vargas**, em navio de guerra ancorado no meio do Potengi, firmaram acordo de participação conjunta, num esforço continuado em favor da vitória da Democracia.

Enaltecendo a sua missão histórica e o seu destino dentro da Federação, dirijo daqui a minha calorosa saudação ao Rio Grande do Norte e à brava gente potiguar. Os limites geográficos não elevam nem amesquinham uma região, pois nenhum Estado deixa de ser grande, apenas por ser pequeno. A medida de sua grandeza está na capacidade, no patriotismo, na tenacidade de seus filhos. E eu evoco aqui **Jerônimo de Albuquerque**, **Felipe Camarão**, **Frei Miguelinho**, **Pedro Velho**, **Amaro Cavalcanti**, **Augusto Severo**, **Tavares de Lira**... e outros, e tantos outros, igualmente beneméritos. Aos homens do passado, que nos legaram o presente, a nossa inorredora gratidão.

Senhor Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich:

Sou profundamente reconhecido a V. Exa., autor da cativante proposta de minha admissão no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, bem como aos ilustres confrades que tão bondosamente a subscreveram. O título honroso que me conferistes, na generosidade de um gesto para mim inolvidável, investe-me desde agora da desvanecida responsabilidade de falar-vos como membro da **Casa da Memória** e portanto, com afetuosa e grata fraternidade. Muito e muito obrigado!

(Conferência pronunciada no
I.H.G.R.N. em 29 — Março — 1975).

O GARGALHEIRA

Tristão Barros

A palavra sobre que vimos hoje rabiscar os nossos *Rabiscos*, parece muito... mas talvez não chegue a ser uma *gargalhada*.

E até pode ser que seja...

Nem sempre a gargalhada é expressão de júbilo, como nem sempre a lágrima é expressão de dor.

Semelhante a uma velha aroeira em solitária caatinga, de braços nus, ressequidos, apontando o céu, lá está o velho guindaste do Gargalheira, todo enferrujado.

No mistério impenetrável do seu **carrancismo** e da sua mudez, quem quer que passe pela rodagem, na maior velocidade dos veículos, lê, na rugosidade de sua testa bronzada, a expressão de uma súplica fervorosa em benefício da construção do grande açude.

O dr. Arthur Bernardes que levou o seu período presidencial a defender a Pátria das garras aduncas dos irmãos revoltados, infelizmente não pode continuar as obras iniciadas com tão vivo interesse pelo seu antecessor, o senador Epitácio da Silva Pessoa, o maior vulto nacional, o paraibano que soube cumprir o seu dever de patriota, não poupando energias em prol do nordeste.

A sua palavra de fogo jamais deixará de vibrar em defesa desta região devastada pelas secas.

O nordeste que ele tanto bendiz e que tanto quer esta nesga querida que lhe deu o berço, deve hoje o tanto de melhoramento e progresso que possui, á sua dedicação e operosidade de filho estremecido e bom.

Como testemunho do que afirmo vejamos as suas palavras. *Ou o sul olha as necessidades urgentes do nordeste, ou então este, cansado de sofrer, termina se separando.*

E si o eminente senador visse o Gargalheira como está triste...

A sua obra sofre as funestas conseqüências de uma cruel solução de continuidade e o nordeste aguarda ansiosamente a reivindicação dos tempos.

Sob as vistas do zeloso depositário Ubaldo Netto, dorme tranqüilamente, à sombra dos amplos paredões de zinco, o resto do material do Gargalheira.

Lá estivemos e vimos tudo.

Ficamos triste porque a nossa impressão foi a de quem penetra nas portas de uma cidade em ruínas.

As grandes máquinas que lá estão expostas ao sol, ao vento, á chuva, cobertas de ferrugem, se inutilizarão por fim.

Pobre nordeste! Quando chegará o teu dia?... Quando será reparado o desprezo que te dão os homens? Quando entrarás no gozo dos teus direitos?...

Triste Gargalheira! Deveria ser uma cascata de risos e és na realidade uma cascata de dores.

Parece residir ali uma monotonia indescritível.

A ventania sopra dia e noite e a sua voz ecoando dolentemente vai, de *quebrada em quebrada*, perder-se no boqui-rão das serras.

O velho guindaste range quando o vento é forte e o seu ranger tem a tonalidade de um soluço, de um queixume, de uma suplica.

Se é que os seres inanimados também possuem lágrimas, o solitário guindaste, do Gargalheira, vive a chorar a sua dôr sem fim, o seu desprezo atroz, até que um dia, dia que já não virá longe, o dr. Washington Luiz, em cuja administração a Pátria deve muito confiar, voltando as suas vistas às necessidades imperiosas do nordeste, mande concluir as grandes obras que trarão inúmeros benefícios ao seu governo e ao Brasil inteiro.

(in "Ninho das Letras; de 1º — Janeiro — 1927)

VIAJANDO UMA GEOGRAFIA SENTIMENTAL

R. Nonato

Início êste comentário ao livro de Minervino Wanderley de Siqueira — CRÔNICAS, CONTOS E POESIAS — com a impressão alentadora de que a vida literária do Rio Grande do Norte atravessa uma fase promissora e de intensa atividade publicitária, o que se pode avaliar através de numerosas edições de livros de escritores norte-riograndenses.

Para não falar senão de fatos que se expressam em realidades, cito o caso da Editora PONGETTI, que vem de publicar, só de um escritor da terra potiguar — Esmeraldo Siqueira — nada menos de oito livros de excelente qualidade.

Sôbre as atuais letras da província distante, mas sempre lembrada, algumas com influência na área das minhas leituras, destaco, entre outros livros: "IMAGENS DO CEARÁ-MIRIM", de Nilo Pereira; "DENTRO DO SÉCULO", de Ivanaldo Lopes; "REMINISCÊNCIAS DA JUVENTUDE", de Tadeu Lemos, e agora, êste "CRÔNICAS, CONTOS E POESIAS", de Minervino W. de Siqueira.

Curiosamente, o fenômeno da memorização é a constante dêstes livros, todos excepcionalmente muito bons. Da leitura dêles chega-se, evidentemente, à conclusão de que a evocação é o seu centro de motivação. Seus autores, todos já ultrapassando o meridiano da maturidade, vivem o drama emocional na contemplação da imagem perdida.

A visão da mocidade, inseparável do pensamento, é neles uma viva recordação lembrada pelo nome de saudade. Românticos. Por isto mesmo passadistas, homens de uma geração que não perdeu a autenticidade nem o lirismo de uma época docemente evocada nos postais do tempo.

Detenho-me, particularmente, no livro de Minervino Wanderley, com três gêneros diferentes, sentido, como êle próprio acentua, "o meu espírito em três tempos."

Ao fixá-lo numa aresta dimensional, examino sua prosa, que no dizer de um dos seus comentaristas, "é simples, fácil e clara, espelho fiel de sua alma, retrato dos seus delicados sentimentos".

Está aí afirmada uma conceituação definitiva do trabalho, e diante dela nem imagino julgamento mais sincero que o autor pudesse desejar para consagração do seu livro, pois a síntese é admirável.

A exemplo de um viandante que retratasse os pontos um itinerário, o livro de Minervino Wanderley vai revelando quadros e panoramas da sua vida, a começar pela evocação que faz do Açú, a sua cidade berço, e o sítio Transval, do seu pai...

Depois, andando com êle, e percorrendo a geografia sentimental do seu território humano, os lugares, as pessoas, são presenças de afeto e da amizade da gente. Assim, como o autor viu o Açú, em 1944, eu recorro dêle os anos de 1932 e 1933, quando passei pela direção do Grupo Escolar da cidade, ainda funcionando no prédio velho da Rua São Paulo, para reviver dessa quadra nomes como os do jornalista Palmério Filho e do professor Alfredo Simonetti, duas grandes figuras conservadoras que muito fizeram pelo desenvolvimento das letras na terra de Ulisses Caldas.

E não era possível esquecer a cidade de Caicó, com o seu grupo de amadores de teatro, nem Macau sem pensar em Edinor Avelino, poeta de "Síntese", e Walter Wanderley com suas pinceladas pictóricas, desenhando os cenários do Farol do Alagamar, nem Ceará-Mirim, com o seu magnífico aédo Nilo Pereira, contando as histórias maravilhosas do vale endêmico, que êle viu menino para nunca mais esquecer.

Enfim o seu biógrafo, acadêmico M. Rodrigues de Melo, menciona: "Aos 14 anos, em plena adolescência, deixa novamente o Transval e vai para Mossoró"...

O itinerário podia ir muito longe ainda, numa leitura que não é cansativa, e que deixa, à superfície, um julgamento que não foi de encomenda.

Ao livro do escritor do Transval — certamente topônimo dos mais curiosos do Rio Grande do Norte — se pode atribuir, sem favor, a classificação de bom.

E bom, no justo termo, porque entre outros predica-dos literários, ele é mesmo simples e claro. Não se preocupa Minervino Wanderley com o acesso às chamadas faixas do ir-real ou com as nebulosidades da estilística, por onde enveredam, não raro, os que fazem da linguagem um enigma da li-teratura, esquecidos de que “ter idéia é mais fácil de que ter palavras”.

No seu caso, pelo contrário, o autor sempre visualizan-ção paisagens novas, pelo determinismo do trabalho que, para êle, nunca foi castigo, está mudando de lugares, adquirindo vivências e vivendo experiências.

Dêste modo, onde quer que esteja, quando escreve, não dá desgosto a ninguém, deixando transparecer na sua prosa aquela afetuosidade nordestina, tão brasileira, que é o forte da sua imaginação, fixada nos mais sugestivos capítulos do seu livro.

FREGUESIA DE PAU DOS FERROS

MANOEL JÁCOME DE LIMA

(Sócio Efetivo)

Documentos referentes ao trabalho em tela,
publicada in Revista do I. H. G. R. G. N. vols. LXIII
— LXIV — 1971-1972, págs. 110 a 113)

DOCUMENTO Nº 1

Provisão do Bispo de Pernambuco criando de novo a freguesia de Apodi (Pau dos Ferros) D. Francisco Xavier Aranha, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Termópolis, coadjutor e futuro sucessor deste bispado de Pernambuco com jurisdição, poder e autoridade, sem dependência alguma e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima.

Fazemos saber que por estarmos informados da grande intensão e extensão do curato da freguesia do Açú, e por se achar toda povoada de moradores a dividimos em duas freguesias e assim criamos outro cura para que assim sejam mais bem servidas, mais bem regidas e pastoreadas as almas de nossos súditos, vivendo mais perto do seu pároco para este lhes acudir com mais brevidade as suas necessidades na administração dos Sacramentos e mais sufrágios da Igreja, movendo-nos para a dita decisão o amor paternal e afeto com que muito amamos os nossos súditos e considerando mais que a mesma necessidade que os ditos nossos súditos moradores nas extremidades da freguesia do Açú experimentarão do gesto espiritual ou das distâncias em que se acha o seu pároco, (ilegível) experimentar também na administração da

justiça que hajam de requerer, e lhes possam administrar em virtude de nossas constituições eleitorais o seu vigário da vara: porque desejamos muito evitar-lhes os inconvenientes que possam ter (duas palavras requerendo (ilegível) perante o dito Vigário da Vara como também facilitar o meio mais apto que para isto possam ter. Portanto, havemos por bem declarar de novo a freguesia do Apodi e nomear vigário da vara, desmembrando dela a vigararia do Açú (palavra ilegível) e a todos os moradores que viverem fora das extremidades. (Três linhas ilegíveis) porém as pessoas que viverem dentro dos ditos limites que lhe foram assinados. E pelas boas informações que temos do Padre José de Freitas Serrão, morador nesta cidade e confiarmos da sua suficiência, letras e mais partes que concorrem na sua pessoa; que no cargo de vigário da dita freguesia do Apodi, servirá bem como cumpre ao serviço de Deus, desencarregando a nossa, digo, em tudo a nossa e a sua consciência. Havemos por bem de lhe fazer mercê, para provê-lo no dito cargo por tempo de três anos somente; observando em tudo os regimentos dos vigários das varas, incorporados em nossas constituições e aditamentos que lhe fizemos e acrescentamos como também as nossas pastorais, sob as penas cominadas e fará apelação para o Revem^o Doutor Vigário Geral defirir como for justiça, guardando em tudo nesta o segredo, administrando com igualdade o direito das partes, para o que lhe concedemos jurisdição ordinária que é permitida ao vigário da vara tão somente e mandamos aos moradores sob pena de excomunhão maior **ipso facto** incorrendo, os que viverem dentro de sua freguesia e obedeçam no que pertencer ao seu ofício, dando por juramento a nossa chancelaria e como esta haverá todos (ilegível) percalços que por direito lhe pertencerem. E para que chegue a notícia de todos esta se publicará em um domingo ou dia santo aos seus fregueses e depois se registrará no livro da mesma freguesia para que em todo tempo (palavras ilegíveis) que por determinação nossa foi feita esta divisão e de tudo se remeterá provisão a nossa Câmara. Dada em Olinda, sob o sinal e selo de nossas armas, a vinte e oito de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito. E eu, Manoel Bernardo Valente, escrivão da Câmara Episcopal a fiz escrever. Estava a firma de Sua Excia. Rev^{ma} Registrada no livro 16 de registros a

folha 145. Silva, Provisão por que V. Excia. Revma. e servido criar a freguesia do Apodi de novo erecta com vigário da Vara e nela prover ao Padre José de Freitas Serrão, sacerdote do hábito de S. Pedro, natural e morador, nesta cidade, pela boa informação que dele tem prova para V. Ex^a Revm^a ler e assinar Termo de Juramento. Ao primeiro dia do mês de março de mil setecentos e cinquenta e oito anos, nesta cidade de Olinda no Palácio do Exm^o e Revm. Sr. Bispo, onde se achava o Reverendo Clemente Fernandes de Moraes, Chanceler do Bispado por quem foi dito que por este termo prometia debaixo do juramento dos santos Evangelhos que recebido tinha do dito Reverendo Chanceler guardar o segredo da justiça e direito das partes sob as penas impostas pelo direito e constituição do Bispado de que de tudo fiz este termo que assinei com o dito Reverendo Chanceler. Eu, Francisco Machado (ilegível) o escrevi. O Padre José de Freitas Serrão Moraes. (a) José de Freitas Serrão — Vigário da Vara do Apodi.

(Livro de tombo da freguesia de Pau dos Ferros, verso da folha 13 e folha 14 e verso)

DOCUMENTO Nº 2

Tabela das espórtulas que os párocos, vigários, capelães, sacerdotes seculares e regulares, sacristãos e cantores das igrejas receberão pela celebração dos officios religiosos e enterramentos, nas matrizes e capelas das freguesias da Diocese de Pernambuco e também das contribuições anuais dos fazendeiros para a manutenção dos respectivos vigários.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta, estando em mesa o Revm^o Cura e vigário da vara José de Freitas Serrão e os fregueses, em presença do muito Reverendo Sr. Doutor Visitador, Marcos Soares de Oliveira, nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Apodi se escreverá os usos e costumes desta freguesia na forma seguinte:

Pelos enterros que se fizerem na freguesia terá o Reverendo Pároco:

De missa de corpo presente	320
De encomendação	320
De acompanhamento, fazendo enterro na povoação	320
De velas	640
E sendo cabeça do casal irá o Reverendo Pároco buscar, seja pobre ou rico em distância de seis léguas e encomendá-lo em casa na forma da Constituição do Bispado e aqueles que tiverem com que lhe pagar o seu jornal, cobrará pela primeira légua	8,000
E pelas demais	2,000
E os Reverendos Sacerdotes, coadjutores e sacristães pela primeira légua	2,000
E dando licença para se enterrar fora algum adulto	2,800
Enterros dos anjinhos na povoação pagarão de acompanhamento (ilegível)	
De encomendação	320
De velas	640
Sem acompanhamento pagarão por tudo	960
As covas do cruzeiro para baixo os adultos quer sejam forros, quer sejam escravos	800
Párvulos, anjinhos que são de sete anos para baixo, quer forros, quer escravos	100
Pelas covas do cruzeiro até o arco, os adultos	1,000
Pelos anjinhos pagarão	400
Pelos adultos que se enterrarem fora em alguma capela	200

Os que se enterrarem na matriz mandarão os cadáveres, na forma das Constituições cobrir as covas ou pagará o seu custo que é	200
Pelas festas dentro da Matriz com procissão e vésperas, levará o Reverendo Pároco	6,000
O diácono e subdiácono, a cada um	2,000
Não havendo procissão nem vésperas, levará o Reverendo Pároco	4,000
Os assistentes, cada um	1,280
Pelo que toca aos sacristães, havendo procissão e vésperas	2,000
Não havendo procissão nem vésperas	1,000
Em os enterros na povoação desacompanhamento	320
De velas	320
Da cruz	320
Tendo encomendação somente dentro da Matriz	320
(Sete (7) linhas ilegíveis)	
Os Reverendos assistentes da Epístola e Evangelho cada assistência do ofício	'320
Os cantores	20
Os Reverendos sacerdotes assistentes do ofício, cada um	120
O sacristão	20
Pelo que levará o Reverendo cura de sua porção de cada fazenda que passe de cinquenta vacas com criador e ferro distinto um boi ou três mil réis	3,000
Advertindo que se tiverem mais de um ferro de baixo do tecto criador não pagará senão um boi	
Pelo que pagarão ao Reverendo Pároco de conhecida os que não têm fazenda de gado será na forma da	

Consti^{tu}ção do Bispado que vem a ser 80 réis por cabeça do casal, 10 réis pelos filhos, escravos e camulos sendo de comunhão e não sendo um vintém.

Pelo que pagarão ao Reverendo Pároco de licença de casamento 400

Pelo que pagarão de licença de batizados (ilegível). E logo foi declarado que no que toca às fazendas que devem pagar a porção basta que tenham cinquenta vacas justas e que tenham sempre vaqueiro distinto ou estejam em uma mesma fazenda ou lugares distintos.

(Oito linhas ilegíveis).

(aa) Marcos Soares de Oliveira — Visitador — José de Freitas Serrão — Cura e vigário da Vara do Apodi. Leonardo Bezerra da Costa — Carlos Vidal Borromeu, Bento Frir Lima. Eneias Rafael da Silva — Marçal Freire de Brito — Pedro Vieira Borges — Leonardo Pereira da Costa — Miguel Camelo Barcelar — Maria Moreira Pinto. (Várias assinaturas ilegíveis).

Ao primeiro de maio de mil setecentos e sessenta anos, estando nesta Matriz o muito Reverendo Sr. Doutor Visitador Marcos Soares de Oliveira e o Reverendo Cura atual desta freguesia e os fregueses abaixo assinados, foi servido ao dito Senhor mandar declarar que a pensão e a porção do boi que ficam obrigados aqueles que tem cinquenta fêmeas, tendo vaqueiro e ferro a parte e que assim ficasse declarado para que não houvesse dúvidas, contenções que também ficassem entendidos.

(Várias linhas ilegíveis)

(aa) Marcos Soares de Oliveira — Visitador — José de Freitas Serrão, Cura e Vigário da Vara do Apodi — Francisco M. Rorir — Manoel Ferreira (ilegível, seguindo-se três assinaturas ilegíveis, Alexandre Moreira Pinto, João da Silva (ilegível) Antônio Dias de Carvalho — Antonio Pereira

de Castro (4 assinaturas ilegíveis) Manoel dos Santos da Assunção, José Pereira Cavalcante — Américo Batista (ilegível) Luís Gomes Barcelar, Antônio Glr, Francisco Xavier de Albuquerque, João Ribeiro Barbalho, Pedro Cardoso, Miguel Camelo Barcelar, Francisco Glr de Almeida, Astério Moreira Pinto, José do Rêgo Leite, Luís Gomes Barcelar. (3 assinaturas ilegíveis).

(Livro do tombo da freguesia de Pau dos Ferros, folhas 19 a 22).

DOCUMENTO Nº 3

Petição dos moradores de Pau dos Ferros dirigida ao Bispo de Pernambuco, pedindo para não fazer a mudança da séde da freguesia de Pau dos Ferros para o Apodi.

Exmo. e Rever^o Senhor.

Aos pés de V. Ex^a, com a mais profunda veneração e admiração devida, como bom conservador da bonança da República representam os moradores e paroquianos da Matriz de Pau dos Ferros, da ribeira do Apodi, que às suas notícias vieram a triste nova de que se mudará esta para as vargens desta freguesia para o lugar onde existiam os índios da nação paiacus há muitos anos pela razão de estes passarem para a nova vila que se estabeleceu, do Porta Alegre na serra chamada do Regente e porque com semelhante mudança desta (Três palavras ilegíveis) serão os moradores (duas palavras ilegíveis) do lugar pela razão da longitude que é sete léguas e das vargens que são dezoito léguas sendo mais consentâneo (nove linhas ilegíveis) do Coronel Antônio Glr e adiante desta mais outra (1 palavra ilegível) com distância de dezoito, não falando nas duas que estão do Regente com a nova vila e parte do Martins pertencente dela e todo o mais povo que se acha pela ribeira acima riachos pertencentes no termo destas distâncias acima declarada todos estes obrigados das conveniências ditas, como por lhes ficar a dita Matriz conveniente neste lugar e experimentarão notável prejuízo com a mudança dela para as vargens como porque a dita igreja das vargens

que se aplica para matriz se verá no conhecimento a olhos vistos se acha com bastante perigo de vida às pessoas que nela entram que assim que fazem a santa oração (uma linha ilegível) para fora para ser fabricado com pouca (palavras ilegíveis) consideração de ser coberta com telha, motivo por onde se lhe deu seis palmos de alicerce o que se não executou (ilegível) por não haverem naquelas vargens e lugares circunvisinhos madeiras suficientes e por isso se cobriu de rebocação com um inexplicável peso e ser muito alta em demasia e por isso se carecia de doze ou quinze plano o que (ilegível) pela razão dita e juntamente as paredes de que se compõem a mesma igreja ser de três palmos e meio com dois corredores abertos que somam todo o corpo da igreja causando-lhes estes muito maior prejuízo como consta da certidão autêntica do oficial que nela trabalhou, cujo perigo consta já a sua notoriedade e que será (ilegível) extraordinário pela razão da abóbada se acha a parede principal rachada pelo meio e sendo o caso que venha abaixo o que Deus tal não permita, fica sem controvérsia (ilegível) poderem os moradores daqueles subúrbios levantá-la de novo pelo muito (várias palavras ilegíveis) os gastos e pelo contrário a Matriz (várias palavras ilegíveis) zelo para maior honra e glória de Deus (muitas linhas ilegíveis) fica padecendo intoleráveis prejuízos e a pobreza que mora pelas muitas serras como acima fica declarado e outros pela razão das distâncias deixarão de assistir a santa Missa como acontece na mesma Matriz sendo mais perto a vizinha do que a longitude que é para as ditas vargens crescendo outra genuína razão de muita atenta ponderação como seja com o tempo de inverno encherem os rios e não dar passagem e os moradores irem na dita Matriz das vargens e daí seguirá fazerem a confissão e outros serem-lhe dificultoso (palavra ilegível) o Rev^o Pároco para as diligências a que estão obrigados sem o encômodo dos gastos que exige (2 palavras ilegíveis) e por todas estas razões pareça que (uma palavra ilegível) a Divina Providência de Cristo Senhor Nosso a ligar aquele lugar de Pau dos Ferros que classificam algum modo madeiro em que foi crucificado querendo que assistisse sua Mãe Santíssima, a Virgem da Conceição, de cuja invocação é o soberano título, razões todas estas equivalentes para se atender à súplica dos suplicantes, portanto

pedem a V. Ex^ª Revm^ª seja servido sendo esta com subtil perspicácia e atenta ponderação como costuma mandar se não mude a dita Matriz e na falta ponderando as razões declaradas seja servido se parta a freguesia pois tem povo e capacidade para isto, ficando extrema da fazenda Telha (três linhas ilegíveis) ficam pedindo a Deus aumentar os anos de vida de V. Ex^ª Revm^ª para amparo e consolação (várias palavras ilegíveis) a santa bênção com o bom despacho (palavras ilegíveis) — Receberá mercê. Despacho (algumas palavras ilegíveis). Desejando o maior (uma linha ilegível) espiritual de que careçam e atendendo as ponderações do Procurador e mais vizinhos fregueses da freguesia de Pau dos Ferros do Apodi sob a Matriz (palavras ilegíveis). Resolvemos que o Pároco fique na Matriz do Pau dos Ferros e que vá o seu coadjuntor para a Residência da Igreja da Missão para aproveitar aquele sítio e administrar aqueles vizinhos. Que se observe como tínhamos combinado; que os dois párocos se dividissem, um no Apodi e outro no Pau dos Ferros. Assim se apresentem estes despachos e documentos ao seu cura e vigário da Vara concordem este ponto como melhor ficar do bem comum da freguesia. E por ora se continuem as obras dessa Igreja cujo risco bem parece se não tivera o erro, de serem os alicerces de pedra e barro como estou informado (várias palavras ilegíveis) as paredes sejam de tijolo e ruim cal que satisfaz (2 linhas ilegíveis) seja obra segura. Haja paz e a santa bênção. Olinda, dezoito de dezembro de mil setecentos e sessenta e um. Estava a rubrica do Exm^o Senhor Bispo, D. Francisco Xavier Aranha e não se continha mais em dita petição e despacho que eu o Reverendo Padre cura vigário da Vara fiz trasladar bem e fielmente do próprio a que me reporto. Eu o Padre José Pereira Lobato, cura vigário da Vara desta freguesia do Apodi.

(Livro do tombo da freguesia de Pau dos Ferros, folhas 25 e 26).

DOCUMENTO N. 4

Ata da sessão realizada na Matriz de Pau dos Ferros, sob a presidência do Visitador Diocesano, Cônego Manoel Garcia Velho do Amaral, para resolver os problemas da contribuição dos fazendeiros, relativos à manutenção da paróquia.

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil setecentos e sessenta e quatro anos, nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Pau dos Ferros, no lugar da sacristia da mesma Matriz, onde foi vindo o muito Reverendo Cônego, o Senhor Doutor Visitador Manoel Garcia Velho do Amaral, apareceram os fregueses abaixo assinados e em mesa de censura, consertaram todos, deferindo o dito Senhor os requerimentos que lhe foram feitos por parte dos sobreditos fregueses sobre dúvidas de pagamento de alguns (palavra ilegível) e conhecer a inabilidade dos que se acham para poderem fazer na forma determinada na visita passada pela mesma (palavra ilegível) anuidade da freguesia, atendendo a tudo o dito Senhor, determinando que as conhecenças (ilegível) davam-lhe o presente aos párocos de um boi ou três mil réis, seria um boi de marcha (ilegível) ou de seis mil e quinhentos réis (2 linhas ilegíveis) também determinou que só pagaria o dito boi quem tivesse fazenda de cinquenta vacas com vaqueiro e ferro a parte e que tendo algum sem vaqueiro e ferro a parte e não pudesse pagar boi que fizesse convenção com o Pároco e que este nunca deveria mais de mil duzentos e cinquenta réis, atendendo ao referido: determinou finalmente que da assistência das eleições não teria o Pároco mais que dez tostões não dizendo missa da Irmandade nesse dia e dizendo-a seria dois mil réis e nesta forma houve por deferidos os requerimentos dos fregueses que todos assinaram com dito senhor este acórdão. Eu, o Padre Luís da Costa Pereira, escrevão da visita o escrevi.

(aa) Padre Doutor Manoel Garcia Velho do Amaral — Visitador. Leonardo (ilegível) da Costa — Bernardo da Costa, Rafael Cruz da Silva — João da Silva de Moraes. Manoel Pereira da Araújo — José da Silva Glr — Antônio Pereira de

Castro — Miguel Camelo Barcelar — Antônio Gomes — João Ribeiro — Astério Moreira Pinto — José do Rego Leite — Matias Ferreira, José Pereira Costa, Francisco Xavier Pais — Gonçalo de Gouveia.

(Livro do tombo da freguesia de Pau dos Ferros, fls. 27 verso e 28)

DOCUMENTO N. 5

Termo das providências tomadas pelo Visitador diocesano, Padre Doutor Joaquim Monteiro da Rocha, na visita que fez à freguesia de Pau dos Ferros, em agosto de 1779.

O Doutor Joaquim Monteiro da Rocha, Presbítero secular e Visitador Geral da Repartição Baixa do Norte, por Sua Ex^a Reverendíssima que Deus guarde.

Visitando esta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros, proveu no espiritual e temporal o que lhe pareceu mais necessário e conveniente ao serviço de Deus, do modo seguinte:

Primeiramente adverte ao Reverendo Pároco que não consinta na sua freguesia, celebre, confesse, pregue, sacerdote secular ou regular, sem mostrar os seus papéis (ilegível) licenças precisas do Cerdinário.

Que continui com o mesmo espírito e fervor nas obrigações do seu ministério, acodindo os seus fregueses com todos os sacramentos com prontidão e a saudável palavra de Deus e com a Doutrina Cristã, principalmente na Quaresma e Advento, conforme as nossas Constituições, dando cumprimento aos capítulos que fizeram inscrever os seus antecessores, principalmente acerca dos concubinados, sendo o maior cuidado sobre os casados ausentes de suas consortes, pois lhe tem mostrado a experiência nestes sertões haverem muitos por faltas não darem cumprimento os Reverendos Pá-

roco o que manda a Constituição e desta sorte (três palavras ilegíveis) tão consideráveis ao bem espiritual e temporal das almas.

Que mandará fazer inventários dos bens pertencentes às capelas filiais desta Matriz, os quais lançará no livro desta fábrica e no fim de cada um assinem juntamente com o administrador, para desta sorte evitar tantos prejuízos que recebem por se utilizarem dos seus bens os administradores sem cuidarem nossos aumentos (ilegível) para com a decência devida celebrarem nela os ofícios devidos e outros, procurará (ilegível) dos administradores as eleições das festas, pois lhe é chegada a notícia que algumas se têm feito na capela dos Gloriosos Santos Cosme e Damião e delas cobram algumas esmolas sem se fazerem as festas e sendo certo as cobrará aplicando-as para os altares a que pertencem, visto se não ter feito as festas, e não obedecendo se lhe dará em culpa na visita futura.

Também é muito para estranhar a indiscreta devoção daqueles paroquianos que com pretexto frívolo de piedade costumam festejar ao Senhor S. Gonçalo em casas particulares admitindo nelas pessoas de outro sexo que formam danças indecentes sem advertirem que de semelhantes congressos não pode resultar serviço a Deus e culto ao Glorioso Santo. O Reverendo Pároco aos que achar compreendidos nesta matéria de hoje em diante os multará em dez tostões para a fábrica da sua Matriz, fazendo sabedores aos sacerdotes que estiverem servindo nas capelas filiais dela assim o executem.

Ultimamente que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, condição ou preeminência entrará na Igreja com esporas, coifa, espingarda, faca de arrasto, cachimbo, ou outra qualquer arma, exceto a que trouxer (1 palavra ilegível) e todo aquele que assim o não executar sendo admoestado, o Reverendo Pároco ou Capelão em cuja presença se arrojam a quebrantar esta determinação tão justa e necessária lhes farão saber em como ficam incursos na pena de excomunhão maior da qual os absolverão seu Reverendo Pároco, pedindo a comunidade e assinarão termo de emenda no livro do arquivo da sua Matriz, além de pagarem a pena de cinco tostões

para a sua fábrica ou Capela na qual cometeram a desobediência, e estes Capítulos serão lidos nesta Matriz em dois domingos ou dias santos, pena de suspensão, do que passará certidão ao pé destes em como assim executou e de como o dito Senhor Doutor Visitador houve estes capítulos por findos e assinou. Eu, o Padre Bartolomeu Monteiro, Secretário da Visita a fiz escrever e subscrevi. (a) Joaquim Monteiro da Rocha — Visitador. Certifico que publiquei à estação da Missa Paroquial os capítulos (ilegível) na forma do mandato supra. Pau dos Ferros, 15 de setembro de 1779. (a) José de Almeida Machado, Cura de Pau dos Ferros.

(Livro do tomo da freguesia de Pau dos Ferros, folha verso 40 e 41).

DOCUMENTO N. 6

Termo das providências tomadas pelo Visitador Padre Manoel Vieira de Lemos Sampaio na visita que fez à freguesia de Pau dos Ferros, em abril de 1787.

Aos doze dias do mês de abril de mil setecentos e oitenta e sete anos, estando em visita nesta freguesia do Pau dos Ferros, e tendo visitado a dita freguesia, julguei ser necessário o seguinte:

Que o Reverendo Pároco fizesse nova Matriz, e do corpo da Igreja existente formasse a capela mor, para o que deixava em sua mão duzentos e trinta e seis mil e quarenta e cinco réis, os quais entregou Rafael da Silva, de orações, de rendimentos dos gados da Senhora e para a dita obra também aplicará todo o ouro que lhe entregou o Padre Missionário Frei Pedro.

Do dinheiro da fábrica das sepulturas mandará fazer um ornamento novo ao qual ajuntará, quarenta mil réis, de quatro timões vendidos.

Todos os sacerdotes desta freguesia que estiverem em alguma capelania, ou administração dos sacramentos serão obrigados a ensinar a Doutrina Cristã e fazer práticas espirituais em os domingos; e aquele que as não fizer ao menos uma vez todos os meses fique ipso facto suspenso nas ditas práticas e ficarão a culpa dos negligentes para assistir à Santa Missa e os multarão na forma da Constituição, e o Reverendo Pároco lerá esta à estação da Missa e possará certidão por baixo em como o fez e para constar mandou fazer este termo em que se assinou e eu, Padre José Manoel Pereira Ferraz, secretário da visita o escrevi. (a) Pe. Manoel Vieira de Lemos Sampaio — Visitador.

Certifico que publiquei os Capítulos supra na forma determinada pelo muito Reverendo Dr. Visitador. Pau dos Ferros, 21 de abril de 1787. Pe. Francisco Benício de Carvalho — Cura de Pau dos Ferros.

(Livro do tombo da freguesia de Pau dos Ferros, folha 45 e verso).

DOCUMENTO N. 7

Termo da visita que o Padre Dionísio de Sousa Bandeira, fez à paróquia de Pau dos Ferros, em abril de 1792, e das providências que tomou.

Dionísio de Sousa Bandeira, Presbítero secular, Notário do Santo Offício, Protonotário Apostólico dos aprovados de Sua Santidade, Visitador Geral e Delegado do Crisma dos sertões do Norte da Comarca da Paraíba, pelo Exm^o e Revertm^o Senhor D. Frei Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde.

Visitando a Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros, e provendo no espiritual e temporal o que lhe pareceu útil e necessário ao serviço de Deus, há por bem determinar o seguinte:

Que o Reverendo Pároco a quem muito louva o zelo da sua Matriz e providência no pasto espiritual de suas ovelhas por si e pelos Reverendos Capelães que (1) ocuparam todas as capelas filiais da sua Matriz; ensinarão a Doutrina Cristã aos seus fregueses todos os domingos à estação da Missa na forma (duas palavras ilegíveis) de Sua Magestade além de estar determinado nas nossas Constituições.

Ordena mais o dito Senhor que o Reverendo Pároco não consinta que se celebre Missa na sua Matriz e igreja filiais antes de cinco horas da madrugada; que se façam novenas de noite nas igrejas, por assim o determinar sua Exc^a Reverm^a e que todos os nubentos que se receberem em matrimônio na sua freguesia forem naturais de outras distintas os não receba em face da Igreja sem lhes apresentarem certidão de batismo.

Ordena mais o dito Senhor ao Reverendo Pároco, como vigário da vara não admita justificações de solteiro e menoridade, óbito e serviçais até a segunda ordem de Sua Exc^a Reverm^a.

E finalmente recomenda o dito Senhor ao Reverendo Pároco continue no mesmo fervor de edificar a sua nova Matriz para cuja obra tem aplicado a terça parte dos remanescentes dos bens do testador Gaspar Barbosa de quem é testamenteiro Bernardo da Costa Barros e que visto não poderem obedecer prontamente os culpados por causa da seca, na visita os faça notificar com pena de excomunhão maior para virem assinar termo de emenda, pagarem as custas e multas da Constituição e os rebeldes que não obedecerem os declarará.

E para que venha à notícia de todos, o Reverendo Pároco lerá estes capítulos em três dias festivos sucessivamente à estação da Missa Conventual e de como assim o executou passará certidão ao pé deles. Dado na freguesia do Pau dos Ferros, aos 14 dias do mês de abril de 1792. Eu, Padre Francisco Correia de Queiroga, secretário da visita o subscrevi. Padre Dionísio de Sousa Bandeira — Visitador.

Certifico que publiquei os capítulos retro do Muito Reverendo Sr. Dr. Visitador na forma que me foi mandada.

Pau dos Ferros, 19 de maio de 1792. Pe. Francisco Benício de Carvalho, Cura de Pau dos Ferros.

(Livro do tombo da freguesia do Pau dos Ferros, fl. 45 verso e 46).

DOCUMENTO N. 8

Auto de posse que o Reverendo Vigário Manoel Gonçalves da Fonte, Pároco colado no Pau dos Ferros, ao Reverendo Senhor Antônio Camelo Valcásser na nova Igreja de São Cosme e São Damião desmembrada da mesma freguesia do Pau dos Ferros.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e trinta e três, nesta povoação da Serra do Percira, nesta Igreja de São Cosme e São Damião novamente erecta em Matriz, onde ia o Reverendo Vigário do Pau dos Ferros, foi vindo e sendo ali em presença do povo que se juntava para a Missa Conventual, em virtude do officio dos Reverendíssimos Governadores do Bispado, datado em vinte e seis de fevereiro do andante ano, dei posse e li a Provisão do mesmo Reverendo Pároco tão somente das águas do Figueiredo por serem estas pertencentes à Província do Ceará na conformidade determinada no Decreto de desmembramento e de como assim ficaram entendidos os dois párocos mandaram lavrar este autoamento em que ambos se assinaram, e eu, Manoel Silva Chaves que este assinarei. O vigário Manoel Gonçalves da Fonte, o Padre Antônio Camelo Valcásser, Vigário encomendado que bem e fielmente o mandei copiar neste livro em virtude do despacho de Sua Ex^ª Reverendíssima de quatro de dezembro do próprio ano de trinta e três, o qual é do teor seguinte: Os Reverendos Párocos do Pau dos Ferros e da freguesia dos Santos Cosme e Damião registrem o termo de posse aqui mencionado declarando os limites das duas freguesias na conformidade do decreto da criação da última. Palácio da Solidade, quatro de dezembro de mil oitocentos e trinta e três. (a) João, Bispo de Pernambuco. E nada mais se conti-

nhá um dito despacho que bem e fielmente o fiz copiar, para em todo tempo constar e me assinei, e eu, Manoel Silva Chaves o copiei. O vigário Manoel Gonçalves da Fonte.

(Livro de tombo da freguesia do Pau dos Ferros, folha 75 e verso).

DOCUMENTO N. 9

Termo da visita realizada à freguesia de Pau dos Ferros, em junho de 1840, pelo Padre Francisco de Brito Guerra e das providências tomadas pelo mesmo visitador.

Francisco de Brito Guerra, Presbítero Secular, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Vigário colado na freguesia de Santa Ana, da Vila do Príncipe, no sertão do Seridó, Senador do Império, Visitador e Delegado do Crisma, nas duas Providências da Paraíba e Rio Grande do Norte pelo Exm^o e Revm^o Sr. Bispo Diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão, que Deus guarde.

Tendo visitado esta freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros, e crismando nela em vários lugares, inclusive na capela filial da Serra do Martins, mais de cinco mil pessoas; e tendo observado a religiosidade e subordinação destes povos para com o seu Reverendo Pároco, louva o seu espírito e docilidade e espera que continuem a prestar-se como cumpre, às admoestações Evangélicas que dele devem ouvir, para não aberrarem do caminho da justiça. Como os seus Reverendíssimos Predecessores já tinham deixado adscritas sábios provimentos para o bom regime desta Igreja: julga ocioso aumentar mais letras a eles, esperando das luzes e circunspecção do Reverendo Pároco a religiosa observância dos seus deveres. Recomenda ao seu zelo a continuação da obra da sua Matriz, que se acha na maior precisão de esforço para ser consumada, bem que tenha suficiência dos paramentos e vasos sagrados. Recomenda igualmente ao Reverendo Pároco, que, visto achar-se valetudinário, e quase

impossibilitado de acudir com prontidão e com o desvelo que sempre teve às necessidades espirituais de seus fregueses, procure, quanto antes, levar a efeito o engajamento de um coadjutor, como intencionado já tem; recorrendo, em último apuro ao Exm^o e Reverendíssimo Sr. Bispo Diocesano, a fim de que não perigüe ele Rev^o Pároco e as almas dos seus fregueses pelas quais como bom Pastor deve dar a própria vida.

Finalmente, dando ele visitador por visitada esta freguesia e deixando nela a paz de Jesus Cristo, recomenda e ordena ao Rev^o Pároco que leia estes artigos em dois dias santos à estação da Missa Conventual, de que passará certidão para constar: e de tudo mandou o dito Senhor Visitador fazer este termo que assinou aos quatro dias do mês de junho de mil oitocentos e quarenta anos. E eu, o Padre Manoel Casiano da Costa Pereira, secretário da Visita, o escrevi. (a) Francisco de Brito Guerra.

Certifico que li estes provimentos do Reverendíssimo Senhor Visitador nos dias oito e nove de junho, nesta Matriz, na estação da Missa Conventual e para verdade passo o presente em que me assino.

O vigário Manoel Gonçalves da Fonte.

(Livro de tombo da Matriz de Pau dos Ferros, folhas 76 e verso).

DOCUMENTO N. 10

Termo da Visita realizada à freguesia de Pau dos Ferros pelo Cônego Manoel José Fernandes em outubro de 1847.

Manoel José Fernandes, Presbítero secular. Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cônego honorário da Imperial Capela, Vigário Colado na freguesia de Santa Ana do Seridó, Visitador Geral e Delegado do Crisma nas Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, por Sua Exc^a. Reverendíssima, o Senhor Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão que Deus Guarde.

Visitando esta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros, lastimo o miserável estado em que se acha o lugar destinado para a Capela Mor que já não se pode celebrar pelo perigo de cair a cada instante o tecto, as paredes e todo o velho edificio e sepultar nas suas ruínas o Ministro celebrante; dói-me dentro da alma ver o lastimoso estado em que se acha a casa de Deus, o Templo do Deus Vivo, sem ter um lugar decente em que possa celebrar o Santo Sacrificio, nem em que se coloquem as imagens da soberana Padroeira e as dos outros santos que haviam na Igreja as quais com dor no meu coração (duas palavras ilegíveis) sobre o caixão da sacristia e mal cobertas com um pano velho, hediondo e roto. **Pro dolor.** É reparável e execrável a indiferença com que o Reverendo Pároco já valetudinário, inválido, Manoel Gonçalves da Fonte, não tem olhado para sua Esposa. Mas (três palavras ilegíveis) as minhas palavras pelo seu estado portanto ao actual Reverendo Pároco interino cumpre, prevalecendo-se do bom pé em que se acha por ser bem aparentado na freguesia e muito estimado e acreditado de todos em séria consideração o ruinoso estado de sua Matriz e com o auxílio do bom e religiosos povo da freguesia cuidar com o maior desvelo nas obras de que ela tanto precisa para sua segurança e perfeição; assim confio de sua boa moral e nesta esperança me retiro alguma coisa consolado na minha dor com as promessas que levo, Deus permita que se realizem.

Quanto aos ornamentos e vasos sagrados tem a Igreja os de que precisa para a celebração do Sacrificio e Offícios Divinos e tudo está em bom estado o que muito louvo.

Devendo além disto prover sobre o bem espiritual e temporal desta Igreja, faço-o recomendando ao Reverendo Pároco a religiosa observância das venerandas Pastorais dos Exm^{os}. e Rever^{os}. Senhores Bispos Diocesanos e dos Capítulos de Visita dos meus antecessores que tudo se acha exarado neste livro, os quais Capítulos por os achar sabiamente ditados e bem adaptados, nada tenho que alterar e mando se cumpram literalmente. O Reverendo Pároco lerá estes Provimentos aos seus fregueses em três domingos à estação da Missa Conventual e passará certidão, ao pé deles de que assim o cumpriu. Povoação do Pau dos Ferros, em visita, 14 de outubro de 1847.

Eu, o Padre Pedro José de Queiroz e Sá, secretário da Visita, o escrevi, (a) Padre Manoel José Fernandes.

Vendo o menospreso com que o Rev^o Vigário Manoel Gonçalves da Fonte achou para os Provimientos de meu antecessor relativamente ao lançamento dos assentos que estão emprazados desde o ano de 1824 e conhecendo que o mesmo Rev^o Pároco não pode mais por si remediar este mal por causa do seu estado valetudinário, ordeno ao atual pároco interino que lance debaixo de sua firma todos quantos achar por lançar seguindo a ordem da antiguidade, a fim de que por este modo se remedeie em todo ou ao menos em parte o grande mal que vem aos particulares e à sociedade de tão criminosa omissão. Pau dos Ferros, em visita, a 15 de outubro de 1847. (a) Manoel José Fernandes, Vigário Visitador.

(Livro do tomo da freguesia de Pau dos Ferros, verso da folha 80 e 81 e verso).

DOCUMENTO N. 11

Termo da visita efetuada à freguesia da Serra do Pereira para resolver questões de limites entre as paróquias de Pau dos Ferros e Serra do Pereira, pelo Cônego Manoel José Fernandes, em novembro de 1847.

Manoel José Fernandes, Presbítero secular, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cônego honorário da Imperial Capela, Vigário Colado na freguesia de Santa Ana do Seridó, Visitador Geral e Delegado do Crisma nas Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, por Sua Exc^a Reverendíssima, o Sr. Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão, que Deus guarde.

Visitando esta freguesia dos Santos Cosme e Damião da Serra do Pereira, Província do Ceará, por mandado expresso de Sua Ex^a Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano para fim de examinar circunspectamente (palavra ilegível) esta questão que tem movido o Reverendo Pároco desta freguesia, joaquim Manoel de Oliveira Costa, pretendendo incorporar

a ela as Serras do Frade, Jardim e S. Miguel da freguesia do Pau dos Ferros, da Província do Rio Grande do Norte e para fim de providenciar convenientemente a tal questão de modo que não progrida a questão, cessem as desordens começadas e se restitua a paz, a harmonia entre os párocos e povos das ditas freguesias da Serra do Pereira e Pau dos Ferros: depois de bem examinar a questão, já consultando a Resolução da Assembléia Geral de 11 de outubro de 1831 que criou esta freguesia da Serra do Pereira desmembrando-a da do Pau dos Ferros, já ouvindo o Reverendo Pároco da dita freguesia do Pau dos Ferros, Manoel Gonçalves da Fonte, que foi quem deu o risco da divisão da nova freguesia, já atendendo ao auto de posse que deu o mesmo Reverendo Pároco Manoel Gonçalves da Fonte ao primeiro pároco da nova freguesia, Antônio Camelo Valcácer em virtude de ordem dos Reverendíssimos Governadores do Bispado de vinte e seis de fevereiro de mil oitocentos e trinta e três e ao registro do mesmo auto de posse por despacho de Sua Exc^a. Reverendíssima, o Senhor Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão, de 4 de dezembro do mesmo ano de 1833, já percorrendo atenta e cuidadosamente as serras em que estão e já finalmente conversando a pessoas inteligentes, probas e tementes a Deus; vejo (1 palavra ilegível) que não tem razão o Reverendo Pároco Joaquim Manoel de Oliveira Costa, que entendeu mal a disposição da Lei, que a divisão destas freguesias está muito bem feita, porque está feita pelo equilíbrio das águas para o Figueiredo e Apodi, isso é, para a Província do Ceará e para a do Rio Grande do Norte, e que as Serras do Frade, Jardim e São Miguel pelas quais é toda a questão, pertencem, sem sombra de dúvida, à freguesia de Pau dos Ferros, por isso que estão nas águas da Província do Rio Gande.

Portanto ordeno em nome de Sua Exc^a Reverendíssimo ao dito Reverendo Pároco Joaquim Manoel de Oliveira Costa que desista da questão e que se contente com os limites dados à sua freguesia no Auto da posse com os quais viveram sempre satisfeitos os seus predecessores sem moveram a menor questão a respeito. Atenda o mesmo Reverendo Pároco que a freguesia do Pau dos Ferros é mãe da freguesia da Serra do Pereira e muito se empobreceu para criá-la e a outras que

dela se desmembraram (palavra ilegível) não deve exigir de tão boa mãe um sacrifício impossível; sacrifício que a se realizar não poderá mais o Pau dos Ferros continuar a ser freguesia e deverá reduzir-se a capela filial de Portalegre ou da Serra do Martins (2 palavras ilegíveis) E confio que o Reverendo Pároco cumpra religiosamente quanto aqui lhe determino (1 palavra ilegível) assim as promessas que repetidas vezes me tem feito, a palavra que me deu de não se importar mais com a questão a de não escrever como alguma a respeito dela e os deveres (ilegível) bom e honrado riograndense sendo (ilegível) da Província que lhe deu o berço (palavras ilegíveis) certo de que não pode achar fidelidade entre os estranhos quem não atende aos seus (palavras latinas ilegíveis)

Visitei além disto a Matriz e todos os vasos sagrados, ornamentos e alfaias e tudo achei em bom uso; pelo que louvo o Reverendo Pároco e lhe recomendo todo o cuidado e zelo no ornato e asseio de sua Matriz propondo-se com auxílio dos fregueses a fazer as obras de que ela precisa para seu acabamento e perfeição. Fui informado pelo Reverendo Pároco que as capelas Queixossó e Saco de Orelha, únicas filiais desta Matriz têm patrimônio e se acham suficientes para a celebração do Santo Sacrifício da Missa e mais Offícios Divinos; pelo que as dou por hábeis para o referido fim para que foram erectas. Recomendo por último ao Reverendo Pároco a maior prudência e caridade na direção e governo das almas que lhe estão confiadas defendendo-as (1 palavra ilegível) e exemplificando-as com a moderação (1 palavra ilegível) a religião e bons costumes a fim de merecer em todas e por todas as suas ações universal veneração, amor e respeito. Tenho assim cumprido como entendo a comissão de Sua Exa. Reverendíssima, nosso amabilíssimo Prelado. E para que chegue à notícia de todos os fregueses desta freguesia, mando ao Reverendo Pároco que leia este termo de visita em três domingos sucessivos à estação da Missa Conventual, sob pena de lhe ser levado em culpa na visita futura e passará certidão ao pé dela de que cumpriu. O Reverendo Secretário da visita extraia duas cópias deste termo, uma para ser remetida a Sua Exc^a Reverendíssima o Sr. Bispo a comissão e a outra ao Reverendo Pároco do Pau dos Ferros

para fazê-los registrar nos livros de sua Matriz. Vila de São Cosme e Damião da Serra do Pereira, dois de novembro de mil oitocentos e quarenta e sete. E eu, Padre Pedro José de Queiroz e Sá, secretário da visita o escrevi. (a) Manoel José Fernandes. E nada mais se continha em dito termo que bem e fielmente o copiei o que afirmo em fé de pároco. Pau dos Ferros, 17 de novembro de 1847. Pe. Bernardino José de Queiroz, Vigário interino.

Despacho que deu Sua Exc^a Reverendíssima, o Sr. Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão, a cerca dos limites desta freguesia e da de São Cosme e Damião da Serra do Pereira.

Atento à nova petição que nos foi dirigida acerca dos limites das freguesias dos Santos Cosme e Damião e da do Pau dos Ferros, declaramos em conformidade com a lei geral de 11 de outubro de 1831, que as serras do Frade Jardim e São Miguel pertencem à freguesia do Pau dos Ferros sobre as quais jamais o Reverendo Pároco da freguesia dos Santos Cosme e Damião poderá exercer jurisdição alguma sob a mais estrita responsabilidade.

Este será registrado no competente livro de ambas as freguesias já mencionadas para perfeito conhecimento dos respectivos párocos. Residência Episcopal no Recife, 5 de março de 1849. (a) João, Bispo de Pernambuco. E mais se não continha em dito despacho que bem e fielmente o copiei o que me reporto e assim afirmo em fé de pároco. Pau dos Ferros, 6 de abril de 1849. (a) Padre Bernardino José de Queiroz — Vigário interino.

(Livro de tombo da freguesia do Pau dos Ferros, folhas 81 verso a 83 verso).

A DESCOBERTA DAS MINAS DE PRATA DO MURIBECA

R. Argentière
(Sócio Correspondente)

Em junho de 1962, fomos incumbidos de realizar uma prospeção geoquímica e mineralógica de ocorrências de minerais de chumbo no local denominado Arraial de São Bartolomeu, distrito e município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia. Esta prospeção foi objeto de uma publicação científica (1).

O Arraial de São Bartolomeu está situado a NNW de Boquira, do qual dista, por estrada carroçavel, 56 km e de Oliveira dos Brejinhos, sede do Município, 32 Km N. As ocorrências estão situadas a W, cerca de 2 Km do entroncamento da estrada de rodagem Boquira-Oliveira dos Brejinhos.

OBRAS ANTIGAS

Ao entrar na área das ocorrências, observam-se evidentes sinais de que a mesma já foi pesquisada e minerada de maneira mais ou menos intensiva. Na área foram assinalados vários túneis, trincheiras e poços. Várias pessoas, moradores velhas do local, afirmam que estas obras já existiam no tempo de seus bisavós, há mais de 100 anos. O que chama atenção, em primeiro lugar, é o Morro da Prata, assim conhecido pelos moradores, porque a tradição diz que foi extraída grande cópia de prata "há mais de 100 anos". Além disso, existem 12 obras de mineração, em perfeitas condições de conservação.

REFERÊNCIA HISTÓRICA

Em conexão com o nosso trabalho, empreendemos rigorosas buscas bibliográficas tanto em Salvador como no

Rio de Janeiro, objetivando descobrir a existência de antigos documentos relacionados com estas obras.

Em Salvador, descobrimos no Instituto Histórico e Geográfico, um relatório de viagem de Teodoro Sampaio, publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (2), no qual encontramos um mapa detalhado da região, levantado, possivelmente, em 1879, durante sua viagem pelo vale do São Francisco, em companhia de Orville Derby. Neste mapa, Sampaio denomina Serra Geral ou de Macaubas, que a passa W de Oliveira dos Brejinhos e do Arraial, de "Serra do Muribeca". Teodoro Sampaio não esclarece no texto a causa desta denominação. E' possível que tenha registrado um termo tradicional da região, ainda vivo em sua época.

A tradição bahiana diz que Melchior Moréia, o Muribeca (caçador de gente) descobriu na Bahia as famosas Minas de Prata, em 1587. O Muribeca andou cerca de 1 ano pelo interior do Estado, onde teria descoberto as minas de prata, em lugar até hoje incerto. Debalde procuraram-nas seu Filho Roberto Dias e seu neto, Estácio. Nunca mais foram localizadas. José de Alencar (3) em seu bellissimo romance "As Minas de Prata", localiza esta jazida na Serra do Sincorá. Como nota o próprio romancista, ali nunca foi encontrada prata; é zona diamantífera. Paulo Setubal (4), que se apaixonou pelo tema, mostra Melchior pisando Itabaiana, porém, sobre ouro. E, Euclides da Cunha (5), apesar de classificar esta mina como um mito, não nega o fato de que o Muribeca tenha chegado até a margem direita do São Francisco. E foi esta ilusão — O Eldorado de Prata — que impulsionou, no século XVII, o povoamento do São Francisco.

SÃO BARTOLOMEU E BOQUIRA

Não há dúvida de que estas minas de prata existiram na Bahia. E a prova está aí: São Bartolomeu e a Boquira. Entretanto, não existe prata nativa tanto nas minas de São Bartolomeu como na Boquira, como era crença geral no século XVI. O que existe no local é galena, cerusita e outros minerais de chumbo em associação com a prata. Estes mi-

nerais chegam a produzir até 700 gramas de prata por tonelada de chumbo. É possível que o Muribeca tenha mineração de galena e cerusita e realizado, grosseiramente, a redução da prata. O método de amalgamação utilizado tradicionalmente no México, foi idealizado pelo metalurgista espanhol, Bartolomeu Medina, em 1557. Teria o Muribeca conhecimento deste método, descoberto 30 anos antes de suas andanças pelo sertão bahiano? Tudo indica que sim.

As afirmações de seus contemporâneos, como Barbosa Leal de que "... por todas estas razões se prova que Melchior Dias descobriu ricas minas; e em sua casa ainda há prata que tassitamente tirou dellas", não constituem simples fantasias.

O ROTEIRO

Qual teria sido, na verdade, o roteiro de Melchior Dias para atingir estas minas?

Depois da descoberta de São Bartolomeu, podemos afirmar que o único historiador que realmente conseguiu levantar o roteiro do Muribeca, foi Pandiá Calógeras (6), que, por ser engenheiro de minas, muito interessou-se pela história e ciclo da mineração do Brasil Colonial.

De acordo com a reconstituição de Calógeras, o Muribeca saiu de suas fazendas às margens do rio Real, precisamente à margem norte, segundo reconstituição de Bezerra (7) e buscou a diretriz do Itapicurú, desviando-se daí para pesquisar o sertão de Massasará, passando pela serra do "Bendutayu" (possivelmente, a Serra do Aracati); examinou em seguida, a do Piquaraçá ou Monte Santo; daí rumou para a Itiuba e para a Serra de Jacobina; embrenhando-se mais para o Oeste, subiu pela margem do rio Salitre (onde hoje se encontra a Vila de Ouro Branco) até a Serra Branca e a de Assuruá; depois correu as cabeceiras dos vales dos rios Verde-de-baixo (na altura de onde se encontra a cidade de Gentio de Ouro) e Paramirim, galgando este até a aldeia de "Tubajaras", que é talvez a Macaubas de agora; supõe-se que percorreu também o bordo oriental da Chapada Diamantina;

procurando voltar ao vale do S. Francisco, foi ter ao Curaçá e à serra do "Oroquery", onde descobriu ametistas e salitre; e, finalmente, continuando para leste a marcha de retorno, chegou a Itabaiana, onde se recolheu ao ponto de partida.

Sabemos, hoje, que esta reconstituição de Calógeras é, em traços, gerais, muito exata.

Assim, o Muribeca esteve em São Bartolomeu e de lá são as obras que ainda hoje persistem, depois de quase 4 séculos. O Muribeca esteve também na Boquirá, porque era seu caminho natural do Paramirim. E não há dúvida de que foi ele quem descobriu as grandes jazidas de minerais de chumbo e prata daquela região — agora, em franca produção. E' a mais rica mina de chumbo do Brasil.

Não há dúvida também que o Muribeca procurou ganhar o vale do São Francisco. Temos também provas disto, agora. Ele regressou de Macaubas para São Bartolomeu e daí infletiu para Oeste, em direção ao rio São Francisco. Vários moradores da região nos mostraram o roteiro antigo. No chamado Boqueirão, na serra do Boqueirão, a 6 km a oeste de S. Bartolomeu existe uma pedra com inscrições e com uma flecha apontando em direção a estrada do S. Francisco. Na Serra do Mosquito, a 8 Km a oeste de S. Bartolomeu encontramos obras semelhantes as do Morro da Prata e também inscrições e direção; na Serra de São Bento, a 12 km a oeste de S. Bartolomeu existem também túneis cavados de um lado e outro da montanha; na Serra do cercado, a mais ou menos 15 km a oeste de S. Bartolomeu, existem outros túneis cavados na montanha. Todas estas obras estão no antigo caminho que vai sair nas proximidades do porto de Paratinga (antiga Urubú). Daí desceu em jangadas até Curaçá, onde retornou por terra.

Fica assim, definitivamente desfeito o mistério que durante mais de 3 séculos cercou as "Minas de Prata" do Muribeca, minas que foram de triste memória e que ajudaram também a colonizar o vale do rio S. Francisco. Durante mais de 3 séculos povoaram de sonhos as cabeças de milhares de aventureiros e agora, com a sua descoberta, não suscitaram sequer um simples comentário de imprensa.

Ah! o capricho do destino!

- (1) — Argentière, R. — Prospecção geoquímica das ocorrências de minerais de chumbo em São Bartolomeu, Ba. — Rev. da Esc. de Minas, Ouro Preto, V. XXV, nº 3, 1967.
- (2) — Sampaio, Teodoro — O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina (1903) Reed. Livr. Progresso Ltda., Salvador, 1955.
- (3) — Alencar, José de — As Minas de Prata. Ed. Melhoramentos, 2 vols., SP. 1955.
- (4) — Setubal, Paulo — O Romance da Prata. Liv. Carlos Pereira. SP., 1934.
- (5) — Cunha, Euclides da — Os Sertões. Liv. Francisco Alves, 25ª ed. SP, 1957.
- (6) — Calogeras, Pandiá in Magalhães, Basilio de — Expansão Geographica do Brasil até fins do século XVII.
- (7) — Bezerra, Felte — Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe. Ed. Organ. Simões. Rio de Janeiro, 1952.

Roteiro do Muribeca, de acordo com a reconstituição de Pandiá Calógeras e Rômulo Argentièrre. Este roteiro compreende: do Rio Real ao Porto de Paratinga, 935 km; de Paratinga a Curaçá, pelo rio S. Francisco, 629 km; de Curaçá até o Rio Real, 408 km. O circuito totaliza 1972 km. O tempo gasto para cobrir esta distância seria de 80 dias, porém, o Muribeca foi obrigado a parar em muitos lugares para execução de trabalhos de pesquisa. (Vê mapa I).

Mapeamento da região de Oliveira dos Brejinhos, feita por Teodoro Sampaio, em 1879, durante a expedição Roberts. A NW de Oliveira a Serra do Muribeca, hoje conhecida por Serra da Penha e Barriguda; Santa Rita é agora Bocuituba e a Boquira, pequena aldeia de mestiços, tem um nome ilegível. (Vê mapa II).

CNRG HOMENAGEIA CÂMARA CASCUDO

A biblioteca do Centro Norte-Rio-Grandense vai ter o nome de Luís da Câmara Cascudo, em homenagem ao escritor e folclorista potiguar, em virtude de sugestão dele próprio, lembrando a inconveniência de se usar nome de pessoa na designação do próprio Centro.

A esse respeito, Câmara Cascudo enviou ao sr. Raul Vidal Lemos, presidente do Centro, a seguinte carta:

Natal, 21 de Maio de 1973

Meu caro RAUL VIDAL LEMOS.

Toda a emoção inesperada e consagradora homenagem em cativante simpatia, não evita o necessário e frio raciocínio que julgo constituir minha primeira colaboração à Casa Norte-Rio-Grandense na Capital do Brasil. A iniciativa e sua repercussão afetuosa na unanimidade conterrânea no planalto candango enchem-me de ternura o velho coração potiguar. Mas Raul querido, vamos livrar o nosso CENTRO dessas distinções imóveis e permanentes, vinculando-o ao nome efêmero de uma criatura humana. Ficarei peccadoramente jubiloso se meu nome for transferido para a futura Biblioteca, clima em que vivo há meio século, e também obstinado e humilde fazedor de livros. Assim me tenho submetido a ver-me simbolicamente paraninfar Bibliotecas. Mas o nosso CENTRO, Raul, deverá exclusivamente ser NORTE-RIO-GRANDENSE, título suficiente de sua legitimidade funcional. Qualquer denominação diversa limita sua expansão acolhedora e genérica. O CENTRO é uma presença do Rio Gran-

de do Norte que jamais caberá na vaidade de um dos seus filhos. Meu nome na Biblioteca constituirá desmarcado prêmio à toda existência desse velho professor jagunço. Espero que o querido Presidente e todos os conterrâneos estejam de acordo com esse emocionado e gratíssimo.

SUGESTÃO ACEITA

Falando ao "Correio Braziliense", o sr. Vidal Lemos anunciou a aceitação das razões, dizendo: "Para estudar e executar esta ordem sumamente elegante e ao mesmo tempo razoável e lógica, a Diretoria do CNCC reuniu-se em sessão extraordinária e decidiu acatar a opinião, sempre venerada, do ilustre e querido Mestre Câmara Cascudo, não sem antes organizar um plebiscito entre políticos, intelectuais, escritores, inclusive o Exmo. Governador do Estado, de vez que de qualquer forma o nome do ilustrado professor Luís da Câmara Cascudo, jamais se ausentaria da fachada da nossa sede. Isso mesmo partiu de sua douda deliberação, conforme carta exposta, consentindo que o seu nome figurasse na futura biblioteca da entidade.

Feita, pois, a apuração total, constatou-se finalmente que a maioria optou pelo respeito e pela vontade sapiente do escritor, jornalista, historiador e folclorista — professor Luís da Câmara Cascudo.

Ademais, o seu augusto nome, conhecido além fronteiras nacionais, ficará gravado eternamente no Centro Norte Riograndense de Brasília como seu amorável Patrono".

Correio Braziliense — 20/10/73 — Brasília.

HENRIQUE CASTRICIANO, PROSADOR

Luís da Câmara CASCUDO

H. Castriciano residiu muitos anos na avenida Rodrigues Alves, esquina com a rua Açu. Duas palmeiras na frente. Meu Pai morava na Jundiaí, esquina da Rodrigues Alves. Uma quadra de distância entre nossas casas.

Quase todos os domingos aparecia para conversar, almoçar a carne do sertão que meu Pai recebia, carne que não pode ser recordada quando mastigamos a borracha cornea da carne dos zebús. Meu Pai era amigo dos Castricianos a vida inteira, desde tenente do Batalhão de Segurança, quando Auta de Souza cantava para adormecer-me.

Por esse tempo de nossa grande casa da Jundiaí, 1914-1932, andava eu de polainas brancas, monóculo e tinha todas as petulâncias da idade e as arrogâncias da época. Sempre fui devoto dos livros e possuindo biblioteca, comprada por meu Pai, nunca recusando pagar minhas contas de volumes e volumes pedidos ao Rio de Janeiro, via Fortunato Aranha ou diretamente.

H. Castriciano perguntou se gostava mais do Poeta ou do Prosador, relativamente ao seu trabalho intelectual.

Tive a coragem juvenil de preferir o prosador ao poeta. Mas fui logo afirmando que adorava muitos poemas e sonetos, de excepcional beleza. Mas a prova era magnífica pela elegância, sobriedade, equilíbrio, originalidade. Não tinha rival.

Esperei que Castriciano fizesse cara feia mas sorriu, quase concordando.

Disse-me que a prosa era mais plástica, mais manejável e permitindo efeitos mais prolongados de sugestão e de permanência estética. Expôs longamente o fulgor da prosa francesa, polida, harmoniosa, incomparável. Fez-me acompanhá-lo para ler a ORAÇÃO NA ACRÓPOLE de Renan e páginas dos irmãos Goncourt, grandes admirados seus. E notadamente Paul de Saint-Victor que me presenteou.

Depois desse depoimento, andei lendo na "A REPÚBLICA" as crônicas de Henrique.

São realmente primorosas.

No meu tempo citavam muito as CARTAS HOLANDESAS que em 1916 ele publicara. Gostei de duas apenas. Nem Castriciano precisa unicamente dessas CARTAS para comprovação do grande e elegantíssimo cronista que ele foi.

Com que desolação escrevo o verbo no tempo passado...

Saberão de uma crônica sua os rapazes que hoje espalham poemas e crônicas, com a mesma vibração e sonho das gerações velhas... quando passaram pela mesma idade?

(Diário de Natal — 6/4/1962)

HENRIQUE SÍMILE DE BILAC

Aplaudindo a crônica transcrita do eminente escritor Câmara Cascudo, o Desembargador Silvino Bezerra a êle endereçou a carta seguinte:

*Caro Colega
Luís da Câmara Cascudo
Afetuosas Saudades:*

Tinha grande admiração por Henrique Castriciano, de modo que, a despeito da minha mediocridade, entendi que podia considerá-lo "o mais brilhante intelectual Norte-Rio-grandense". Foi o que afirmei na dedicatória do soneto "Ru-

des Amigos”, publicado no meu livrêto “Últimas Reminiscências”, do qual ofereci um exemplar ao caro amigo, ao tempo da publicação. No dia 6 do corrente, tive vivas recordações do poeta do “Abôio”, lendo no “Diário de Natal” sua crônica evocativa daquela figura inconfundível e inesquecível do mundo literário do nosso Estado, direi melhor do país.

Vi a sua narrativa do episódio da palestra que com êle entreteve em casa do seu venerando pai, que o apreciava mais como prosador do que na poesia. Conhecendo a pequenez da minha capacidade para opinar em assunto de literatura, senti-me até desvanecido; pois era idêntica a minha preferência. E, como agora com a sua cultura polimorfa e o seu talento de escol manifesta-se por igual maneira a autoridade de mestre, ninguém tenha dúvida em optar pelos escritos não rimados do pranteado homem de lêtras. Ótima sua resposta justificativa da preferência pelo prosador, afirmando a êle próprio julgar excepcionais seus poemas. “Mas a prosa, adiantou, era magnífica pela elegância, sobriedade, equilíbrio e originalidade. Não tinha rival”. Eu admirava os versos de Henrique que, ademais, como sabe, era um sociólogo, como aí estão para comprovar, frutificando as admiráveis instituições da Escola Doméstica de Natal e os Escoteiros do Alecrim, obras do seu pensamento e dos seus estudos. Ao que me parece a Academia Brasileira de Lêtras foi omisa não o acolhendo em tempo na sua egrégia companhia, como o fêz acertadamente recebendo o nosso digno coestaduanu Peregrino Júnior e, acredito, não tardará em eleger o amigo a quem estou escrevendo e que tem sobradas credenciais para figurar entre os imortais.

Diziam-me que Henrique quando demorava no Rio, tinha assídua convivência com grandes literatos da metrópole, entre êles Coêlho Neto e Olavo Bilac. Lembrando-me disto, lembro-me por igual, desta coincidência. Sempre que nas folgas de meus afazeres de magistrado, folheava alguns livros de publicistas nacionais do setor da poesia, as produções que mais me agradavam eram os primorosos e cadenciados versos de Bilac. Pois bem; Depois que li as conferências que o autor de “Tercêtos” enfeixou em precioso volume, fascinei-me com a sua frase não rimada de tôdas aquelas eruditas

conferências, entusiasmando-me com a que proferiu sobre a Esperança. Não sei quem teve estilo igual, escrevendo com palavras as mais singelas, com tanta beleza e elegância. A coincidência aludida, para mim é esta: Henrique Castriciano e Olavo Bilac, no meu fraco julgamento, foram dois grandes poetas, mas suas produções não poéticas empolgavam mais seus leitores. Quanto a Castriciano, guardo na lembrança a emoção sentida em Fortaleza, quando em 1924 assisti à conferência que fez na Academia de Direito sobre Martins Júnior, representando o corpo discente a que pertencíamos, e a que aqui realizou sobre a "Educação da Mulher".

Com o meu abraço pela sua erudita crônica, peço desculpar minha caceteação, que é talvez já uma manifestação de senilidade, mas por outro lado representa minha solidariedade a sua homenagem à memória imperecível de um homem boníssimo e que sempre me distinguiu com a sua estima: Henrique Castriciano de Souza.

Do seu velho colega e amigo,

Des. Silvino Bezerra

UM ELOGIO QUE NÃO FOI FEITO

Francisco Amorim
(Sócio Efetivo)

Se tivesse sido eleito à vaga deixada na Academia Norte-Riograndense de Letras pelo nosso sempre lembrado Aderbal de França, eu focalizaria a sua personalidade dizendo: Poucas vezes tive oportunidade de com ele estabelecer contato. Nessas poucas vezes, porém, senti a profundidade do seu senso humano. Modesto sem aparato, humilde sem subserviência, o seu poder de fascinação surpreendia. Minguado no tamanho, agigantado na inteligência, com percepção global dos fatos e dos homens, exercia o seu mandato jornalístico com aprumo e espontaneidade, sem outras vinculações a não ser o seu sentimento evocacional. Moderado nas suas apreciações, dando a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, sem arreganhos publicitários, sensacionalismo e ostentações vulgares, conquistou a simpatia pública, o aplauso espontâneo, dada a justeza da sua expressão, da sua forma de dizer e da sua maneira de pensar. O seu apego ao jornal, o seu amor à imprensa como que lhe injetavam renovadas energias, contribuindo para o aceleração do seu domínio intelectual, que se aprimorava e se desenvolvia à medida que o tempo decorria. Indiferente às asperezas da vida, fez da sua máquina de escrever Royal o seu *modus vivendi*. Se uma decepção lhe aflorava à mente, para suavizá-la revestia-se de uma tolerância que poderíamos dizer beneditina. Cronista de fôlego, estilo enxuto, analista do cotidiano, a sua diretriz se encaminhava para um idealismo superior, enfatizando o meio social, estimulando as iniciativas, dando, assim, um toque de renovação espiritual para a organização de um mundo mais fraterno e mais compreensivo. Liberto das ambições terrenas, adistrito às suas pretensões ambientais, filosoficamente encarava a vida, no sentido de dar a mais e a receber a menos. Um detalhe singular: Aparentava ser um

enfezado, quando na realidade era jovial, madrugador, como diria Guerra Junqueiro. Foi assim que conheci Aderbal de França.

ADERBAL — NA BAHIA

Raramente o biógrafo enfatiza a vida do seu biografado sem omitir deslizes. Nada mais natural. É uma determinação da espécie, uma imposição biológica. Ir de encontro a esse imperativo é cair no terreno da infantilidade. Aderbal de França vem do último quartel do século passado. Trazia em si a superioridade do caráter e a magnitude do talento. A cidade do Natal, em 5 de Janeiro de 1895, assistia o seu nascimento, sendo seus pais Luiz Pereira de França e D. Joaquina Cordeiro de França.

Ninado por esses atributos morais e intelectuais trazidos do berço, fez-se em 1906, aluno do Colégio Diocesano Santo Antônio (hoje Marista) e, posteriormente do Atheneu Norte-Riograndense. Terminados os preparatórios, quis ser médico, fazendo, no ano seguinte, o vestibular para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia. A sua estada na Faculdade de Medicina foi curta. Apenas cursou o primeiro e o segundo ano. Regressando à terra natal, serviu no Governo Alberto Maranhão de revisor da "A REPÚBLICA", depois foi repórter, foi redator e foi secretário. Na interventoria do General Antônio Fernandes Dantas, de 1944 a 1945, foi seu diretor. Foi no órgão fundado por Pedro Velho que teve início a sua movimentação jornalística como, também, por essa época, secretariando a "A REPÚBLICA"; a 8 de junho de 1928, tornou-se o bisbilhoteiro, no bom sentido, da vida mundana natalense, através de uma coluna, adotando o pseudônimo de DANILO. Poderíamos dizer que datam daí, desse pioneirismo, o seu prestígio, a sua atuação, o seu fastígio e a sua consagração.

A sua projeção de colunista tomou conta da cidade. A sua linguagem serena, atraente e comunicativa, prendia o leitor. Sem ferir melindres, sem provocar azedumes, comentava os acontecimentos, quaisquer que fossem as suas origens

com uma sutileza e um discernimento suscitadores da admiração coletiva. Na área social a sua elegância de comentarista de sociedade ultrapassava os limites do transcendental. Era sóbrio, meticuloso e apurado na apreciação dos fatos e das ocorrências do dia-a-dia. Não criava prevenções nem estimulava desavenças. A sua ética jornalística e o seu estilo, amistoso e ponderado, exerciam uma espécie de fascínio gerando simpatizantes que cresciam e aumentavam à proporção que a sua capacidade imaginativa adquiria maior amplitude. Dialética convincente, com uma profundidade de penetração sugestionante, aproveitava os motivos para dar-lhes um colorido singularmente emocional, pondo em evidência os seus primores espirituais.

No encadeamento dos assuntos revelava uma mentalidade sadia, isenta de preconceitos esdrúxulos, tamanha era a sua perícia no desenvolvimento da matéria, quase sempre ligada aos aspectos fisionômicos do torrão nativo. Mais de uma vez transitei por sua proverbial bondade os caminhos por ele magistralmente traçados no seu diurno escrever.

ADERBAL — O POETA

Aderbal era chegado às Musas. Tinha os seus anseios poéticos. Os seus versos refletiam o seu apaixonamento interior, que tanto tinha de emotivo quanto de sentimental.

Renato Caldas, também poeta e de boa cepa, teve em mãos cadenciadas sextilhas de sua lavra. Acontece, porém, que lá para as tantas, não sabemos o porquê, Aderbal encostou a lira e se armou da pena. A vocação jornalística sobrepunhou a vocação poética.

ADERBAL — O CRONISTA

O jornalista, na estrita significação vocabular, já nasce feito. Aderbal de França é um exemplo. Integrou-se no seu "métier" com uma perseverança apostolar.

Regressando às plagas natalenses, continuou a sua via crucis jornalística. Publicou, em 1928, "CIGARRA" a serviço da sociabilidade potiguar. Incontestavelmente, a CIGARRA embora tenha tido, apenas em circulação cinco números, foi a primeira publicação no gênero, em Natal, dedicada à vida mundana. Feição magnífica para a época, nas suas páginas não se liam apenas futilidades individuais. Outras modalidades culturais, desde a poesia ao esporte ali figuravam. A sua equipe de colaboradores primava pela sofisticada forma de, com maestria, manejar a pena. Infelizmente, dificuldades do tempo, a precariedade gráfica de então, determinaram o seu desaparecimento. Suas atividades, no entanto, não pararam. De parceria com outros, a 18 de setembro de 1939, fundou O DIÁRIO. Esse vespertino, logo cedo, conseguiu simpatia comunitária. Aderbal que, de início, dava à sua coluna o singular nome de VIDA SOCIAL no DIÁRIO passou a chamá-la de CRÔNICA SOCIAL. Adquirido pelos Diários Associados, passou a chamar-se DIÁRIO DE NATAL que, aliás, ainda hoje permanece, Aderbal, sem solução de continuidade, manteve a sua coluna cada vez mais discutida e mais apreciada. Em sucintos períodos, matematicamente, dizia o que queria e o que pensava. Tudo sintetizava. Sabia reduzir as palavras sem prejudicar o assunto. CRÔNICA SOCIAL teve o seu fim a 7 de abril de 1972.

O seu trânsito no campo das letras não sofreu interrupção. Em 1960 encontramos-lo na direção da Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras (Nº 6, Ano VIII). Na segunda guerra mundial serviu à Agência Nacional como seu correspondente. Assisti à entrega do seu diploma de sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ocasião em que proferiu um expressivo agradecimento.

ADERBAL — O FUNCIONÁRIO

Pertencia ao funcionalismo estadual desde 1932, na categoria de 2º Oficial do Departamento da Estatística, o qual, em 1936 secretariou e, posteriormente, dirigiu. Exerceu, também nos anos de 1955 e 1957, o cargo de Delegado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua aposentadoria

deu-se como Diretor Geral do Departamento de Estatística Estadual. Contraiu núpcias em 1936 com Dona Eunice Alves de Souza, de cujo consórcio houve os seguintes filhos: Luiz Augusto, Luciano, Maria, Lígia, Lúcia Cleide e Liane Cléa. Em 1965 enviuvou.

ADERBAL — NO RIO DE JANEIRO

Pretendendo continuar na conquista de ser laureado em Medicina buscou a Cidade Maravilhosa. Se assim pretendeu, melhor o fez. Matriculou-se na Faculdade de Medicina, na Praia Vermelha. Coursou apenas, o 3º e começo do 4.º ano. Abandonou, escreveu ele depois, porque os tais micróbios são incompatíveis com a sua paciência. Ambientado, deu ao "RIO JORNAL" a "A PÁTRIA", ao "O NORTE", a "GAZETA DE NOTÍCIAS" e à "REVISTA MENSAL" o valioso concurso da sua colaboração. Foi o fundador do "MUNDO MÉDICO", semanário que, em 1926 — 1927, teve a sua circulação. A par dessas incursões no campo da imprensa carioca, quase que diariamente ia ao Grande Hotel, na Lapa, secretariar o Senador Elói de Souza. Costumava o Senador Elói de Souza, dizem, não escrever os seus trabalhos mentais, ditava. Aderbal era o seu datilógrafo. Não é sem propósito pensar ter essa aproximação influenciado no abandono dos estudos médicos e, conseqüentemente, na sua integração completa, de corpo e alma, no jornalismo, trocando a arte de curar pela arte de escrever. Apesar desses afazeres, que não eram poucos, mantinha, semanalmente, uma correspondência amorosa com uma certa criatura que deixa em Natal. Na Rua do Catete, no primeiro andar, por cima de um botequim, casa de residência de um funcionário do Ministério da Agricultura, que alugava o único quarto do prédio a estudantes, ali se aboletaram os três mosqueteiros, Ezequiel Fonseca Filho, Júlio Soares e Aderbal de França. Os dois primeiros açuenses. Ezequiel, médico, hoje clinicando em Açú e Júlio, já desaparecido, poeta, musicista e compositor. O aluguel custava, na época, quinze mil réis, quantia que era rateada entre os três componentes, cabendo cinco mil réis para cada um. As refeições vinham em marmitas de um hotel não muito próximo. Entre eles existia homogenei-

dade de idéias, afinidades de pensamento. Viviam na mais estreita camaradagem. Aderbal, ao publicar o seu livro VI DA PROFANA, em 1920, caracteriza essa cordialidade focalizando na crônica "Os CAVADORES" um episódio, no Café e Bar Lama, que não podemos deixar de transcrevê-lo. "Batem onze e meia horas. Levantam-se todos, automaticamente, esfregando os olhos, como se houvesse soado o momento de alguma salvação. É tempo da ceia! Chove lá fora, mas o botequim é próximo. Consultam-se, e há um ligeiro enfraquecimento de vontade... Fim de mês. THAT IS THE QUESTION! A custo combina-se à *inglesa*. Tomam dos paletós de casemira surrada sobre os pijamas, põem gorros amassados e saem.

No botequim algumas pessoas. São os últimos fregueses em bocejos vagos de sonolentos. O caixeiro, vagozoso, traz as três MÉDIAS pedidas e, num pires inestético, três pães sem manteiga. Há uma mistura de café e leite, instante mais é o momento psicológico... o pagamento!

Dá-se um cruzar de olhares indiscretos e um ruído de suspiros angustiados... Por um efeito curioso esquecerá nessa ocasião que têm de continuar ainda por uma hora as CAVAÇÕES para os exames que se aproximam com pessimismo prognóstico...

Um deles, desconfiado e sóbrio, fala sobre o cabuloso tostão da GORJETA! De entre o murmúrio de protesto dos outros, eleva-se a voz do literato: — Não, "não pode ser! Não vês que o dia nasce... e já os COBRES morrem?"

Saem. Na porta ainda se voltam. Alongam para dentro do botequim um olhar de tristeza, enquanto de sobre a mesa de mármore azulado o caixeiro retira bruscamente os derradeiros níques da última MESADA!

ADERBAL — SEUS ÚLTIMOS DIAS

Aderbal foi uma vítima da sua própria predestinação. Levou uma vida de abnegação e desprendimento. Fez do jornal a sua obsessão, a sua preocupação diária, o seu pão de cada dia. Espírito alheado das mesquinhezias humanas,

superior nas atitudes e coerente nas decisões, afastava de si os dissabores das incompreensões para que o seu pensamento se rejubilasse com as perspectivas de um sonho que, mesmo não realizado, amenizasse as inconsequências do cotidiano. Arredio às convenções sociais, parece um paradoxo, penetrava nas suas minudências com uma perspicácia estonteante, abordando os temas com agudeza de assimilação, descrevendo o acontecido com a fertilidade estilística que lhe era sui generis. A sua veia colunista era o seu suporte vivencial. Viver ao seu modo era a sua filosofia. Parcimonioso nas amizades, sabia, como poucos, cultivá-las e conservá-las com a avidez de um usuário. Profissionalmente, era de um escrúpulo que tocava às raias do excesso. Não se distanciava do verdadeiro, do real, no seu comedido prosar. Daí o seu hábito de ir à redação, diariamente. Uma para entregar o que havia escrito, outra para ele próprio fazer a revisão. Essa criatura, talento a sobrar e bondade a valer, a 25 de maio de 1974 permutou o áspero viver da terra pelas inefáveis delícias do Céu.

CONGRESSO DE HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Rio — 28 de agosto a 6 de setembro de 1972 — São Paulo

Assunto: Encaminhamento, para os anais do Congresso, de importante documentação existente no arquivo do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE — Ano de 1822.

Encaminhando para os anais do Congresso de História da Independência do Brasil as cópias de alguns documentos enviados pelos Ministros do Príncipe-Regente, Dom Pedro de Alcântara, à Junta de Governo Provisório do Rio Grande do Norte, durante o ano de 1822, cujo sesquicentenário comemoramos, desejo trazer, na qualidade de presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a pequena colaboração da entidade que tenho a honra de presidir, ressaltando o mais integral e alto conhecimento da fase histórica, básica e sugestiva na evolução social e política do Brasil.

Esse breve documentário, salvo do Tempo, apagador de vestígios reveladores talvez de traços essenciais do Passado, apenas evidencia a existência das comunicações regulamentares entre o Palácio do Governo no Rio de Janeiro e a sede administrativa na tradicional RUA GRANDE, na cidade do Natal, e onde fora fundada em 25 de dezembro de 1599. Idênticas as que se remetiam às demais Províncias do Reino, permitem imaginar o cenário psicológico da época, ação e reação das duas forças disputantes da unidade orientadora na terra do Brasil, que se revelara para o mundo na participação irremediável de seus problemas e interesses econômicos.

Talqualmente ocorria noutras regiões administrativas, o Rio Grande do Norte estava sob a influência dos dois grupos políticos na constante inquietação da posse executiva. Os

devotos partidários das Cortes de Lisboa, o Soberano Congresso, e os admiradores do Príncipe-Regente, vértice do ângulo onde se reuniam as tradições autonômicas, a herança emocional das revoluções esmagadas.

Eleitos dois deputados e um suplente, o Rio Grande do Norte não se fazia representar em Lisboa por nenhum de seus delegados: AFONSO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, que seria nosso primeiro Senador do Império, com serviços prestados na Junta dos Matutos em Goiana de Pernambuco, e os padres ANTONIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO E GONÇALO BORGES DE ANDRADE, ambos participantes da revolução de 1817. O último foi ex-prisioneiro nos cárceres baianos, de junho de 1817 a novembro de 1820. O Padre MONTENEGRO ocultara-se.

Por uma coincidência, presidia a Junta de Governo Provisório, eleita em março de 1822, e governando, isto é, resistindo, até janeiro de 1824, o Padre MANOEL PINTO DE CASTRO, irmão do PADRE MIGUELINHO, arcabuzado no Campo da Pólvora, em Salvador, Bahia, a 12 de junho de 1817. E outrô irmão, também sacerdote, Inácio Pinto e Almeida Castro, Vigário de Jaboatão, Pernambuco, fora eleito Deputado às Cortes Constituintes e Legislativas da Nação Portuguesa, e estava participando dos debates em Lisboa, onde assinaria a Constituição, quinze dias depois do Sete-de-Setembro.

Atendendo a convite do Governo atual do Rio Grande do Norte, mestre CÂMARA CASCUDO, o velho e maior historiador do meu Estado, orador e sócio benemérito do nosso tradicional Instituto Histórico e Geográfico — a Casa da Memória Norte-rio-grandense, meu professor na Faculdade de Direito, escreveu um ensaio sobre o MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE, de próxima divulgação oficial.

Com a sua habitual meticulosidade, fundamentando-se nos arquivos locais e fontes impressas, estudou o episódio em suas origens e repercussões sociais. O consagrado historiador e folclorista, como o chamamos, dará a informação ágil e clara, dispensando seu ex-aluno do ônus da reincidência.

Os documentos apresentados, neste ensejo, a este Congresso de História da Independência do Brasil, sob os auspícios da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário do grande evento histórico, na limitação do comunicado para o cumprimento efetivo na pequena província nordestina, provocam as naturais reações locais, fazendo convergir as traduções partidaristas na leitura das ordens de Sua Alteza Real.

Tivemos o próprio Ouvidor — MARIANO JOSÉ DE BRITO LIMA, carioca, doutorado em Coimbra, como o inspirador da dita recolonização. Vale dizer, fidelidade às determinações emanadas do Soberano Congresso, despindo o Brasil de suas prerrogativas e atributos de Reino, centro funcional do Reino Unido, pela presença da Magestade de D. João VI, reintegrando-o nas limitações coloniais de um Vice-Reino na centúria anterior.

Curiosamente, o grupo de amigos do Coronel JOSÉ INÁCIO BORGES, deposto e preso pelos revolucionários de 1817, reempossado em junho do mesmo ano, transmitindo a administração à Junta Constitucional Provisória, em dezembro de 1821, representa a movimentação pela Independência. Embora em julho, seria essa Junta a expressão solidária ao FICO, e festejaria com um TE-DEUM a aclamação do Imperador, com luminárias e júbilo público. Antes, o Ouvidor requer licença e retira-se da Província. Membro dessa Junta, TOMÁS DE ARAÚJO PEREIRA, será o primeiro Presidente da Província.

Não farei, evidentemente, resumo histórico da Independência, na fixação de seus precursores, à procura desse ideal, mesmo antes do Grito do Ipiranga.

Desejei unicamente acompanhar a rara coleção dos documentos norte-rio-grandenses, guardada com carinho em nosso Instituto Histórico e Geográfico, de 150 (cento e cinquenta) anos passados, com uma palavra de realce à importância, aparentemente diminuta, desses ofícios. Revelam a técnica burocrática de outrora, na linguagem oficial e precisa do uso reinol. Os autógrafos dos Ministros, tornados figuras da História, legalizando os ofícios, emprestam valores de

recordação, denunciando o cuidado na informação sucinta e útil, essencial ao conhecimento distante dos dirigentes provinciais.

A marcha anuncia o interesse ascendente pela união nacional ao derredor das providências do Príncipe-Regente. Notadamente, assumindo a direção real dos acontecimentos que os decretos provocariam, a figura impressionante de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Esses documentos constituem os atos fundamentais do Império que se esboçava na vibração dos acontecimentos sucessivos. As curtas comunicações levam às Províncias o contágio do entusiasmo, ativando as esperanças delineadas nas previsões administrativas.

O RIO GRANDE DO NORTE FORA UMA ESTRELA NA BANDEIRA PERNAMBUCANA DE 1817.

Cinquenta e duas (52) pessoas seriam arroladas em processo; algumas com longos anos de prisão. O Chefe da Revolução local, ANDRÉ DE ALBUQUERQUE, morreria ferido na Fortaleza dos Reis Magos, em abril de 1817. Um dos membros do seu governo rápido de um mês, o Coronel JOAQUIM JOSÉ DO RÊGO BARROS, presidiria a Junta Constitucional em 3 de dezembro de 1821, recebendo o governo das mãos do Coronel José Inácio Borges, o prisioneiro de 1817, futuro Senador por Pernambuco, Marechal de Campo, e duas vezes Ministro de Estado. No Governo Temporário que o sucede, em 7 de fevereiro de 1822, o presidente, professor FRANCISCO XAVIER GARCIA, é cunhado do Padre Miguelinho. A derradeira Junta, presidiu-a um irmão, o Padre MANOEL PINTO DE CASTRO, que até janeiro de 1833, com alternativas, administra a província.

Os participantes de 1817 serão os preferidos na confiança popular para os cargos eletivos de mando. Mas o Rio Grande do Norte não elege Procurador para o Conselheiro de Estado, criação de 16, comunicado a 20 de fevereiro de 1822, pelo Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva.

É uma curiosidade local saber-se que o Padre FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA PRAÇA, capelão da Fortaleza dos Santos Reis, obtém do Imperador, em 29 de novembro de 1822, segundo comunicação do Ministro João Vieira de Carvalho, os vencimentos equiparados aos capelães das Fortalezas no Rio de Janeiro — 9\$600 mensais.

Assim, o Congresso de História da Independência do Brasil, incluindo nos seus anais, as cópias desses ofícios às Províncias, ora apresentadas, através desta comunicação, bem poderá oferecer aos estudiosos do segundo centenário da Independência a paisagem do Brasil total, vivo no tecido burocrático das providências ministeriais.

Com esse desígnio, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE traz a sua humilde achega, pedrinha mínima para o edifício permanente da nossa HISTÓRIA.

Natal, (RN) — agosto de 1972.

Enélio Lima Petrovich
—Presidente—

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS, em cópias autenticadas, PERTENCENTES AO ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, E RELATIVOS A 1822 — ANO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

-
- Doc. 1 — Nomeação de José Bonifácio de Andrada e Silva — 16 — 01 — 1822
- Doc. 2 — Comunicação do Príncipe-Regente, cancelando a sua viagem a Portugal — 17 — 01 — 1822

- Doc. 3 — Aviso de Nomeação — 17 — 01 — 1822
- Doc. 4 — O Imperador manda que seja criado, nas províncias, Conselho de Procuradores — 20 — 02 — 1822
- Doc. 5 — Remessa de Requerimento — 18 — 05 — 1822
- Doc. 6 — Uma participação ao Governador do Rio Grande do Norte — 20 — 07 — 1822
- Doc. 7 — Ordens expedidas ao Ministro Secretário dos Negócios da Fazenda — 3 — 08 — 1822
- Doc. 8 — Recusa de Empregos pelo Príncipe-Regente — 5 — 08 — 1822
- Doc. 9 — Remessa da Nota da cópia dirigida ao Consul dos Estados Unidos — 28 — 09 — 1822
- Doc. 10 — Recomendação ao Governo Provisório para a harmonia entre os empregados e as autoridades constituídas — 5 — 10 — 1822
- Doc. 11 — Remessa de um Requerimento — João Vieira de Carvalho — 11 — 11 — 1822
- Doc. 12 — Remessa de uma Portaria — José Bonifácio de Andrada e Silva — 12-11-1822
- Doc. 13 — Remessa de um exemplar de Decreto — 16 — 11 — 1822
- Doc. 14 — Remessa dos exemplares da Proclamação feita pelo Imperador aos soldados Lusitanos — 18 — 11 — 1822
- Doc. 15 — Decreto concedendo ao Capelão da Fortaleza dos Reis Magos o soldo de igual condição aos da corte — 29 — 11 — 1822
- Doc. 16 — O Imperador concede ordenado ao Capelão do Forte — 29 — 11 — 1822
- Doc. 17 — Remessa do padrão das Bandeiras — 9 — 12 — 1822

Doc. 18 — Representação contra o Sargento Mor Antonio Germano — 13 — 12 — 1822

Doc. 19 — Manifesto do Príncipe-Regente — (um documento à parte) — Agosto de 1822

Em Natal — RN., Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Agosto de 1972 —

Enélio Lima Petrovich
— Presidente —

CONGRESSO DA HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Comissão de História Política

TESE: “Encaminhamento, para os anais do Congresso, de importante documentação existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — ano de 1822”

AUTOR: Comunicação apresentada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

P A R E C E R

O que temos aqui é um grupo de 19 cópias de documentos breves guardados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Estes documentos são do ano 1822 e mostram o entusiasmo evidente no Brasil nesse ano da independência. Além disso, mostram o tipo de correspondência que Rio de Janeiro manteve com as capitanias distantes.

É impressionante notar o número de homens no Rio Grande do Norte no movimento favorável à independência, que também desempenharam papéis importantes na Revolução de 1817.

Como notou o Professor Enélio Lima Petrovich, “os participantes de 1817 serão os preferidos na confiança popular para os cargos eletivos de mando”.

Os documentos são dignos de publicar nos anais do Congresso.

Presidente: Dr. Roberto Piragibe da Fonseca

Relator: Prof. E. Bradford Burns

Obs: Publicado nos Anais do Congresso — Vol. II —
Págs. 249 a 264.

"SER NOIVO É SER DITOSO", TU ME DIZES . . .

Gumercindo SARAIVA
(Sócio Efetivo)

Nascido na cidade do Assu, a 21 de julho de 1879, faleceu no dia 25 de julho de 1973, nesta capital, o desembargador aposentado dr. Antonio Soares de Araujo, filho do coronel Pedro Soares de Araujo e d. Ana Senhorinha Soares de Araujo, de tradicional família norterriograndense. Iniciando em sua cidade os Estudos primários, em 1886, veio para Natal, juntamente com seus pais onde concluiu no ano seguinte no Atheneu Norte-riograndense, o curso de humanidades, como era conhecido naquele tempo.

Na época em que as pessoas eram nomeadas para o oficialato militar. Antonio Soares teve sua nomeação como primeiro tenente da Guarda Nacional, servindo na Brigada de Infantaria, da Comarca desta cidade por decreto de 23 de dezembro de 1897, cargo exercido apenas um ano, e em 1898, viajou ao Recife, matriculando-se na tradicional Faculdade de Direito, quando bacharelou-se a 13 de dezembro de 1902. Nessa época, fora ocupar a promotoria de São José de Mipibu, onde nosso avô Manoel Saraiva de Moura, era o Tabelião dessa cidade.

Foi justamente quando estudava no Recife, que compuzera grande número de poemas líricos, publicados em dezenas de revistas e jornais de todo o Brasil. Na pensão onde os colegas se reuniam, um de seus colegas, o jovem José Roque, entregara-lhe o tema "Ser noivo é ser ditoso" que iniciou um dos mais belos sonetos da literatura brasileira:

SER NOIVO E' SER DITOSO; Tu me dizes,
convicto; porém, sem te lembrares
que há noivos, como tu, juntos felizes,
e há noivos separados pelos mares . . .

Si tens, para que as mágoas amenizes,
de tua noiva lúcidos olhares,
quanto existem, noivos infelizes,
abrigados à sombra dos pesares.

Vives sempre de olhares e de risos...
Eu, sofrendo da ausência as crueldades,
tenho, às vezes, momentos indecisos...
Que diferença agora entre deidades!
— A tua noiva vive de sorrisos,
A minha noiva morre de saudades!

Caso o linotipista que vai compor esta crônica o fizer como escrevemos, o poema será lido conforme o poeta ditou para ser publicado como ele queria. E' que as transcrições posteriores, vem sendo deturpadas visto que o soneto popularizou-se no meio do povo, fenômeno comum, na formação da literatura brasileira.

Contrariando opinião de um grupo de intelectuais brasileiros, afirmando não ser o Soneto uma poesia popular, esse poema pode ser considerado de clássico, modelado elegantemente, sóbrio e digno de ser imitado na formação literária, com todas as características dessa escola, glorificada do século XVII e XVIII.

Várias vezes Silvio Romero afirmou que de forma alguma aceitava a poesia popular do Brasil, que não fosse originada de Portugal, quando a classificava em Romances e Xácaras — Reizados e Cheganças — Versos soltos e quadrinhas. Em sua época de pesquisa, o mestre da literatura brasileira estava em parte com a razão, o que certamente vivendo neste momento, mudaria de opinião, porque embrionária em seu tempo, estava a fixação do estudo das tradições, costumes e credences que deram ênfase ao folclore de cada nação.

Inegavelmente, Shakespeare, Draylton, Milton, Rossetti, Coleridge, na Inglaterra. Herrera, Gongorra, na Espanha, Camões e Bocage em Portugal, Raimundo Correia, Bilac, Laurindo Rabelo e Gregório de Matos, no Brasil, compu-

zeram sonetos que se popularizaram de maneira extraordinária e a Modinha encarregou-se de divulgá-los no meio do povo, tornando-os comuns, e até “corriqueiros”, como dizem os tropicalistas atuais.

No Rio Grande do Norte, temos o exemplo desse Soneto, jóia da poesia erudita do Brasil — NOIVOS, de Antonio Soares de Araujo, historiógrafo e uma das inteligências mais atuantes do século XX. Antes declamado nas tertúlias brasileiras — NOIVOS, anos depois, pela musicalidade recebida da pianista Evangelina Barros, tornou-se a Modinha mais cantada, não somente em nossa capital, mas também em todo o Brasil, porque o povo assim a eternizou. E sendo uma composição essencialmente popular, ela poderá folclorizar-se, visto que está praticamente “vinculada às atividades sentimentais na cultura especial das populações”, como deve ser objetivada uma canção dessa espécie. NOIVOS, sendo emulurada no estilo nacional na forma musical que o maestro Waldemar de Almeida, sentiu e levou para a pentagrama, é executada em vários Conservatórios de Música, de Portugal, juntamente com outras composições do autor de “Normas Pianísticas”, fato este que certamente a família do morto desconhece.

Quando em nossa juventude, juntamente com o dr. Perboyre, Gal. Estevildo Antunes, Olacildo Xavier, Euclides Lira, todos rapazes de 16 a 19 anos, fazíamos serenatas memoráveis, permanecendo sempre fiéis às noites enluaradas, tomando parte ativa nas madrugadas risonhas de nossas praias, às sombras de seus frondosos coqueirais, recebendo os eflúvios da brisa marinha, deliciosa plumagem acariciadora que somente os poetas e seresteiros podem distinguir. “SER NOIVOS”, como era conhecida, possuía uma intensidade jamais alcançada por outras modinhas do cancioneiro potiguar, como uma espécie de hino obrigatório nessas serestas memoráveis que agora recordamos, quando morre o seu autor, glorificado, na magnificência de uma vida exemplar, digna, honrada na bem-aventurada, conforme ditam os evangelhos, da Doutrina Cristã.

O historiógrafo norte-riograndense Enélio Lima Petrovich disse em seu livro “Os Arquitetos da História do Rio

Grande do Norte”, que Câmara Cascudo afirmara existirem — “três Santos Padroeiros de nossa história provinciana: Vicente de Lemos, Tavares de Lyra e Luiz Fernandes.” Certamente a expressão referia-se àqueles já falecidos, porque bem poderia entre esses ter aparecido o nome de um dos maiores construtores da nossa história. E também poderia tê-lo chamado de Santo, porque o indivíduo de grande austeridade de costumes, extraordinariamente bondoso, com vida pura, imaculado, venerável, inocente e profícua podemos considerá-lo Santo, como vivia Antonio Soares de Araujo, em seu Estado. E porque não dizer, enclausurado no oratório sagrado que é a família, que com ele convivia, comungando e obedecendo rigidamente as Leis Divinas.

O desembargador Antonio Soares de Araújo em vida abrangeu toda forma de literatura, organizando associações culturais, fundando jornais, escrevendo crônicas, redatorian-do órgãos de alta classe como o “Diário de Pernambuco” e outras publicações, chegando a dirigir A REPÚBLICA e DIÁRIO DE NATAL, quando em 1924 assumiu essas funções, somente ocupadas por intelectuais de vasto lastro cultural. Católico dos mais ardorosos, convicto pela Fé de Cristo, ocupou cargo de relevo em dezenas de instituições religiosas, presidindo com tenacidade, apêgo e assiduidade, a Sociedade de São Vicente de Paula, e integrando o corpo de administração do “Instituto de Proteção e Assistência à Infância”, e outras entidades, deixando nas mesmas, traços de um homem lúcido, resplandescente, mostrando sua inteligência privilegiada.

Historiando as tradições populares, Antonio Soares de Araújo cantou em versos a Lenda de “Cantofa e Jandy”, num primor de poesia, contando a vida sertaneja, principalmente os amores desse casal, cuja estória era narrada de geração a geração, sendo depois transportada em forma poética. Trata-se de uma página do folclore norte-riograndense, que apenas transcrevemos algumas estrofes, por ser muito longo o poema:

CANTOFA E JANDY (Lenda da Serra de Portalegre)

Cantofa, livre filha dos sertões,
Amava a sua taba e a sua gente;
Nascida ao sol daquelas regiões,
Tinha a cor bronzeada e o gênio ardente,

Era feliz, tranqüila,
Na doce paz das selvas,
Sorvendo o meu que a coméia distila
E ter por leito a maciês das relvas.

Aprendera de um índio convertido,
Catequizado por um franciscano,
A recitar, com os filhos e o marido
As orações do Ofício Mariano.

“Deus vos salve, Relógio...” repetia
Com doçura e firmeza.
E olhava o Céu, que se abria
Cheio de infinda beleza
Fonte de eterna alegria,
Arca de eterna riqueza.
Filha de Deus, sentia-se mais forte,
Pela Fé convertida
De que esvae-se o crepúsculo da morte
Na aurora de outra vida.

A viuvez, mas tarde, lhe chegara,
Amenizada pelo amor dos netos;
E Jandy, a mais nova, conquistara
O primeiro lugar nos seus afetos.
Muitas luas passaram-se. A velhice,
Que entre os selvagens vale como espelho
Fez de Cantofa oráculo de credence
E toda a tribo ouvia-lhe o conselho.

.....

Ninguém soube notícias de Jandy
Até bem pouco, a lenda nos atesta
Rezas do Ofício por ali se ouviram:
Deus vos salve! era o eco da floresta
Deus vos salve! as montanhas repetiam.

A Lenda, que conhecíamos quando criança, contada como estória de Trancoso, deixava todos com lágrimas nos olhos, porque realmente Cantofa era assassinada, quando recitava o Ofício, oração tradicional, que ainda hoje se ouve, no interior do Estado, quando a família fecha as portas para o sono reparador das fadigas do dia.

Como anotou Nonato Mota — “No dia seguinte Cantofa foi sepultada no mesmo lugar onde fôra assassinada. Jandy não mais foi encontrado e nem se soube do seu destino. Contavam os antigos que, durante muitos anos, aquele lugar era mal-assombrado. Os transeuntes que dali se aproximavam ouviam rezar o Ofício de Nossa Senhora”.

Portalegre, criada sobre a serra, é uma cidade muito antiga, e por isso existem outras lendas, porque ali os índios eram ferozes. A serra nos meados do século XVIII, até meados do século XX, era conhecida com vários nomes: como Serra de Santana, Serra dos Dormentês, Serra do Pody, Serra do Regente, até que hoje a cidade, com 143 quilômetros quadrados, 6.390 habitantes, tem seu nome oficializado e mantém ligações constantes com as praças de Pau dos Ferros, Mossoró, onde a comercialização se estende por intermédio de suas plantações algodoeiras e a criação de rebanhos bovinos, equinos, ovinos e caprinos.

Não obstante a grande distância entre Natal e Portalegre, a cidade possui umas, 35 escolas com mais de mil alunos matriculados, e no dia 11 de fevereiro de 1969, a COSERN iluminava aquela comunidade lendária, célebre e muito conhecida pela ferocidade dos índios que ali viviam, mesmo antes de pertencer aos donatários — Dona Maria de Freitas e seu genro Carlos Vidal Barromeu, este último português, no tempo que era conhecido como “Serra dos Dormentês”, visto que existiam a marcação com madeiras, sendo por isso, apelidada com esse nome.

O indianismo foi uma escola literária, criada no romantismo brasileiro, onde deixou um marco valioso na cultura do país, notadamente em forma poética, onde Gonçalves Dias, e outros compuzeram versos famosos.

O poeta Antonio Soares de Araujo, foi um dos intelectuais brasileiros que mais evidenciou as lendas em forma poética, agrupando o anonimato, a oralidade no processamento da transmissão dos mitos embrenhados nos ambientes mais antigos das comunidades de um país. Estremós, por exemplo, a primeira Vila do nosso Estado apenas 18 quilômetros de Natal, habitada pelos tupis, fundada no ano de 1758, um ano da expulsão dos jesuitas que chegaram a construir igrejas, cruzeiros, convento que ainda conhecemos com suas paredes enormes, possui o maior número de lendas, com "A cobra maldita", "O carro caído", "O tesouro encantado", "A ponta francesa", "O canto da lagôa", "O túmulo das jóias", "O canto do Sino" e outras "estórias mentirosas".

Residindo várias vezes em Estremós, quando nosso progenitor assumia a chefia da Estação Central, como velho servidor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, tivemos oportunidade de ouvir da família Honório, os episódios que já seus avós lhe contavam. Havia heroísmo, e sublimidade de sentimentos fixado na mentalidade dos habitantes, de forma impressionante, sendo que vários intelectuais brasileiros chegavam a visitar a vila, para verem de perto aqueles lugares onde os fatos sucederam. E foi justamente numa ocasião em que ali morávamos, num domingo, chegava em trem especial, uma caravana de escritores, poetas e jornalistas, chefiada por Câmara Cascudo, quando o vi pela primeira vez. Ao que parece foi no ano de 1927.

Antonio Soares de Araújo visitou muitas vezes essa Vila e aproveitou a lenda do "Carro Caído", transportando-a para o lindo soneto:

O CANTO DO SINO

Conta uma antiga lenda: Certo dia,
Por um pobre carreiro transportado,
Ia, num carro, o sino encomendado
Para a matriz de Nova Freguesia.

E o boi do carro, a caminhar, sofria
Uma sede cruel... Volvendo a um lado,
Vê a lagoa e avança... Fatigado,
Sobre o carro o carreiro adormecia.

Num canto, o boi penetra... Repentino,
Tomba o carro no abismo traiçoeiro,
Tudo arrastando no fatal destino!

E, desde então, à noite, o caminheiro
Ouve ao passar alí, dobres do sino
E uns saudosos gemidos do carreiro.

De fato, ouvimos de muitas pessoas, que em determinada noite do ano, é notado um estrondo enorme, caracterizando-se como a queda do sino, vindo de ribanceira abaixo, se perdendo aos fundos da lagoa. Efetivamente nesse local, muito visitado por curiosos, nota-se o caminho acidentado, ligando antigamente Natal, com os carreiros e viajantes que para a vila se transportavam. Outros poetas e escritores descreveram o fato, mas não com a carência, e exatidão daquilo que vem de longo tempo, como o fez na técnica e engenho poético do historiógrafo Antonio Soares de Araujo.

Anos atrás um escritor norte-riograndense escreveu o fato, indicando a data e o nome do carreiro, quando notamos a pouca visibilidade do autor, transformando a lenda, num fato histórico "sem pé nem cabeça". Francamente, ficamos surpresos com essa leitura, por que um episódio tradicional, já contendo mais de duzentos anos, jamais poderiam aparecer nomes, com a infantilidade desse escritor, desconhecendo uma das portas mais substanciais do nosso folclore.

O poeta Antonio Soares de Araújo escreveu vários poemas baseados nas lendas brasileiras, viajando sentimentalmente ao Amazonas, quando versificou a IARA, vivida nas águas dos seus rios transcendentais, cheios de estórias maravilhosas, transmitidas de geração a geração e a maioria enfeitada em livros de folcloristas nacionais e estrangeiros. Vamos assim, conhecer mais uma página que, antes perdida no

espaço e no tempo, o nosso ilustre conterrâneo transportou para seu livro "LIRA DE POTI":

IARA (Lenda da Região Amazônica)

Noite serena. O Maguari desliza
Entre alta se copadas mauraanas.
Vem do seio da mata doce brisa,
Leve, agitando a palha das choupanas.

No silêncio da noite, caravanas
De sombras e miragens... Indecisa,
Surge no rio, em formas semi-humanas,
A figura da Iara — face lisa.

Longos e áureos cabelos anelados,
Olhos de verde-mar, colo macio.
Voz de sereia — em lânguidos bailados.

E, ao primeiro clarão do sol tardio
Volta aos velhos palácios encantados,
Na profundidade intermína do rio...

Dizem que todos os rios têm a sua mãe d'água, que nas religiões afro-brasileiras, tomaram o nome de Iara. É a protetora e sentinela no curso de água natural, muitas vezes desaguando no mar, num lago, ou para outro co-irmão. A Lagoa do Bonfim, Lagoa de Estremós, e outros rios situados em nosso Estado, existem suas Iaras, também conhecidas como "Avó d'água", com seus mitos trazidos dos colonizadores portugueses. Nos xangôs, ela é reverenciada com o nome de Iemanjá, tendo o seu dia festejado com flores, danças, músicas e perfumes, pelos umbandistas, que a tem como verdadeira protetora espiritual.

Publicaremos mais dois poemas do vate assuense, que, como magistrado foi um "dos maiores que honraram sua missão pela dignidade, honradez, fidelidade ao dever, provadas em episódios decisivos da existência do Poder Judiciário no Rio Grande do Norte", palavras estas, do escritor Edgar Bar-

Bosa, num parágrafo do prefácio de LIRA DE POTI — pág. 7
— Ed. Imprensa Universitária — 1971.

VIOLÃO

Com música de Adolfo França.

Quando, às vezes, ao luar, ando a chorar
Um amor que tive outr'ora,
Penso que este violão é um coração
Que ao meu lado também chora.

Quando com o peito oprimido, num gemido,
Recordo antigas venturas
Meu violão, compassivo, um lenitivo
Põe nas minhas amarguras.

Velho amigo e confidente, também sente
A mágoa que me maltrata
E, ao ver-me assim, penoso, êle, bondoso,
Vem comigo à serenata.

Trata-se de uma modinha muito bem cantada nas se-
restas potiguares. Tem uma musicalidade dolente, lastimosa
e porisso criou ambiente no meio da boemia do nosso Esta-
do, principalmente quando foi interpretada pelo autor da
música, um homem dedicado às cousa do passado.

REDINHA

Alvo e fino areal... Lençóis de branca espuma
Estendendo-se na areia, abertos pelo vento.
Lançados, para o mar, perpassam de uma a uma
Seja clara a manhã, ou seja o céu nevoento.
E, se o dia é brumoso e o mar ruge violento,
O sueste, a soprar, vai desfazendo a bruma...
Asas, velas, após ressurgem de momento...
Passa ao alto, o avião que para o Norte ruma.
Veranistas, no banho, a imergir e a nadar...

A onda desenrola os molhos de sargaços,
Com eles pintalgando a alvura beira mar.
Pescadores, na praia, em penoso trabalho
Arrastam, distendendo os vigorosos braços,
Os pesados calões da rede de tresmalho.

O desembargador Antonio Soares de Araújo, escreveu grande número de suas poesias na praia da Redinha, onde permanecia todos os anos veraneando, juntamente com sua família. A noite, em seu lar, as tertúlias eram constantes, abrigo amigos, seresteiros e poetas que iam saudar o poeta com as modinhas do cancionero potiguar, sendo a NOIVOS, iniciadora desse festival constante, inalterável, naquela residência iluminada pelas Graças de Deus.

Quando o poeta completava suas Bodas de Ouro, no dia 25 de maio de 1959, escreveu essa jóia, brindando a família Soares, que achamos um dos maiores sonetos de sua lavra:

BODAS DE OURO

Rememorando enlace conjugal,
Aqui, há meio século, celebrado,
De novo se engalana, em pompa igual,
Este velho solar, antigo e amado!
É que o par há lustros desposado
Tem, hoje outro favor celestial:
O de ser novamente abençoado
Por quem lhe dera a bênção nupcial!
Venerando casal: Estão presentes,
Numa homenagem merecida e grata,
O oficiante amigos e parentes.

Compondo a caravana da amizade.
Vieram dizer-vos, na festiva data,
Da alegria que a alma lhe invade!

Por uma feliz coincidência encontrava-se presente às manifestações, o monsenhor Joaquim Honório da Silveira, o mesmo sacerdote que casara, esse notável par, de onde saíram grandes figuras, enfeitando a sociedade e cultura do Rio Grande do Norte, notadamente nossos amigos Gil, Antonio, Oto, Pedro, juntamente suas irmãs, sete rosas, perfumando o jardim tropical do casal ilustre.

(Em 19/07/1973).

A LENDA DOS TRÊS REIS MAGOS

José Melquiades

(sócio efetivo)

Sentindo a preocupação do historiador Tarcísio Meireiros, nosso confrade, com os reis orientais, acompanhando de perto a sua dedicação de pesquisador sério, investigando as origens dos fatos e se abeberando nas fontes, lembrei-me de consultar meus alfarrábios, associados aos meus parcos conhecimentos de história eclesiástica, para lhe oferecer alguns informes. Aí vai o que sei sobre A LENDA DOS TRÊS REIS MAGOS. É uma fábula curiosa, semelhante àquela das "Onze mil Virgens". A palavra *Magi* é plural de *magus* e nos aparece em grego latinizado (*magoi*), transcrita de Heródoto. Eram membros de uma casta sacerdotal, entre medas e persas, e a palavra, grega ou latina, não passa de uma adaptação do original iraniano. É crença corrente que os magos seguiam Zoroastro. A partir do I século cristão, e daí por diante, essa palavra, na sua forma siríaca, aplicou-se à magia, adaptando-se, analogicamente, segundo a tradição babilônica, a diversos ramos da sabedoria hermética. Há sensível diferença entre magos da Pérsia e magos da Babilônia. Sua relação com a astrologia e sua origem oriental, dando a idéia de *sábios*, deve-se exclusivamente aos espíritos bíblicos. O único evangelista, porém, que a eles se refere, como vindos do oriente, guiados por uma estrêla, é São Mateus. Ao que pese a verdade inspirada, tal atribuição é muito imaginosa. A falsa conotação de "reis magos" originou-se no III século da era vulgar por simples analogia à passagem evangélica, segundo a qual vieram para "adorar o rei dos judeus", título atribuído a Jesus. Teólogos e exegetas crêem que judeus e gentios visitaram o berço de Jesus infante. Tudo isso se envolve na lenda e na tradição. É lícito duvidar-se de tais revelações. Esse culto de adoração

dos magos (magi) ao Cristo foi incluído na Igreja Oriental durante a vigília do Natal e na Igreja Ocidental, na época da Epifania. Na primitiva arte cristã, esses “magos do oriente” vestem roupas persas, do mesmo modo que revestiram o primeiro retrato de Jesus com as vestimentas de um orador ateniense. Tudo isso inventou-se no século IV, graças a engenhosas fábulas. Sabe-se perfeitamente o horror que os hebreus devotavam às imagens. Ora, a pintura de Jesus surgiu de uma lenda atribuída a Abgaro V, **O Preto**, rei da Síria (ano 50 d. C.) que atacado de lepra e informado dos milagres do Rabi da Galiléia, resolveu escrever-lhe uma carta solicitando remédio para sua incurável doença, convidando-o como hóspede oficial de seu reino. Jesus respondeu-lhe a missiva assegurando-lhe que enviaria um discípulo de sua confiança para sanar-lhe a moléstia. E se houve um pecado que o filho de Maria jamais cometeu foi esse de escrever carta aos amigos.

O pouco que deixou escrito de seu próprio punho, segundo o Evangelho, resume-se naquela sentença que Ele riscou, com o dedo, nas areias mornas, lá em Jerusalém, desafiando o cinismo de uns falsos acusadores — aquele que se julga livre de pecado, que atire a primeira pedra - **digito scribebat in terra**. E só. No entanto, dessa troca de pseudo-correspondência, recebeu Abgaro um retrato do Mestre Terapeuta que recolheu zelosa e orgulhosamente aos arquivos de Edessa, tendo-o, segundo a lenda, escondido até o século V. Tal insinuação encontra-se na História Eclesiástica de Eusébio. Já no século seguinte, os mais imaginosos tiraram, dessa lenda, a imagem de Jesus com o cabelo repartido ao meio, adornado com a toga romana, sentado na cadeira curial. E aí está a fotografia do Mestre. Essa mesma engenhosa adaptação efetuou-se, também, ao tentarem colocar asas nos anjos: não sabiam se as deixassem nos pés, como Mercúrio, ou nos ombros, como Ícaro. Decidiram pelos ombros, por ser mais fácil. Não é curioso? Por igual processo, o retrato da Virgem Maria é atribuído a São Lucas, um evangelista que nunca foi pintor, convertido por São Paulo 50 anos depois da morte de Cristo. Nessa escola de arte e costura entram os ornatos dos “Três Reis Magos”. Os nomes Gaspar, Belchior e Baltazar são igualmente mencionados, pela primeira

vez, no século VI. O mulato Belchior ou Melquior, talvez traga a cor tiszada por alusão a Abgaro V, apelidado o Preto, e sobre quem pesa a inspiração dessas fotografias. Quanto à colocação de Belchior veja-se essa passagem de um sermão de Vieira:

“Os três reis orientais, que vieram adorar o filho de Deus recém-nascido em Belém, é tradição da Igreja que um era preto”. Naquele tempo gerou-se a lenda de que eram três. Entretanto, muitos canonistas acreditam que foram doze. Na tradição síriaca, aliás apócrifa, alguns desses nomes são de origem persa, e se ligam radicalmente à ficção religiosa. A partir do III século, gerou-se a credence popular de que eram três os astrólogos mencionados no Evangelho de Mateus. Três é um número cabalístico. Três são as pessoas da Santíssima Trindade. Criaram-se as três virtudes teológicas; três os símbolos dos apóstolos. Os milhões de anjos e arcanjos dividem-se em três jerarquias e destes somente três anjos aparecem destacadamente: Miguel, Rafael e Gabriel. O “Quicumque” de Santo Atanásio repousa no simbolismo do número 3, e esse credo, segundo fontes latinas, pertence a São Fulgêncio. Nada mais cômodo para a concepção da trilogia cabalística. As expressões simbólicas eram usadas com frequência nos primeiros tempos do cristianismo, afirma-o Mons. Castro Pinto.

Renan não lhes mencionou os nomes, apenas faz alusão vaga ao se referir ao nascimento de Jesus, na gruta de Belém, nascimento esse relacionado com as “celebridades” do momento: Heródes, o Grande, João Batista e alguns apóstolos, esses últimos os tais magos. As supostas relíquias desses três astrólogos caldeus foram transferidas de Constantinopla para Colônia, no século XII, mas isso é fábula cristã. Não esqueçamos de que o Evangelho foi primeiro um livro síriaco em linguagem semítica. E segue-se a alegoria do ouro, incenso e mirra. Por que? O incenso sempre foi utilizado na Igreja Ocidental como um agente litúrgico purificador, enquanto a Igreja Oriental recusou-se a utilizá-lo por considerar tal prática muito ligada ao culto pagão. Esse incenso é transportado em naveta, um recipiente que se assemelha a um pequenino

barco, de onde lhe vem a origem latina. W.O. Peterson, em seu livro **Masonic Quiz Book**, afirma que Belchior era indu e trouxe ouro; Gaspar ateniense e ofereceu incenso; Baltazar era egípcio e ofertou mirra.

Tal atribuição, embora arbitrária, prende-se ao cordão umbilical de Zacarias, o grande sacerdote bíblico que aplicava o incenso como veículo de purificação. A mirra, semelhante ao incenso, era extraído de um arbusto da Arábia, um ingrediente usado na unção sacerdotal, hoje reduzido simbolicamente aos Santos óleos. Crê-se que era transportado na âmbula, pequeno vaso com gargalho estreito, bojo largo e fundo redondo. O ouro servia de ornamento e podia ser exibido em qualquer outro recipiente. Nessa imaginosa tradição, podem-se muito bem identificar os vasos dos ofertantes.

E assim correu o mito dos três Reis Magos do Oriente.

As lendas hagiográficas multiplicaram-se copiosamente na intenção de contentar o espírito crédulo no favor eclesiástico. Não há, nesses relatos piedosos, o desejo de indagar a verdade dos fatos. São vidas que se desenvolvem empoladamente ao sabor da imaginação. Muitas delas são fictícias, outras exageradas e mal compreendidas, segundo César Cantu. O culto que os gregos devotavam a heróis e deuses, transferiram-no os cristãos em forma de devoção a santos e mártires. Monges e historiadores bizantinos esmeraram-se nessas fábulas curiosas. Atribuía-m qualidades extraordinárias aos vultos populares e logo se lhes imaginavam uns tantos prodígios e o tempo curti-a o resto. Aquilo que não passava de um acontecimento natural e até isolado ampliava-se na narração, excedia-se na opinião pública, criava fama e, ao cabo de alguns anos, convertia-se em verdade revelada. Era um velho costume que vinha de longe.

A Itália primitiva, com a divulgação da Eneida, descobriu túmulos e despojos de uns amigos de Enéias que jamais navegaram em seus mares ou que talvez nem tenham existido. Nesse esplendor do alvorecer cristão, João Mosch escreveu o Prado Espiritual dedicado aos milagres; Gregório, o Grande, elaborou os seus Diálogos, plenos de histórias maravilhosas; Metafrasto levantou supostas vidas imaculadas; e

Dionísio, o Pequeno, calculou mal a era vulgar em relação ao calendário de Roma, deslocando o nascimento de Cristo para o senso de Quirinus, o que só aconteceu com a deposição de Arquelau, 10 anos depois da morte de Herodes.

Gregório de Tours dedicou-se à glorificação dos mártires e à exaltação dos confessores, escrevendo deles exaustivos e abundantes capítulos, culminando com os milagres de São Julião, Santo André e São Martinho. Todas essas crônicas são hiperbólicas, árduas e de uma mediocridade revoltante. O **Martirologium Romanum** publicado por Gregório XIII, em 1584, revisto por Bento XV, em 1923, ainda circula por aí cheio de erros, segundo se lê nas **anotações** de Mons. José Alberto de Castro Pinto. Quem lá pode contrariar a **inspiração!**?

De qualquer modo, aquelas lucubrações piedosas derivam de invencionices fabulosas concebidas **sem pecado original** e nutridas no acalento do "ouvi dizer", revigoradas em falsas revelações e sonhos aumentados ao despertar. A crítica e o exame metuculoso dos fatos rejeitam essa seqüência de provas infundadas. A fé há de começar por onde se exauriu a razão, e isso é um privilégio dos crentes. De tudo havia entre os colecionadores de relíquias. Basta lembrar que Cornélio Maximiniano, etrusco, por causa de uns amores frustrados, escreveu idílios, églogas, poesia pastoral em que aparecem 24 epitáfios dedicados a Cícero e outros tantos consagrados a Virgílio.

A falta de originalidade e o desprezo por tudo aquilo que não fazia parte do patrimônio eclesiástico geraram esse despautério nos panegíricos encomendados sobre os bem-aventurados. Tudo se concebia premeditadamente, moldado na pieguice e na afetação religiosa. Um jesuíta belga, João Bollandia, reuniu, em 53 alentados volumes, 25.000 vidas santificadas. Essa fertilidade hagiológica dominou a mente e o espírito dos primeiros luminares da Igreja. Bossuet achava que o maior de todos os santos era São Fulgêncio, um procurador fiscal da província romana que viveu entre os séculos V e VI, convertido ao cristianismo e sagrado bispo na África e sobre quem pesa ter idealizado o Credo de Santo Atanásio.

Esse santo se confunde com um homônimo seu, Fabius Fulgentius, da mesma época, possivelmente o mesmo, que esgotou seu precioso tempo esboçando um tratado mitológico, o mais absurdo já imaginado por alguém, com interpretações alegóricas baseadas em falsas etimologias. Entretanto, não foi só Fulgêncio a ocupar-se de origens absurdas. Também Santo Isidoro, Bispo de Sevilha (560-636) e seu amigo Bráulio empregaram tempo e paciência nesse caviloso mister. Aquela literatura bombástica alegoricamente retórica constituiu o apanágio do cristianismo nascente. E creio que isso é bastante.

Como eram imaginosos e corajosos aqueles monges vinculados ao império que o convertido filho de Santa Helena fundou à margem direita do Bósforo. É por isso que as relíquias dos Três Reis Magos foram parar em Constantinopla. Todavia, em assunto desse jaez, melhor mesmo é concluir com o juízo de Camões: "em tanta antiguidade não há certeza". Terminemos por aqui. Talvez esses informes possam servir de ilustração sobre a memória dos Monarcas Orientais que ocuparam o nosso Forte, desde 1598 até bem pouco tempo, por especial concessão da corte portuguesa.

O MOSQUETEIRO POTIGUAR: JOSÉ DA PENHA, UMA GLÓRIA DE ANGICOS

Dioclécio Dantas Duarte
(Sócio Efetivo)

O guerreiro Pataxó substituiu a flexa de sua tribo pela espada de Caxias.

Eu era menino. Tinha oito anos quando vi pela primeira vez o Mosqueteiro Potiguar. Um Dartagan contemporâneo digno das páginas do autor do Conde de Monte Cristo, cuja leitura ainda recordo com saudades. Foi no salão nobre do Palácio do Governo onde se realizava, promovido pelo então governador Alberto de Albuquerque Maranhão, apaixonado romântico, por iniciativas sociais e artísticas, um espetáculo de esgrima. Um dos contendores era o jovem oficial de exército José da Penha. Muito conceituado na classe militar fui em companhia do meu pai e meu irmão Dirceu. Ao nosso lado sentou-se o conhecido médico Antonio China.

José da Penha era magro e alto, pálido e nervoso, tendo pequeno e escasso cavanhaque, com ossos salientes no rosto, que lembrava os primitivos habitantes da Judéia, antes mesmo de parecer Cristo. Olhos brilhantes e pesquisadores. Um autêntico adepto de Moisés atravessando o deserto na época dos Faraós. Nasceu para missionário em luta constante na defesa dos perseguidos e dos princípios morais que ele considerava juntos. Aliás os filhos de Angicos da geração de José da Penha apresentavam idêntico tipo físico e o mesmo ardor ideológico e temperamento combativo. Assim eram Pedro Avelino, panfletário temível, de brilhante talento, incontido nas suas vaidades mas sem o necessário tacto político, José Teodoro e o irmão Vespasiano, rábulas e homeopatas habilíssimos, considerados pelos próprios duas inteligências superiores, em busca de vocábulos obsoletos nos dicio-

nários para confundirem o auditório que os invejava e respeitava. Da mesma faixa eram Luís Pinheiro e João Alexandre, prestigiosos chefes da tribo dos Pataxós, cunhados e adversários políticos locais.

Começara o duelo de espadas. O salão nobre do Palácio, com a presença do governador Alberto Maranhão, estava repleto. José da Penha levava mais vantagem, e, de quando em vez, se voltava para o público a fim de receber os aplausos merecidos. No acesso da luta o Dr. Antonio China aconselhou a mim e meu irmão que gritássemos à "Unha" no que fomos obstados pelo meu pai. José da Penha, como o seu cunhado Pedro Avelino, duas vezes compadre de Pedro Velho, viajava pela Europa, eram grandes amigos do líder e dominador da política do Estado de quem mais tarde, se tornavam adversários irreconciliáveis.

Durante muitos anos não revi o irrequieto espadachim, apaixonado das doutrinas filosóficas e religiosas. O seu livro "Espiritismo e os Sábios", que lí na adolescência, revela essa tendência mística.

Jamais deixei de acompanhar a trajetória turbulenta do ilustre conterrâneo, quando em 1913, o encontrei combatendo violentamente a candidatura do Senador Joaquim Ferreira Chaves.

Como jornalista em Recife, onde estudava na Faculdade de Direito, atuando na imprensa diária, coloquei-me, decididamente, a favor do movimento que apoiava o nome do primeiro Secretário do Senado, de incontestável prestígio no partido liderado pelo General Pinheiro Machado.

O candidato José da Penha era o tenente Leônidas da Fonseca, alheio inteiramente aos problemas de nossa terra, sem qualquer importância na sua classe, cujo único mérito era ser filho do então Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca e sua esposa D. Orsina da Fonseca, em que se apoiava o árdego tribuno, indiscutivelmente outros de primeira campanha popular na política do Estado. Tal campanha, também, intempestiva e ingrata, marcou o declínio da

vida de nosso Mosqueteiro, dolorosa e traiçoeiramente assassinado pelos cangaceiros de Floro Bartolomeu e os fanáticos de Padre Cícero nos sertões cearenses.

O jovem e tradicional político seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, meu inesquecível amigo, sempre escrupuloso nas atitudes, solicitou exoneração de cargo vitalício de juiz de Direito de Caicó, (o que hoje pouca gente faria), podendo ser posto em disponibilidade, para chefiar a campanha da Ferreira Chaves ao cargo espinhoso de governador, num período de grave crise econômica e social, pleno de vícios administrativos.

José Augusto me comunicou a resolução. Respondi aplaudindo sua atitude e me coloquei imediatamente ao seu lado. Fiz intensa propaganda nos jornais pernambucanos e assistí no Estado a vários comícios, nos quais participei, não em maior número, pela conveniência de ar em Recife.

Em nove de julho de 1913, segundo me lembrou, o velho campeador Alfredo Augusto de Santana, cuja memória lúcida surpreende, por intermédio de meu querido e constante amigo Lauro Arruda Câmara, narra o capitão José da Penha Alves de Souza chegou a cidade de Nova Cruz. O peregrino temerário, depois de percorrer vários municípios, vinha da Vila de Santo Antonio do Salto da Onça, transportado numa liteira, acompanhado por mais de duzentos cavaleiros e verdadeira multidão de pedestres. Ao se aproximar da rua Campo Santo aquela época a principal entrada da vila, o sargento Antonio Ferreira, cumprindo ordem direta do Governador ao capitão Zacarias das Neves, que desgostoso com o fracasso da política de Rosa Silva, derrotado pelo general Dantas Barreto, se demitiu do posto ocupado na polícia militar pernambucana e viera fixar residência em Nova Cruz. Por influência dos políticos locais o capitão Zacarias foi incorporado na mesma polícia do Estado no mesmo posto e nomeado delegado especial. Essa autoridade, aproximando-se da viatura, segurou as rédeas dos animais e tentou impedir a sua entrada. Rapidamente o capitão José da Penha, com incrível coragem, se apeiou do transporte, entrando, em seguida, por tras da residência do Sr. Antonio Ludgero, à rua Av. Pedro Ve-

lho, confrontante a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de onde os admiradores o levaram em passeata para o Hotel de José Santiago, atualmente Hotel Cosmopolita, à rua Getúlio Vargas.

Ali chegando, o capitão José da Penha apareceu em uma das janelas e se dirigiu à multidão. Quando proferiu a primeira palavra "Povo"! a massa popular entendeu "Fogo"! e debandou devido ao nervosismo, em face do destacamento local, constituído de oitenta cangaceiros armados ostensivamente de "Manulicha", usada na época. Os soldados vestiam trajes à paisana, chapéus de couro e lenços no pescoço, com as mesmas características do bando de Antonio Silvino o terror do Nordeste, de quem o capitão Zacarias se tornara ferrenho inimigo, nas suas constantes perseguições.

Serenada a balbúrdia e esclarecido o equívoco, depois de entendimentos com as autoridades policias, à frente o sr. Anízio de Carvalho, (meu antigo companheiro na Assembléia Legislativa Estadual) se restabeleceu a calma, o capitão José da Penha foi saudado pela senhorita Pepita Cruz, filha do Sr. Camilo Cruz. Abrilhantava a festividade uma das três bandas de música, a "Filarmônica Independência Comercial", regida pelo maestro Manuel Roberto, tocando o hino da campanha.

Voltando a discursar para encerrar o comício, o Capitão José da Penha verberou a situação com frases violentas, enfaticamente: "Nova Cruz! Nova Cruz!" "Terra da Anta esfolada!" Nesga do Rio Grande do Norte! Pedaco infeliz da Rússia!"

O tribuno assenava para o povo, um lenço de côr preta, no qual ocultava uma granada de mão. No dia seguinte viajou com destino a Natal, numa composição da "Great Western". Entre as pessoas que o acompanharam estavam o professor Antonio Rodrigues, Ernesto Lins, Camilo Cruz, Padre Bianor Aranha, Alcebíades Lisboa, Alfredo Augusto de Santana e Jacinto Januário da Silva.

Aqui termina o episódio de Nova Cruz, cuja narrativa faço para a história política do Rio Grande do Norte, neste primeiro centenário de nascimento do intrépido conterrâneo, militar de virtudes excepcionais e cidadão de ampla cultura cívica e científica, um místico incompreendido.

Neste dia memorável, 13 de maio de 1975 -, quando se comemora o 1º centenário do nascimento desse mosqueteiro potiguar, lembro aos nossos compatriotas, principalmente ao povo de Angicos, o dever de prestar justa e entusiástica homenagem ao cidadão José da Penha Alves de Souza, com a construção de um museu no chão em que ele nasceu para nele colocar o corpo do herói esquecido em terras anônimas do sertão cearense onde perdeu sempre as eleições, graças ao prestígio do chefe angicano Luís Pinheiro, partidário leal de Ferreira Chaves.

EVOCANDO HENRIQUE CASTRICIANO (*)

Enélio Lima Petrovič

— Sócio Efetivo —

**“Sinto desejos de rezar, enquanto
O ângelus repercute nas encostas...
Tem compaixão, tem pena do meu pranto
Por que não me fizeste de mãos postas?”**

* * *

Assim cantou o poeta Henrique Castriciano de Souza, em 23 de maio de 1897, nesta mesma hora em que o Centro Norte-Rio-Grandense lhe presta a homenagem da saudade, atendendo à convocação do Exmo. Sr. General Dióscoro Gonçalves Vale. É o preito de reconhecimento eterno que os conterrâneos, aqui residentes, e os insígnos amigos do Rio Grande do Norte tributam a um dos mais eminentes homens de letras da pequenina terra potiguar, pelo seu centenário de nascimento.

Henri Robert, ao narrar um pouco do muito da história de Maria Stuart, a célebre Rainha da França e da Escócia, começou fixando o seu epitáfio, e escreveu:

**“Quantos acontecimentos, felizes ou
trágicos, acumulados entre essas
duas datas...!”**

Não pela similitude biográfica, mas pela projeção mundial de sua vida, sigamos os mesmos passos daquele escritor, ao falar de nosso homenageado, reproduzindo as inscrições do seu túmulo, no lado esquerdo do mausoléu de Pedro Velho, à rua São João, do Cemitério do Alecrim, em Natal:

“Dr. Henrique Castriciano de Souza

Nasceu em Macaíba, a 15-3-1874

Faleceu em Natal, a 26-7-1947

Escritor, jornalista, poeta e político

Fundador da Escola Doméstica de Natal

Coordenador do Movimento escotista no Estado

Primeiro presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Vice-governador do Estado — 1914 a 1920 e de 1920 a 1924.

Homenagem do Governo do Estado, de amigos e admiradores

Uma alta e formosa inteligência a serviço de um grande ideal”.

Como se constata, no período de 73 anos, do alvorecer ao crepúsculo, da chegada à partida, neste mundo de Deus, foi surgindo, crescendo, se ampliando a imagem viva do poeta, escritor, homem público, filósofo, político e educador.

Evoquemos, pois, em rápidas passagens, trilhando, no tempo e no espaço, seus caminhos, às vezes ingremes, silenciosos, às vezes felizes, triunfantes, do menino, que apesar de ter nascido doente, tornou-se gigante pelo seu espírito e pela sua cultura.

Não o conheci de perto. Ao falecer tinha apenas 13 anos. Porém conservo na mente, a sua presença, evocada por muitos que a seu respeito falaram e escreveram. O mestre Câmara Cascudo, os escritores Rodrigues de Melo, Nilo Pereira, Manoel Varela de Albuquerque, Raimundo Nonato, Gumercindo Saraiva e tantos outros, fizeram-lhe justiça, na exaltação de sua cultura, de sua inteligência e de sua humildade. E se acrescente mais: de sua honestidade, como no conhecido episódio com Carvalho de Brito, tão bem contado por Peregrino Júnior.

Esqueçamos a criança raquítica, que não andou muito cedo, portador de pneumonia e de tuberculose enfim. Lembremos, inicialmente, o poeta do "Aboio":

"Ah, como é triste o aboio!
Ah, como é triste o canto."

E em outro trecho:

"É isso o que nos diz, às horas da trindade,
A voz do sertanejo, ansiando de saudade,
Nessa triste canção, doce como uma prece,
Cuja letra ninguém advinha ou conhece,
Mas cujo pensamento, ungido de emoção,
Se coubesse num ritmo, era o do coração."

Poeta de primeira linha, deixou "Vibrações", em 1903, com prefácio de Clóvis Beviláqua. "Iriações" é livro de 1892. "Ruínas", de 1898. E tão grande era a sua inspiração, que Victor Orban e Bjorkmann passaram alguns de seus versos para o francês e o sueco, dando dimensão universal à sua poesia.

Entretanto, neste ensejo, sobre Henrique Castriciano, merece registro o que escreveu, de propósito e para este momento solene, Dioclécio Duarte, nosso confrade no Instituto Histórico e Geográfico e na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras:

"É com indisfarçável emoção que relembro Henrique Castriciano de Souza. Não foi ele apenas um extraordinário poeta. Os seus versos eram de extrema sensibilidade e espontânea inspiração. Taine afirmava que quatro linhas bastariam para identificar um autêntico poeta.

Escreveu maravilhosos poemas no mais belo estilo parnasiano. É suficiente citar as lindas estrofes escritas na pedra da Serra de Martins quando ele viu pingar silenciosamente a gota d'água do interior da rocha eterna: "É o coração da pedra que soluça".

No mesmo plano poético de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, não gostava Henrique de ser chamado poeta.

Certa vez, numa visita que lhe fiz, perguntei à governanta de sua casa: "O poeta está?" Era depois do almoço, e ela respondeu: "Está descansando na rêde. Pode entrar".

E Henrique, depois de alguns minutos de conversa, delicadamente afirmou:

"Os meus conterrâneos e até os meus amigos costumam a me chamar de poeta e me consideram talvez preguiçoso. Não sei o motivo".

E o ilustrado consócio muito bem compreendeu a ironia e desencanto, dizendo-lhe estas palavras:

"Tenho inveja dos poetas, pois a poesia antecedeu os grandes prosadores. E foi, em todas as épocas, a grande inspiradora da Humanidade. Os pastores guiavam os seus rebanhos cantando canções rústicas e sentimentais; nos templos religiosos, como nas marchas guerreiras, os hinos sempre exerceram profunda influência espiritual. Quando Hoover deixava a Presidência dos Estados Unidos, o país materialmente mais poderoso do mundo contemporâneo, declarou: "A nossa pátria reclama, no governo, um grande poeta". E surgiu Franklin Roosevelt, cuja imaginação trouxe à nação um novo ritmo. Roosevelt era o poeta anunciado pelo seu antecessor".

Mas, prossigamos. O nosso homenageado se caracteriza como homem público?

Sim, Henrique Castriçano prestou relevantes serviços ao Rio Grande do Norte, ocupando importantes cargos, como Secretário do Governo Alberto Maranhão, Procurador Geral do Estado. Neste foi substituído pelo meu avô, Galdino Lima. Presidente do Congresso Legislativo e Vice-governador nos governos de Ferreira Chaves e Antonio de Souza. Aposentou-se em 1942, como funcionário do Tribunal de Contas da União.

Digno de referência foi o seu trabalho na Secretaria do Governo Alberto Maranhão. É que, em agosto de 1900, redigiu a Lei N. 145, através da qual o poder público "mandaria imprimir os livros de autores potiguares".

Que dizer, agora, acerca do fundador da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras?

Sendo Henrique Castriciano um homem de cultura teve o privilégio, ao lado de outros intelectuais da província, de fundar, em 1936, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Já havia, desde 1902, o venerando Instituto Histórico e Geográfico — celeiro de altas e nobres tradições e do qual Henrique era também sócio. Outra casa para reunir os amantes da literatura se fazia necessária. Então iniciaram-se os entendimentos. Câmara Cascudo, Aderbal de França e Henrique Castriciano, nos salões do Instituto de Música, conversaram, discutiram. Patronos à vista. Nomes escolhidos. Divergências. Acertos. E daí, se projetou o petit trianô da terra.

Com inexcédível oportunidade, Manoel Rodrigues de Melo, atual presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, assim me falou, na véspera de minha viagem:

“O relevo que alcançaram este ano as festas do primeiro centenário de nascimento de Henrique Castriciano, merecendo ser lembrado por várias instituições de cultura do Rio Grande do Norte e do Brasil, evidencia o valor da obra do criador de nossa Academia, e habilita os pesquisadores ao trabalho de indagação e curiosidade em torno de seu nome.

Fazendo o levantamento de sua obra literária espalhada por todo o país, pude ver a profundidade e a extensão de sua cultura, desfazendo, assim, o mito do “homem preguiçoso”, que lhe tentaram maliciosa e perversamente pespegar, com inveja do talento que possuía.

Já copiamos quatro grossos volumes de sua obra e ainda não conseguimos dominar nem a metade dos seus escritos espalhados pelo Brasil afora.

Precisamos, sem dúvida, de dois ou três anos para juntar, copiar e selecionar toda a obra de Henrique Castriciano. Isto feito, envidaremos esforços no sentido de reeditá-la e divulgá-la por todo o país.

Esta é a nossa missão à frente da Academia Norte-Rio Grandense de Letras, que se vem estendendo ao longo de quase vinte anos."

* * *

Certa vez escreveu Ribeiro Couto:

"Todas as viagens são lindas, mesmo as que fizeres nas ruas do teu bairro. O encanto dependerá do teu estado d'alma".

Henrique também pensava desta forma.

Viajou pelo velho mundo, em busca da saúde e de melhores conhecimentos. Suíça e Bélgica o fascinaram, sob o ponto de vista educacional. E de lá trouxe a grande idéia. Criou a Escola Doméstica, na qual a menina, mais tarde moça e mulher, se incorpora no lar e na sociedade, cumprindo a sublime missão de mãe e dona de casa. Os ensinamentos ali ministrados já ultrapassaram fronteiras nacionais, e a Escola Doméstica se apresenta, no Brasil, como exemplo do idealismo e da pertinácia de Henrique Castriciano. Basta o que definiu Oliveira Lima, em 1919, quando paraninfou a sua primeira turma:

"Sobre esta instituição paira a memória de um espírito gentil que cedo em demasia se desprende da terra, e cujo influxo poético, emanado da região misteriosa onde se devem congregar as almas associadas pela comunidade de sentimentos e pela afinidade dos sonhos, deve ter inspirado o Dr. Henrique Castriciano na sua generosa concepção".

E arremata, magistralmente, o mestre Câmara Cascudo, em seu livro "O nosso amigo Castriciano", à pág. 138:

"Castriciano amou o normal, o regular, o comum, o natural. Para o lar que não possuiu dedicou sua existência cultural. Força de persuasão, raciocínio inesgotável e persistência vocacional.

Nada solicitou para ele próprio. Morreu num aposento de hospital, hóspede ilustre mas homem paupérrimo. Sem a mão de uma mulher sobre sua cabeça agonizante. Mas deixou, poderosa e viva, a ESCOLA DOMÉSTICA”.

É o que desejava externar, nesta noite tropical, à guisa de uma palestra despretensiosa, valorizada, sobretudo, e principalmente pelas citações e depoimentos dos que melhor conheceram, em convivência cordial e humana, o escritor, o poeta, o homem público, que foi Henrique Castriciano, filho de Eloi Castriciano de Souza e Henriqueta Leopoldina Rodrigues de Souza; irmão de auita, João Câncio e de Eloy. Aquele que, na ânsia de enfrentar a morte que o espreitava, viajou a Recife. Na veneza brasileira percorreu os consultórios médicos. Hospedou-se no Hotel Avenida. E como que sentindo o fim, aos 73 anos de idade, fez mais estes versos:

**“Hoje, nada mais resta. Solitário
Eu sou! E sobre mim, tristes chorando,
Bem como as notas de um estradivário,
Voejam as aves da saudade, em bando”.**

Muito mais, é certo, poder-se-ia falar a respeito do homenageado. Homem de teatro e do cancionista, também. O seu anedotário, de igual modo, representa uma obra prima de sensibilidade e de argúcia. Vejamos este episódio:

Um grilo deixou de cantar no seu quarto. Indagou da criada, qual o motivo. Resposta: “Limpei as velhas botas que ali estavam fazia tempos”. Resultado: Como não poderia ler mais ouvindo o grilo cantar, dispensou a empregada.

Enfim, permitam-me todos, como que uma confissão. Não sei mesmo se por coincidência, levado pela força irresistível do destino, maior parte desta modesta palestra escrevi durante a viagem marítima, no “Rosa da Fonsêca”, do velho Recife, aonde, por último, Henrique foi buscar saúde, até aqui, nesta sempre maravilhosa cidade, que ele tanto amou, residindo à rua Riachuelo.

O céu e o mar evocaram-me a presença e a lembrança do viajante insígne, à procura de novas terras e de outras Civilizações.

Por isso, vejo-o também, em épocas distantes, cruzando mares deste Brasil e da inesquecível Europa. E ainda o homenageamos neste seu poema — “Missa do Mar”:

“Eis-nos sós, companheiro! Amargurado oceano
Deixa-me descansar ao pé de ti, meu velho...
Depois de ter ouvido o Ritual Romano
Quero aprender de cor o seu Santo Evangelho.
Abre o verde missal! como um padre, de joelho,
Põe nos ombros azuis o manto soberano;
E do sol preso ao Céu de seu disco vermelho
Faze uma hóstia de luz, faze um símbolo humano”.

Após evidenciar algo, em breves lances, sobre Henrique Castriciano, “outro valor mais alto se alevanta”, para repetir Camões — o imortal vate lusitano.

Por alguns minutos, deixemos alguém integrar-se a esta festa votiva, telúrica e emocional. A este encontro de cultura e de saudade.

Conceda-se a palavra ao maior historiador do Rio Grande do Norte. E temos certeza de que, o homenageado, nesta hora noturna, do outro lado da vida, eterna, e incógnita, há de ficar agradecido, como nós agradecidos já estamos ao mestre Luís da Câmara Cascudo, pela sua palavra. Ouçamos pois, com silêncio e emoção, o seu depoimento:

“Menino, rapaz, em plena maturidade, conheci e privei com Henrique Castriciano de Souza, simplesmente Henrique, o nosso amigo Castriciano, como Natal o conhecia. Fui como ele, ou sou como ele homem do século 19. Na paisagem humana do Rio Grande do Norte, Henrique foi uma figura não apenas destacada, mas a cada momento presente na memória coletiva. Vice-governador do Estado, sem eleitorado; bacharel em Direito, que nunca fez um requerimento e não recordava o

ano de sua formatura. Para mim melhor prosador do que poeta. Pertenceu a sua época e viveu-a até morrer. Era para nós o filósofo. Mas o filósofo na acepção popular não é aquele que pratica o exercício especulativo e metafísico. É o ser original que tem soluções pessoais para sua vida, desprezando a economia. Desajeitável, porém decente no trajar. Com uma mentalidade cética e intolerante para a vida que o cercava. Foi poeta mas o poeta parnasiano que não desprezou nem a natureza nem a sensibilidade. Livros esgotados. A colaboração para mim essencial, esparsa e perdida em jornais difíceis. Henrique ao morrer, em 1947, era um homem sem substância que o materializasse a admiração. Citavam-no ou admiravam-no por hábito, porque ele passara e nem mais o Rio de Janeiro, onde colaborou em todos os jornais, e viveu e ninguém mais o conhecia. Os seus amigos tinham desaparecido. Henrique fora amigo de Olavo Bilac e ainda vira Anatole France, em Paris. Visitara a Grécia e o Egito.

Esta amizade dos meus pais pelo nosso amigo Castriciano fez-me trabalhar, não para consagrá-lo, mas para reunir os materiais da possível sobrevivência. 18 anos depois de sua morte, em 1965, publiquei "O nosso amigo Castriciano".

Aí está o depoimento de quem o conheceu através da vida. Reuni até o anedotário que era a parte mais saliente e prestante de sua inteligência. Consegui uma antologia à parte, em prosa e em versos corrigidos por ele, sanados dos enganos das edições que não são mais encontráveis. Quando envelheci já ninguém falava em Henrique. Mas Henrique, andando-se do tempo para a sua época, é um marco, uma figura, uma presença, uma influência vital. Criou e manteve a Escola Doméstica; deu às suas crônicas a leveza, a claridade tão diversa da retórica pomposa de sua época.

Agora e aqui, vencido pela obstinação de Enélio Lima Petrovich, meu aluno e quase filho de criação, o que faço é louvar quem elaborou esta homenagem. Aqueles que participam dela, a assistência fiél a esta homenagem que vence o silêncio, o tempo, o esquecimento. Creio que aqui todos acreditarão com que emoção profunda eu soube dessa homenagem.

Tudo se explicaria, menos a ressurreição de Henrique. Alguns minutos, alguns segundos, no velho Rio de Janeiro que ele tanto amou.

Louvo, pois, a esta entidade. A todos que ajudaram essa ressurreição. Eu apenas, neste momento, com tanta idade e tão pouca saúde, mando uma mensagem mais carinhosa, mais cheia de ternura brasileira, para esta noite de homenagem que ele tanto mereceu”.

(Gravado em 14-11-74 — Natal-RN)

* * *

O grande Tagore, olhando para o alto, exclamou:

“Deste-me apenas voz; todavia,
pediste mais, e eu canto!”

Afinal, parodiando o consagrado filósofo índu, pedimos ao mestre Câmara Cascudo e ele também cantou para todos nós, nesta singela evocação à memória de Henrique Castriciano de Souza, sem nenhuma dúvida,

“Uma alta e formosa inteligência
a serviço de um grande ideal”.

(*) Palestra proferida no Centro Norte-rio-grandense, em 28 de novembro de 1974, a convite da presidência do General Dióscoro Gonçalves Vale.

A PALAVRA DE UM SÓCIO EFETIVO

Israel Nazareno
(Sócio efetivo)

Soube que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao qual tenho a honra de pertencer, vai comemorar, a 13 próximo, o decurso do 1º centenário do nascimento de José da Penha, sendo orador oficial meu ex-aluno Dr. Aluizio Alves, sócio benemérito da vetusta instituição, tão bem presidida pelo dr. Enélio Lima Petrovich.

Preso ao leito, há anos, por longa enfermidade, lamento não comparecer a essa memorável tertúlia, para dizer, por mim, alguma coisa sobre o grande vulto potiguar.

Dos que existem, raros os que lhe testemunharam a ação, em 1913. Assim, sou um dos que podem dizer como Gonçalves Dias: "Meninos, eu vi". Sim, eu o vi e ouvi.

Sendo ainda menor, não me era possível por qualquer interesse segui-lo, mas porque me deixava empolgar pela palavra e a atitude de quem sabia seduzir a alma movimentada das ruas, o espírito apaixonado, irrequieto, trêfego, das multidões. Assim, não me cabe apreciar a feição política do caso, atestando se o Capitão estava ou não de passo certo, quanto ao Rio Grande do Norte.

O Marechal Hermes jurara acabar com as oligarquias. Em Alagoas, dominavam os Maltas; em Pernambuco, os de Rosa e Silva; aqui, os Maranhões; no Ceará, a dureza dos Acio-lis.

Penha lançou a candidatura do Tte. Leônidas Hermes, filho do Marechal Presidente.

Os adversos sustentavam que o Tte. não era norte-riograndense. Dizia-se que o caso tinha o apoio de D. Orcina, esposa do Presidente. Acontece que, enviuvando este, consor-

ciou-se com D. Nair de Tefé, que ainda vive, afilhada do Senador Pinheiro Machado, dono da política nacional e chefe do P. R. C.. Então o Marechal começou a desfazer os seus atos apoiando agora as oligarquias. Incrível.

Leônidas, que se comunicava com Penha prometendo vir, retraiu-se de repente e desapareceu do mapa. Era sinal da próxima borrasca. O Capitão devia ter compreendido. E, de fato, o governo estadual ia agir.

Chegando do interior, doente, Penha, que estava fardado, vendo a força policial embalada na estação da Great Western, gritou: "Os amigos se retirem!" Ouviu-se um tiro, saindo ferido no pescoço o penhista Pedro Gregório. Era o começo do fim.

Indo para a residência, no prédio sito no ponto onde está o Grande-Hotel, começou o cerco policial, que durou até a noite do célebre fogo. Seu médico assistente, dr. Celso Caldas, querendo entrar, era corrido. E assim os demais.

Consta que, na noite de 20 de julho de 1913, descera até uma peça de artilharia. O crepitar da fuzilaria foi ouvido em toda a cidade. Um horror.

Hasteado um pano branco, o Capitão apareceu no parapeito, não obstante as súplicas dos companheiros, para falar aos sitiantes. Entre outras coisas, declarou que aquele ataque fora uma afronta ao Exército Nacional, a que pertencia, e à Assembléia Legislativa do Ceará, da qual era membro. Estavam na casa com ele várias pessoas, como o cirurgião-dentista Nizário Gurgel, o sr. Crispim Leandro e uma senhora.

Pela manhã, abertas as portas, Penha prestou depoimento, esclarecendo a vileza da farsa. E curioso é que o governador Alberto Maranhão, principal responsável pela tragédia, apareceu depois, para, relaxando a prisão dos detidos, perdoar-lhes o crime que haviam praticado... Política é isto mesmo.

O Capitão ainda demorou em Natal, andando sempre sozinho. Residiu à rua Vigário Bartolomeu, quando foi visitado pelo General Torres Homem, então comandante da Região. Apenas anoitecia, seu portão era vigiado pela polícia. Um só homem ainda amedrontava o governo.

Afinal embarcou de dia, o cais repleto de admiradores e inimigos. No último manifesto, disse adeus ao povo declarando voltar. Mas o Ceará o aguardava para uma tragédia maior.

Governava o Estado o Coronel Marcos Franco Rabelo, que abatera a oligarquia dos Aciolis, e a quem Penha devia ser deputado estadual. E o Marechal Presidente, desfazendo os primeiros atos, ia arremeter agora contra o camarada, dando apoio a seus adversários. Desvario completo.

Chegara a Joazeiro o dr. Floro Bartolomeu, médico baiano, que, dizem, conseguira dominar o Pe. Cícero Romão. O certo é que, contra a vontade do padre ou de acordo, Floro lançou sobre Fortaleza numerosa horda de jagunços. Situação apavorante.

Alarmadas, as senhoras da capital lembraram-se de apelar para o maior dos brasileiros, rogando uma providência. Rui Barbosa, porém, sempre na esquerda, e combatendo com ardor o consórcio Hermes-Pinheiro Machado, apenas pôde dirigir-se à nação, publicando a famosa e formosa "Carta às Senhoras Cearenses", em que descrevia, com inigualável fulgor, a saída de um vaso de guerra que viria bombardear Fortaleza.

Penha não vacilou. Era o homem para o momento. Assumindo o comando da Polícia, correu para sustar o ímpeto da jagunçada. E, no lugar Miguel Calmon, perseguindo o inimigo, perdia a vida, segundo uns, ou, segundo outros, quando, ao escurecer, viera inspecionar as trincheiras. Abatido a tiros, teve o corpo crivado de punhaladas.

A notícia caiu, como uma noite caliginosa, onde era conhecido. O fato ocorreu a 23 de fevereiro de 1914, sábado de carnaval. Eu não saí de casa nos três dias da folia popular.

Militar, era natural ser impulsivo. Consta que praticara atos de indisciplina, escrevendo contra o que entendia ser abusivo. Mas, em regra, o impulsivo é um emocional. Decorrido o momento, acalma-se, sorri e é como se nada houvesse acontecido.

Era desinteressado. O Marechal Hermes queria garantir a representação das minorias. Indicou Penha para a Câmara Federal por nosso Estado. Ele, recusando, apresentou o dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara. E ainda hoje há quem pense que devia ter-se candidatado ao governo, abrindo mão de Leônidas Hermes.

Não é um elogio. Falo, com toda a isenção de ânimo, sobre o homem que devia possuir virtudes e defeitos inerentes à natureza humana.

Mesmo no leito, estou escrevendo a biografia de meu pai, dr. Joaquim Fabrício Gomes de Sousa, pioneiro da pintura neste Estado. Pretendo escrever sobre o estilo do genial Rui Barbosa. Depois, sobre o capitão Penha. Este estudo é apenas a condensação de outro, pois conservo material de sobra para substancioso trabalho.

Um jovem observava os passos do batalhador, durante aquela agitação cívica pelas ruas de Natal. Na grande plateia, estava Israel Nazareno, vendo, ouvindo e registrando.

Era o lidador de estatura mediana, alvo, pálido, fronte ampla, voz grossa, barba sóbria, olhar mortiço, sinal de vida curta.

Orador, jornalista e escritor. A condição de soldado, o arroubo tribunício, o entusiasmo, o idealismo, a coragem incomum, o vigor combatividade davam-lhe à personalidade um esmalte romântico, o ar distante de cavalheiro antigo. Perdoai-me, se exagerei, se me deixei colher demais pelos eflúvios da atração pessoal.

Os comícios eram sempre em frente ao prédio do velho Ateneu. Mas, onde quer que falasse, na capital ou no

interior, ouviam-no os burgueses e também o carregador, o caiador, o menino, a lavadeira.

Chamavam-no tresloucado os opositores, alegando que, numa época sem voto secreto, em que o governo não perdia eleição, podia ter seguidores, mas poucos eleitores. Ele afirmava ir ganhar “pela força dos votos ou pelos votos da força”. Nada o demovia. Parecia ouvir o clarim de um corneteiro oculto, que só tocava avançar. Tinha a fé, que transpõe montanhas, e a esperança que, no dizer de Bilac é “a divina mentira, dando ao homem o dom de suportar o mundo”.

De Angicos, cuja reconhecida salubridade tonifica e revigora os pulmões, devia sair aquele que ia fortalecer o ambiente republicano e democrático. Foi, entre nós, quem primeiro estabeleceu o diálogo entre o homem público e o povo, em sua genuína expressão. Foi meu primeiro professor de oratória e democracia. Obrigado.

Ainda ouço a canção agitante e vibrátil:

**“Capitão José da Penha,
Valoroso potiguar,
Veio à bela Salinésia
Os marretas derrotar!”**

Correm os dias, meses e anos. Tudo passa, ainda bem. Passou o apóstolo. Ficou de tudo um vago sentir, algo imponderável, intocável, invisível, mas perpétuo, como lembrança daquele brilho de meteoro fugaz. Um éco, um sussurro, um bafejo de zéfiro, um ai, uma queixa, um soluço, um lamento...

Ele dizia: “A liberdade não morre, transfigura-se”. Cantemos o Hino da Proclamação da República:

**“Liberdade! liberdade!
Abre as asas sobre nós!”**

(Natal, 10 de maio de 1975.)

A RESPEITO DE RODOLFO GARCIA (x)

(Arthur Cezar Ferreira Reis)

“Conheci Rodolfo Garcia quando cheguei, em 1924, ao Rio de Janeiro, para estudar na Faculdade de Direito da então Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu vinha, no segundo ano, transferido de Manaus, onde fizera o primeiro. Rodolfo Garcia, na oportunidade trabalhava na Faculdade, como substituto secretário, sendo secretário outro grande historiador, Max Fleuss. Nossa convivência se fez intensamente desde esse momento. E através do que com ele conversei, ouvi e aprendi, fui tendo um guia seguro para os meus trabalhos posteriores, quando alcancei, realmente, a minha maioridade intelectual, na pesquisa e no estudo da História do meu Estado.

Considero Rodolfo Garcia uma das figuras marcantes da inteligência brasileira, inteligência pragmática realizada e realizadora, no campo da pesquisa e no das realizações históricas. Dos livros que escreveu, dois deles merecem uma referência particular: “A História Administrativa do Brasil”, curso que ele deu no Museu Histórico Nacional, e “A História das Situações Geográficas”, que foi um capítulo do dicionário publicado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1922, e que sei está ampliado em 3 volumes — o maior inventário, o maior balanço, a maior investigação que se fez a respeito da investigação científica realizada no Brasil, durante o período colonial aos dias em que Rodolfo Garcia teve oportunidade de escrever a obra.

Trata-se de um trabalho invulgar, um trabalho realmente extraordinário, que precisa ser reeditado agora, na sua nova forma.

Rodolfo Garcia era um homem sóbrio, um homem que dava a impressão de muita tranquilidade de espírito, mas que

tinha paixão pelos livros e pela pesquisa. Os comentários que fez, as anotações que realizou, para a grande edição da "Melhoramentos" — São Paulo, antiga "Voz Novos Irmãos", incorporados na obra de Francisco Vernhagen — Visconde de Porto Seguro, só isso revela o homem seguro, pesquisador autêntico, e homem que sabia realmente, em profundidade, as coisas do passado do Brasil. A obra de Rodolfo Garcia é uma obra imperecível. Ele se impôs à admiração dos que estudam o nosso passado, pela grandiosidade do esforço que fez.

Aliás, o Rio Grande do Norte pode se sentir feliz, a começar de Vicente de Lemos, o grande historiador e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do referido Estado, passando depois pelo grande espírito que foi Tavares de Lyra, na sua História do Rio Grande do Norte, para encerrar essa atividade, toda especial, na obra extraordinária de Luís da Câmara Cascudo, que todos temos a obrigação, como bons brasileiros, de admirar, de reverenciar e de proclamar, como uma das mais autênticas manifestações da inteligência do Brasil".

(Pedro Calmon)

"Rodolfo Garcia foi um homem raro, humilde, pobre, sem pretensões, numa sociedade resistente aos valores que vêm da província. Ele aqui no Rio, durante largo tempo, quando o conheci auxiliar da Secretaria da Faculdade de Direito, bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parecia contentar-se com a mediocridade do seu destino. Era um trabalhador tenaz, algo de beneditino, escondido dentro daquela vocação paciente de consultar os alfarábios e de anotar os autores clássicos. Eis que se lhe oferece uma oportunidade. Demitido o Diretor do Museu Histórico Nacional, o grande escritor Gustavo Barroso, é indicado para o cargo Tobias Monteiro, esse potiguar ilustre, que se lembra do conterrâneo e o recomenda ao Governo, este que não conhecia Rodolfo Garcia. O Governo o nomeia. O Governo da Revolução de 1930. Passou, então, a dirigir o Museu. Era eu secretário de Barroso naquela instituição, jovem estudioso, amigo de Rodolfo Garcia na Faculdade de

Direito como estudante. Como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ofereci, evidentemente, a minha colaboração. Ele a aceitou e criamos juntos, em maio de 1932, o curso de Museus, primeiro curso de nível universitário, interessando à carreira do museólogo.

Depois Rodolfo Garcia foi transferido para a Direção da Biblioteca Nacional. É o seu período áureo. O seu gabinete transforma-se na ante-sala da Academia, que se apelida, com aquela benévola ironia com que crismamos as coisas amigas, de "agarcianas", cujo presidente honorário era um Marechal, que comandava os nossos trabalhos — Tácito Fragoso.

Rodolfo Garcia cachimbava numa mesa ao lado. Os olhos pregados nas notas que fazia aos textos de Vernhagen. E Afrânio Peixoto, que era o príncipe da casa, monologava segurando pelo botão do casaco dos confrades sobre todos os assuntos que dominava com seu saber enciclopédico. Rodolfo Garcia tornou-se com isso o símbolo da união dos escritores. Aquele homem que arvorava a bandeira da filosofia, da verdade histórica continuada, era discípulo de Capistrano de Abreu, e nos transferia para sereno horizonte onde os destinos do Brasil são iluminados pela investigação do passado. Grande, modesto, silencioso, preclaro Rodolfo Garcia. Na Academia Brasileira de Letras, outra vez seu colega, pude medir-lhe a dimensão de escritor insigne que ele também era. Esse grande rio-grandense do norte, esse brasileiro maravilhoso, esse áfano homem de espírito é sem dúvida, Rodolfo Garcia".

-
- (x) (Os depoimentos acima foram gravados, em 4 de maio de 1973, pelo Dr. Enélio Lima Petrovich, no Rio, e na homenagem que o I.H.G.R.G.N. prestou a Rodolfo Garcia pelo seu centenário de nascimento (25 do mesmo mês e ano) ambos se fizeram ouvir, na abertura da magna solenidade).

RESUMO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

— Período de 29/03/72 a 29/03/73 —

Sob a presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, durante o período acima referido, realizou 6 sessões, entre solenes e ordinárias.

Pelo transcurso dos centenários de nascimento dos eminentes consócios fundadores — Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra. Em conjunto com a Academia Norte-riograndense de Letras, houve duas sessões magnas. Na primeira falou o confrade Prof. Aldo Fernandes Raposo de Melo; na segunda, o escritor Jayme Wanderley. A 11 de janeiro de 1973 também ocorreu a homenagem ao poeta Ezequiel Wanderley, pela passagem do centenário de seu nascimento.

Entre 28 de agosto a 7 de setembro de 1972, teve lugar no Rio de Janeiro, o Congresso de História da Independência do Brasil, sob os auspícios da Comissão Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, e em colaboração com os Institutos Históricos Brasileiro e de São Paulo. Compareceu ao referido conclave, o Dr. Enélio Lima Petrovich, que apresentou um trabalho (publicado nesta revista), o qual obteve aprovação unânime. Esse encontro repercutiu em todo o país, tendo sido o seu encerramento em São Paulo, no próprio monumento do Ipiranga, com a presença do Exmo. Sr. Presidente Médici e demais autoridades.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, graças a solicitação do seu presidente, e contando com a ajuda do Presidente da Comissão Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, General Antônio Jorge

Correia, reeditou, sob o título "A Independência do Brasil no Rio G. do Norte", o valioso trabalho do historiador e sócio fundador Augusto Tavares de Lyra "Algumas notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte", no qual constam, ainda, uma introdução do Dr. Enélio Lima Petrovich e comentários do Prof. Pedro Calmon (na orelha do livro).

Natal, 29 de março de 1973

Minervino Wanderley Siqueira

— 2º secretário —

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

— Período de 29-3-74 a 29-3-75

Eminentes confrades:

Em obediência às normas estatutárias, a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, contando com a colaboração dos ilustrados confrades de diretoria, elaborou o presente relatório, para que o mesmo seja lido nesta assembléia.

Assim, em ligeiros tópicos, passamos a expor as principais ocorrências verificadas nesta veneranda Casa da Memória, durante o período de 29 de março de 1974 até hoje.

De início, queremos evidenciar que, muito embora poucas sessões ordinárias e solenes tenham ocorrido, nem por essa circunstância deixou-se relegado a um plano inferior ou secundário o trabalho aqui desenvolvido, em prol da cultura, em seus diversos ramos e aspectos. Os contatos pessoais com inúmeros homens de letras do país; o intercâmbio com as várias instituições culturais do país, destacando-se o Egrégio Conselho Federal de Cultura e o Departamento de Assuntos Culturais, ambos do Ministério da Educação e Cultura, nos proporcionaram maior penetração e aproximação. Evidencie-se, também, o acolhimento por nós dado às centenas de estudantes e pesquisadores que aqui frequentaram durante o ano que passou, aprofundando-se cada vez mais nas suas pesquisas, estudos e ilustrações.

E justamente há um ano, promovemos uma sessão solene, quando, convidado pela presidência, foi orador da solenidade o Escritor Sanderson Negreiros, presidente da Fundação José Augusto, que abordou o tema "Um plano cultural

para o Estado". Houve o lançamento do livro "Forte dos Reis Magos e a História Colonial", do Dr. Marcos Maranhão — iniciativa da Fundação "José Augusto".

Igualmente, destaque-se a palestra do eminente confrade, Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, no dia 18 de novembro findo, quando ventilou: "Perspectivas de uma Europa nos tempos modernos". Na mesma sessão lançamos o livro, publicado por esta entidade, graças à ajuda do Egrégio Conselho Federal de Cultura, "O Livro das Velhas Figuras", vol I, do insigne consócio, historiador Luís da Câmara Cascudo.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

Dentro do plano editorial do Instituto Histórico, também pudemos editar duas publicações importantes. A primeira já referida, trata-se do trabalho do mestre Câmara Cascudo, nosso sócio benemérito — "O Livro das Velhas Figuras", reunindo 70 actas diurnas, por nós escolhidas, com a vigilância do autor. Essa edição se inclui no plano de aplicação da última ajuda do Conselho Federal de Cultura.

A nossa Revista, que se acha um pouco atrasada, também mereceu a atenção desta presidência. Assim é que conseguimos publicar os volumes LIX, LX e LXI, referentes aos anos de 1967, 1968 e 1969, em um só número. Sobre os anos subseqüentes, até este de 1975, já estamos colhendo o material para que, se Deus quiser, ainda neste ano, sejam editados, e assim fique em dia o número de nossa valiosa revista, manancial de estudos e pesquisas, principalmente no campo da História.

CONFRADE FALECIDO

Para a tristeza dos que integram esta veneranda Casa, perdemos no ano que passou, isto é, em 26 de maio de 1974, o nosso querido confrade Aderbal de França, conhecido por Danilo. A família do inesquecível confrade enviamos as condolências, e, à beira do túmulo, falou o 2º Vice-presidente Manoel Rodrigues de Melo.

UM REGISTRO PELO TRABALHO DO TESOUREIRO

Queremos, nesta oportunidade, deixar o nosso maior agradecimento ao caro confrade, Prof. Dr. Manoel Varela de Albuquerque, tesoureiro da instituição, que a qualquer hora nos atende quando procuramos, para a assinatura de documentos e cheques, pois todo o movimento financeiro do Instituto é efetuado pelo presidente ao lado do tesoureiro. E as prestações de contas são elaboradas também conjuntamente.

NOVOS SÓCIOS ADMITIDOS

Durante o período findo, foram admitidos, como sócios deste Instituto, os historiadores José Bezerra Gomes (sócio efetivo), Guarino Alves de Oliveira, Carlos Orlando Rodrigues de Lima, Virgílio Domingos da Silva, Flávio da Motta Guerra, Célio Salomão Debes, e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (Sócios correspondentes). Todos os citados confrades foram submetidos à apreciação da assembléia, de acordo com os estatutos, e na sessão de 29 de março de 1974, tiveram seus nomes acatados e aprovados devidamente.

AUXÍLIOS DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Evidentemente, a ajuda que nos vem dando o governo federal, através do Egrégio Conselho Federal de Cultura, de qualquer forma, atende às necessidades do Instituto Histórico.

Por isso, a ajuda da ordem de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) conforme convênio publicado no D.O.U. de 18-1-74, cuja prestação de contas fizemos (proc. 338/74), já obteve aprovação, como prova o Of. n. 75/75-CFC/AT, de 18 do corrente.

Mas, tendo em vista ainda alguns serviços inadiáveis de organização da biblioteca do Instituto e de seu valioso do-

cumentário, além da necessidade de serem editados livros e revistas, pleiteamos, não só ao Departamento de Assuntos Culturais do MEC, como ao próprio Conselho Federal de Cultura, dois auxílios. O primeiro, da ordem de Cr\$ 15.500,00, a fim de atender às despesas com a catalogação dos livros e periódicos doados pelo escritor conterrâneo Peregrino Junior ao nosso Instituto. Aliás, esse serviço já havia começado, pois recebemos, em princípio do corrente ano, uma ajuda de Cr\$ 5.000,00, cuja prestação de contas será realizada no próximo mês, de acordo com os termos do convênio.

Quanto à reivindicação ao CFC, no valor de Cr\$ 80.000,00, a mesma foi, previamente, aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura, esperando-se, no mês vindouro, a sua discussão e aprovação, na reunião daquele Conselho, na Guanabara. Por sinal, estaremos no fim deste mês no Rio e, entre outras providências, incluiremos em nossa agenda, um contato direto com o Prof. Moniz de Aragão, Presidente do CFC, tentando liberar a citada ajuda.

Como se vê, esses auxílios representam uma considerável contribuição para esta Casa, vez que os governos estadual e municipal, no período anterior, nada puderam dar. Respeite-se, no entanto, o interesse por eles desenvolvido, com as suas respectivas atribuições, no plano cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui está, caríssimos e eminentes confrades, o nosso sucinto relatório, referente ao período de 29 de março de 1974 até a presente data.

O que se fez, à frente desta tradicional Casa da Memória, foi com amor, obstinação, independência, contando sempre — graças a Deus — com o estímulo, a colaboração, de todos os que compõem a mais antiga entidade de cultura do Rio Grande do Norte.

Deixamos também aqui consignado o nosso agradecimento à imprensa falada e escrita, às autoridades civis, militares e eclesiásticas. E a todos os Institutos Históricos do Brasil, com os quais nos correspondemos.

Hoje completa o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte 73 anos de fundação. É, portanto, dia de festa. Por isso, à noite, neste salão nobre, teremos uma magna solenidade, quando, atendendo ao convite que formulamos, proferirá palestra o nosso consócio escritor Carlos Tavares de Lyra, sobre o tema "Reminiscências de tempos gloriosos". Também será lançado o livro "Tavares de Lyra — uma vida em linha reta", do mesmo conferencista. E para essa sessão solene contamos com a presença de todos os eminentes confrades e outros convidados.

Afinal, se pouco ou quase nada realizamos no cumprimento do dever, estamos convictos, porém, de que o fizemos de coração aberto. Com persistência. Sem descanso. E sobretudo sem qualquer remuneração pecuniária, o que nos deixa sempre à vontade.

Hoje, de conformidade com as disposições estatutárias, ocorrerá a eleição para a nova diretoria, que regerá os destinos desta respeitável instituição durante o período de 29 de março de 1975 até 29 de março de 1977.

De nossa parte, ao lado dos insígnos confrades que integram a diretoria, estamos tranquilos porque, nos limites de nossa capacidade intelectual, tudo fizemos para elevar sempre e sempre o nome da mais antiga instituição de cultura do Rio Grande do Norte, aqui e alhures.

Aos que nos substituem, os votos de pleno êxito, com o incentivo e o apoio de todos que, dia a dia, valorizam as coisas do espírito nesta província, sob as bênçãos de Deus.

É este o nosso maior propósito. E esta é a nossa prestação de contas, no final de mais um mandato.

Muito obrigado aos eminentes confrades. Muito obrigado mesmo.

Natal, 29 de março de 1975.

ENÉLIO LIMA PETROVICH

(Aprovado em sessão de Assembléia Geral de 29.3.75)

SÍNTESE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

— Tarcísio Medeiros —

— Sócio efetivo —

Não resta dúvida de que foram as Ordens Religiosas as iniciadoras do movimento educacional no Brasil, especialmente os Jesuítas, “para maior glória de Deus”, conversão do gentio à fé e divulgação da doutrina cristã à mocidade, conforme as regras da Ordem de Iñigo Lopes Recalde, ou Santo Inácio de Loiola.

No alvorecer do Brasil Colônia, foi o Jesuíta Vicente Rodrigues que, em 1549, criou a primeira escola para ensinar a ler e escrever aos colonos e seus filhos, objetivando difundir o ensino como hoje entendemos a instrução. Com a vinda de novas Ordens, multiplicaram-se as escolas noutras regiões, futuras Províncias do Reino Unido Brasil — Portugal — Algarves.

O Rio Grande do Norte, Capitania desde 6 de janeiro de 1598, quando o Forte dos Reis Magos foi erguido como símbolo do domínio português no extremo norte do Brasil seiscentista, teve Natal como cidade fundada em 25 de dezembro do ano seguinte, centro de partida do movimento povoador dos caminhos do Sul, de onde tinham vindo as expedições colonizadoras da Paraíba e de Pernambuco.

No decorrer do século XVII, depois da invasão holandesa e da guerra dos bárbaros. — dois acontecimentos sucessivos que liquidaram o povoamento incipiente —, ao seu término com o aldeamento dos Cariris rebelados, já vencidos, fizeram surgir as chamadas primeiras VILAS, nas quais a direção delas, à forma de reduções, foi confiada a Ordens reli-

giosas que imprimiram, entre nativos e sesmeiros, a instrução religiosa e civil, naquilo que lhes aprouve ensinar. Daí as primeiras comunidades da Capitania, excluída Natal, foram: — **GUAJIRU** (Estremoz), invocação a São Miguel, dirigida pelos Jesuítas; **APODI**, padroeiro São João Batista, orientada pelos religiosos de Santa Tereza (carmelitas); **MIPIBU**, orago Santana, direção dos Capuchinhos; **GUARAÍRAS** (Arês), invocação a São João Batista, direção dos Jesuítas; e **GRAMACIÓ** (Canguaretama), sob a proteção de Nossa Senhora do Carmo, administrada pelos Carmelitas Reformados. (1)

O ensino das primeiras letras foi, assim, ministrado por esses missionários, que ainda funcionavam como curas das almas nas fazendas e engenhos centros irradiantes da colonização do sertão e dos vales do litoral. Todavia, é preciso ter-se em conta que conforme a ética dos nossos avós, nem todo chefe de família patriarcal, que se esboçava como característica da célula social nordestina, se sentia bem em ver o seu filho, futuro senhor de largas posses, sentado, aprendendo sob regime da palmatória e de castigos outros, conforme a usança do tempo. Era uma humilhação que mais se enquadrava aos “**curumins**”, cabritos ou negrinhos filhos de índios ou de escravos libertos, pobres que precisavam e deviam trabalhar. Seu filho, não. Que autoridade mais tarde poderia ter sobre aqueles mesmos seus agregados e escravos? — E as meninas? Então, o caso era mais complicado, porque foram proibidas: — aprender a ler e escrever significava fazer cartas para namorados, mais das vezes fora das simpatias dos pais.

* * *

Extintas as missões religiosas nessas SETE VILAS, entregues que foram ao poder civil pela política do Marquês de Pombal, a figura do mestre-escola vai surgir como uma necessidade para substituir os padres no papel educador.

Por isto, só no século imediato, por ocasião do governo de João de Barros Braga, em 1731, conseguiu ele a designação do primeiro mestre de Gramática Latina, em 21 de julho do mesmo ano. A nomeação “recaiu num clérigo. Ganhava cinquenta mil réis por ano. Achou muito pouco e deixou os alunos” (2).

O segundo, de que os registros do Senado da Câmara de Natal guardaram o nome, foi o minorista Mateus Duarte. Em maio de 1740, já se encontrava em Natal trazendo carta de apresentação de Dom Frei Luiz de Santa Tereza, sétimo Bispo de Olinda, a que pertencia a paróquia de N. S. da Apresentação. Passou a ganhar 60 mil réis por ano. Mas, sendo poucos os alunos, somente recebia por horas de aulas. Quando faltava dinheiro, dava-se por compensado perceber em espécie: — um alqueire de farinha, ou outros gêneros, por cada estudante, não podendo exceder a dois alqueires, fosse qual fosse o número de alunos a ensinar.

Mais tarde, pelo Alvará de 10 de novembro de 1772, o mestre-escola passa a chamar-se “**Professor Régio**”, quando nomeado por mercê real. Era pago a dois mil réis por aluno da receita orçada na Capitania proveniente do subsídio literário, que era um imposto cobrado sobre cada rez abatida para o consumo: — 400 réis por boi, 320 réis por uma vaca. Se o costume pega formando jurisprudência, toda a classe do magistério do tempo estaria a depender do açougueiro!

No ano de 1838, eram quatro as cadeiras de Latim: uma em Natal, fundada naquele ano de 1731; outras, posteriormente, em Caicó, São José de Mipibu, Goianinha e Imperatriz, que funcionaram no decorrer de mais de um século, nem sempre providas. E por que durante um século? Porque a Província era tão esquecida e atrasada, que justificava o trocadilho atribuído aquele Bispo de Olinda aplicado à sua Capital: — NATAL? não há tal!

X X X

Enquanto desse modo o tempo fluía, aqueles antigos alunos instruídos pelas Ordens religiosas, pela vocação ou necessidade do meio em que viviam, tornaram-se “*mestres leigos*”, em escolas próprias ou lecionando em casas de famílias mais abastadas, prestando serviços inestimáveis no desasnar os broncos a beliscões, palmatória, vara de marmeleiro e suplícios outros, porém formando os nossos pater-famílias do sertão, futuros padres, soldados, chefes políticos, senão uns poucos que chegaram até Coimbra ou Sorbonne. Os professores Régios, à necessidade de gente qualificada para

funções administrativas, foram a elas conduzidas com méritos. Exemplo: Francisco Xavier Garcia, que desde 1789 estava em Natal, constituiu família, chegou à Presidente da Província, presidiu o governo provisório de 1822 e veio a falecer em 31 de agosto de 1828, sem jamais abandonar o mister de professor em sua casa, ou nas primeiras instituições públicas de instrução do tempo.

No século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram fundadas na Corte, Rio de Janeiro, sede do Governo do Reino Unido, instituições de ensino superior: Academia Médico-Cirúrgica, o Liceu de Artes, a Academia de Marinha, além de outras. O ensino básico, primário, popular, foi esquecido.

Para preencher a lacuna, próximo à Independência, a Carta Régia de 30 de junho de 1821 mandou aproveitar aqueles professores leigos, que sabiam rudimentos das primeiras letras, para ensinarem, independentes de exames, para as respectivas licenças. Assim, em consequência, para o interior das capitânicas que seriam logo Províncias, os mais habilitados, vigários, religiosos outros, e os civis, tiveram permissão oficial para manterem as escolas particulares, ensinando declinações, escrita e taboada, cantando ou aos gritos, aplicando corotes, palmatória e mais castigos. Abaixo de Deus, na terra, o supremo árbitro da juventude era o "mestre-escola".

A partir de 1822, Independente o Brasil, a instrução vai tomar regulamentação em virtude das idéias liberais da Constituição de 1824. O Ministério da Instrução Pública, adota o método *Joseph Lancaster*. Era um processo simples. Ensino mútuo, lógico e sem complicações técnicas que seduziram os professores do passado.

Consistia no professor fazer os alunos mais instruídos e capazes transformarem-se em explicadores e repetidores das lições. As classes dividiam-se em decúrias e os dez meninos eram dirigidos por um decurião. O castigo físico abolido, foi substituído pela punição moral, detalhe jamais obedecido e até combatido pelos pais dos alunos, porque tinham

aprendido que, escrever e ler, somente à custa das flagelações.

Por volta de 1825, faltando naturalmente gente habilitada para tal modalidade de ensino, a portaria Ministerial de 29 de março do Ministro da Guerra mandava que dois oficiais inferiores, com aptidões, fossem enviados à Corte para aprenderem a nova didática e, em seguida, darem lições aos seus irmãos d'armas e aos demais cidadãos nas escolas. Disto resultou o ingresso de nossas forças Armadas no processo educacional do País.

No Rio Grande do Norte, não há notícia da aplicação prática e compulsória desse sistema, apenas aceito pelos estudiosos mestres-escola em suas classes particulares. O norte-rio-grandense dos órgãos administrativos de então estava voltado para a politicagem, as futricas e louvações, em busca de posições mais vantajosas perante o todo poderoso Presidente da Província, ainda estusiasmado da participação nas revoluções de 1817 e 1824. Ao findar o ano de 1827, com a Lei de 15 de outubro, acordou para executar novas determinações régias, criando *Escolas Primárias* em todas as cidades, vilas e povoados, segundo os critérios de seleção de pessoal, afim de que pudesse ingressar no serviço público como professor, percebendo quantia fixa por mês.

Em decorrência dessa lei, foi instalada uma escola feminina na Cidade Alta, Natal, a cargo de Dona Francisca Josefa da Câmara, e depois uma para meninos, regida pelo professor Francisco Pinheiro Teixeira. De 1832 em diante, funcionavam outras em São José, Princesa, Goianinha, Arês, Vila Flor, Estremoz, Príncipe, Portalegre, São Gonçalo, Pajari, Touros, Guamaré, Açú, Campo Grande, Santana do Matos, Angicos, Acari, Jardim de Piranhas, Mossoró, Martins e Apodi.

Entretanto, com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, descentralizando o ensino primário do secundário, cabia às Assembléias Provinciais legislar sobre educação, onerando, assim, o Poder Executivo de cada Província com o pagamento dos professores, além da responsabilidade de manter as "*humanidades*" ou chamadas "*Aulas Maiores*", as

quais constavam de Filosofia, Geometria, Retórica, Francês e Latim. Nada de Português, nem de Geografia, e muito menos de História do Brasil.

Para ingresso no magistério, não se fazia necessário o título, na falta de instituição profissionalizante, senão mais tarde na Corte com o Colégio Pedro II. Pelo esforço próprio do candidato nas matérias, ele tinha de sujeitar-se a concurso perante o Conselho Presidencial designado pelo Presidente da Província. Se aprovado, nomeado, passava a perceber 75 mil réis por ano, ou 6.250 réis por mês, quantia essa que, no dizer de Rocha Pombo, qualquer pescador ou homem do campo podia ganhar facilmente.

Como se nota, neste particular, o mal da remuneração do magistério começou nessa época, para tornar-se crônico. Basílio Quaresma Torreão, presidente da Província, diria em sua fala ao Congresso, que, por isso, ninguém desejava ser professor para ganhar tão pouco, e mais não podia ser oferecido. Daí as inúmeras vagas nas Escolas do interior e mesmo na Capital.

As "*Aulas Maiores*" (humanidades), reunidas, passaram a ser ministradas no "*ATENEU*", que se instalara a 3 de fevereiro de 1834, numa dependência do Quartel Militar. Estava, desse modo, criada a maior instituição cultural do Rio Grande do Norte que, por quase um século, pelo valor dos seus mestres, preparou a mocidade norte-rio-grandense, da qual saíam nomes famosos da história pátria.

X X X

Mário Cavalcanti, que contou em "*A Tragédia do Mestre-Escola*", esse drama pungente, disse, tomando a frase de Sud Mennucci, que então, o professor era o eterno incompreendido e judiado. E da legião de abnegados, cita exemplos, como D. Cândida Wanderley de Albuquerque, em Mossoró; de Sinhazinha Wanderley, que foi 19 anos professora particular e 20 da Escola Normal dessa cidade, bem como o de Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque sacrificado até a morte, dizendo: — "minha responsabilidade é imensa e cumprirei o meu dever até o fim".

E por que tudo isto?

O mal estava na inexistência de qualquer instituição de previdência social ao tempo, não apenas que concedesse meios de aposentadoria ou de pensão por morte, nem condições de uma subsistência condigna, em todos os ramos de atividade, máxime se a pessoa era funcionário público.

No Império, a Constituição de 1824 havia silenciado a respeito. Em compensação, surgiu a iniciativa privada criando as sociedades de auxílio mútuo, ou sociedades beneficentes, jamais instaladas nas Províncias.

A Constituição Federal de 1891 foi a primeira, nas condições precárias do art. 75: "A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários em caso de invalidez nos serviços da Nação"; o que foi repetido nas Estaduais. Desse modo, trabalhava-se até a decrepitude e descanso só contraindo doença. Se morria, a família sem sequer teria direito a uma pensão.

Quanto ao vínculo empregatício do trabalhador assalariado, a coisa era mais precária: — não havia horas fixadas para as tarefas; não havia salário mínimo; não havia diferença entre o trabalho do homem, da mulher ou da criança; não havia seguro de invalidez, por morte, nem tão poucos assistência médica, nem aposentadoria. Quem quizesse haver um enterro modesto, ou um pecúlio para a família, tinha de participar dessas instituições privadas somente criadas entre nós ao ser iniciado o século presente, como A Providente Natalense, em 8.11.1903; a Liga Artística Operária, fundada em 28.2.1904, e Providente dos Passos, a 16 de dezembro de 1923. A Associação de Professores, fundada em 4 de dezembro de 1920, da qual foram presidentes Luís Soares, Alfredo Lira, Luís Antônio, Antônio Fagundes, Joaquim Coutinho de Faria, Paulo Vieira Nobre, Geraldo Magela, João Batista Cabral, Acrísio de Menezes Freire e outros, é o exemplo primeiro e único de união de classe ao molde beneficente, favorecendo pecúlio por morte, sem contudo intervir na defesa dos interesses do professorado. No decênio de 1960, existiram outras tentativas de sindicalização que não vingaram.

O montepio, modalidade de pensão por morte ao funcionalismo, salvo equívoco, teve o Rio Grande do Norte como precursor pela Lei n. 171, de 12 de setembro de 1901. O desembargador Vicente Lemos, quando esteve no Rio de Janeiro tratando com Rui Barbosa da defesa do Estado na questão de Grossos contra o Ceará, levou o anteprojeto ao grande jurista pedindo que o colega lesse o trabalho feito por uma equipe de norte-rio-grandenses. Quinze dias depois, voltando para despedir-se de Rui, este, devolvendo-lhe o ensaio, disse: — “Nada tenho a alterar. Os senhores se adiantaram 50 anos na solução de um problema social. A lei do montepio é perfeita. Jamais deixem alterá-la”. Em verdade, posta em execução, vigorou até 1962, quando foi criado o Instituto de Previdência do Estado.

Estas eram as relações de trabalho do tempo, sem proteção e sem horizonte, especialmente do magistério que contrariava o refrão poético e romântico de ser “a escola risosna e franca”.

X X X

O prédio em que se instalou definitivamente o ATENEU, até ser destruído para dar lugar ao atual, onde funcionou o Instituto de Matemática (hoje Repartição do Município), foi iniciado em 13 de janeiro de 1848, na presidência de Antônio Joaquim de Siqueira, sendo inaugurado onze anos depois, quando do governo de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, a 1 de março de 1859, ao mesmo tempo para instrução profissional, com o nome de “Colégio de Educandos Artífices”, de vida efêmera, vez que em 1862 estava extinto. A 1 de março de 1874, anexo ao ATENEU, era fundada uma Escola Normal, com matrícula de 20 alunos, para finalidade de, após três anos, atribuir títulos de professores primários. Também fechou, logo depois. O ATENEU, embora os seus concluintes tivessem acesso às Faculdades Superiores, que fossem criadas, facultava, mediante concurso, o professorado no seu seio e fora dele.

Em derredor da vida docente e discente do ATENEU, pode-se dizer sem susto, criou-se e expandiu-se a cultura po-tiguar. Os alunos graduados por ele formaram instituições outras que existem até hoje. Criaram centros literários, jor-

nais e associações nas quais sempre imprimiram um culto de moral e civismo. Exemplificando, como divulgação do saber, hoje inexistente, salvo aquilo que a atual Universidade encoraja, tivemos jornais de colunas abertas aos arroubos poéticos e literários da juventude, sem esquecer a mania política. Num espaço de 1887 à 1902, tivemos em Natal, entre outros: A Gazeta de Natal, O Correio de Natal, A Liberdade, O Cascabulho, O Corisco, O Punhal e o Tentamen. Quando um fracassava e fechava as portas, os outros gozavam, mas de forma espirituosa, assim:

“Portanto, escreva-se hoje
Um epitáfio sentido
Sobre a campa do finado
Nestes termos concebidos:
Aqui jaz um jornaleco
Que, agarrado pelo cós,
Morreu demorte macaca
Ao cantar dos coriós”. —

Os cursos do ATENEU, pela organização do Decreto n. 891, de 8 de novembro de 1890, constava de CIÊNCIAS e LETRAS E ARTES.

Ciências: — aritmética e álgebra, geometria e trigonometria, física, química e mecânica, história natural e higiene, geografia geral e do Brasil e astronomia, história geral e do Brasil, sociologia, moral e pedagogia.

Letras e Artes: — português e literatura nacional, francês, inglês, latim, desenho, música, ginástica, evoluções militares e esgrima.

Comparado com os currículos dos antigos Institutos de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade, pouco faltou para uma identidade perfeita. No final, os graduados recebiam o título de Bacharel em Ciências, Letras e Artes.

O ensino não era de má qualidade, como disse Aduauto Câmara: “Os professores eram, de modo geral, competentes por uma formação autodidata, porém com as limitações que o meio provinciano permitia na renovação dos seus conheci-

mentos. A admissão se fazia por concurso de títulos, e, depois, com a reforma Maximiliano, por concurso de provas e títulos. A memorização era muito exigida, como em geografia e história. Em línguas, sempre regras gramaticais, tradução e versão. Exercícios de conversação, muito raramente, salvo quando o professor sabia falar o idioma que ensinava. Entretanto, em português, línguas mortas e nas matemáticas, existiram mestres notáveis. Em disciplina interna, passara o tempo dos castigos corporais: advertência, suspensão e expulsão eram as penas". (4)

X X X

O Dr. Pinto de Abreu foi uma figura que poderíamos chamar de pedagogo nato. Mais professor do que bacharel, imprimiu reformas didáticas em nosso ensino, e por seu intermédio nasceria a Escola Normal definitiva. Benquistado como Diretor do Ateneu, nem por isso deixou de sofrer as conseqüências do eterno espírito de irreverência dos alunos. Conta Clementino Câmara (5) que, em seu aniversário, correram uma subscrição para o presente de praxe. Apenas Gotardo Neto, poeta emérito, colocou às escondidas, no pacote, estes versos:

“Eu, que à justiça não minto,
 porque respeito o seu brilho,
 Pr’a festa do doutor Pinto,
 assino um saco de milho”.

Professores de português, francês e latim, inigualáveis pela cultura, foram João Tibúrcio, Estevam Dantas, José Calazans Pinheiro. Em matemáticas, Manoel Garcia, Zózimo Platão de Oliveira Fernandes. Em química e física, dr. Vale Miranda, português de nascimento, e Dr. Joaquim Tôres; francês, Abel Barreto . . . e outros, que os sucederam, foram homens que prepararam cidadãos para todas as profissões da vida da Província e do Brasil.

João Tibúrcio, figura impressionante do saber da língua pátria, era capaz de recitar inteiro os Lusíadas e traduzir com perfeição e ainda falar o latim. Desleixado no trajar, sempre de charuto na boca, não perdia nunca uma aula, sen-

do pontualíssimo no cumprimento do dever. Aposentado depois de 58 anos de magistério, não suportou à perda do hábito e um mês depois estava morto.

Estevam Dantas, ou José Estevam Dantas, latinista profundo, antigo aluno do ATENEU, bacharel e licenciado em ciências filosóficas pela Universidade Gregoriana, Roma, monsenhor que seria príncipe da Igreja católica se mais tivesse vivido, fidalgo no aspecto e trato, foi ainda um conhecedor do grego, sendo consultado extra-fronteiras do Estado para traduzir complicados alfarrábios de línguas mortas, nas quais inclusive versejava com perfeição.

José Calazans Pinheiro, Monsenhor Calazans, sério, exigente, ensinava também Latim, como Geografia, Francês e Astronomia, matéria esta em que deixou um livro, único e perfeito para a época, escrito em colaboração com o Coronel Costa Pinheiro: — “Lições de Cosmografia.” — O Coronel Costa Pinheiro foi seu famoso irmão “Neco”, grande astrônomo e fixador de nossas fronteiras com o Marechal Rondon.

Monsenhor Calazans, nervoso e impertinente para com os alunos, tinha o costume de, após a lição anterior, na aula seguinte, iniciá-la arguindo a respeito, e quando o aluno embatucava, com sua voz nazalada, dizia: — Oh! senhor: “Legere et non intelligere, nom legere” (Ler e não entender, não é ler). Ou então, se o rapaz não sabia responder certo, acrescentava: — “Dicere et non probare, non dicere, senhor! (Afirmar e não provar não é afirmar). Por isto, estava sempre às turras com os pupilos. Certa vez, suspendeu por quinze dias o segundo-anista João Campos Café Filho, por infringir a disciplina escolar, faltando com o devido respeito ao professor. Jamais pensaria que o insubordinado seria Presidente da República.

Certa feita, à desforra pelas impertinências do querido mestre, os alunos pregaram-lhe uma peça. Sabiam que ela, para tornar a cadeira mais macia, colocava sobre o assento, pregado por baixo com cordões, um couro de raposa. Então, passaram um pouco de cola de marceneiro, da mesma côr do pelo do couro e espalharam-na discretamente por sobre o

assento. Monsenhor Calazans deu a aula enquanto a cola, com o calor, secando grudou o couro com a batina. No final, ao levantar-se, lá se vai o padre com cadeira e tudo de porta a fora, sobre estrondosa gargalhada da classe.

Como estes e mais outros, é que de seus esforços, dedicação e até sofrimentos, o ensino no Estado progredia, especialmente depois da República, quando, além da intensificação do primário, se abriram novas oportunidades para entrada do sexo feminino em todos os setores. Em 1903, fizeram exames de Humanidades no ATENEU as primeiras: Sidrônia de Carvalho, Maria Aminda Caldas, Edilbertina Filgueira e Albertina Avelino.

Nesse particular da mulher na vida estudantil, se a participação dela naquele ano foi pioneira no ensino misto, não pode ser olvidado o que representou como mestra de primeiras letras, e, logo mais, o papel de relevo no panorama das letras do Estado e do Brasil, como Izabel Gondim, Nísia Floresta Brasileira Augusta e Auta de Souza.

Professora, especialmente que foi, das três, Izabel Gondim, seguindo a tradição do pai, — Urbano Egídio da Silva Costa Albuquerque Gondim, lente do antigo ATENEU, chegou a escritora e poetisa de valor, com obras publicadas que a fizeram pertencer ao Instituto Arqueológico de Pernambuco e a primeira a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Estado, em 29 de julho de 1928. Como todas as mulheres avançadas em anos, não gostava de dizer sua idade. Dr. Janúncio Nóbrega, em certa homenagem pública a ela prestada, a certa altura do discurso, disse: — Hoje, dia de alegria. Hoje em que completais... — E voltando-se para ela: — Quantos, D. Izabel?" — ela imperturbável, respondeu: "Siga o seu brinde doutor Janúncio, siga o seu brinde"... Tendo lido Eurico Coelho, acrescentou: — "Devo ser muito velha, meu filho. Imagine que sou do tempo em que era falta de educação perguntar-se a idade dos outros".

* * *

Quando o ruste educacional republicano abalou o Brasil, é que outras instituições, pilasstras da formação de professores ainda existentes no Estado, começaram a surgir.

Em 1902, o Colégio da Imaculada Conceição das Irmãs Dorotéias.

Em 1903, o Colégio Diocesano "Santo Antônio", anexo à igreja do mesmo nome que, a partir de 26 de dezembro de 1929, foi entregue à direção dos Irmãos Maristas. Passando a lecionar em fevereiro de 1930, com o método francês do "Guide des Écoles", os maristas sob a direção do Irmão José Vey, tirariam a primazia secular do ATENEU na formação da juventude potiguar.

No governo do Dr. Antônio de Souza, finalmente, foi criado em definitivo o Grupo Escolar Modelo, conforme o decreto n. 174, de 5 de março de 1908, o que permitiu, em 29 de abril do mesmo ano, o funcionamento da Escola Normal instalada no mesmo prédio — (onde foi a Faculdade de Direito — Pr. A. Severo), já que a fundada em 8 de fevereiro de 1890 havia fracassado.

A 2 de agosto de 1912, o Colégio Sagrado Coração de Maria, em Mossoró. Pela Lei de 24 de abril de 1922, a Escola Profissional do Alecrim, ensinando serralharia, mercenaria, sapataria, funilaria.

Por Decreto n. 163, de 19 de janeiro de 1922, a Escola Normal de Mossoró, onde existia, anteriormente — fundado a 22 de março de 1901 —, o Colégio Diocesano Santa Luzia.

A Escola Doméstica de Natal instalava-se em 19 de setembro de 1914, mantida pela Liga de Ensino inspirada por Henrique Castriciano de Souza. Foi a primeira do Brasil, aos moldes das escolas Suíças, tendo como professores suíças, francesas, inglesas e norte-americanas. Ímpar e poderosa, no dizer de Câmara Cascudo, a Escola Doméstica de Natal é um dos mais altos e legítimos títulos de alegria educacional brasileira. Diplomou sua primeira turma em 1919, sendo paraninfo o Ministro Oliveira Lima. A 8 de setembro de 1919, a Escola Técnica de Comércio de Natal, a primeira no gênero, formando contadores. Em seguida, com currículo igual, outra feminina de pouca duração.

Para o interior, em Caicó, desde 1925 funcionava o Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus, como também, em Ceará-Mirim, o Colégio Santa Águeda e o Colégio do Carmo, respectivamente, em 1937 e 1941. Na cidade do Açu, a partir de 1927, o Colégio Nossa Senhora das Vitórias.

Ainda em Natal, tivemos o Colégio Pedro II sob a orientação do inesquecível Professor Severino Bezerra, em dias de agosto de 1927. Depois o Colégio "N. S. das Neves", no Alecrim, em 5 de agosto de 1932; o Colégio Salesiano, na Ribeira, ocupando a mansão doada por D. Inês Barreto, a partir de 1936; o Ginásio "7 de Setembro", fundado pela dedicação de Hemetério Fernandes Queiroz, em 1944; o Ginásio "São Luís" do Padre Eymard L. Monteiro, que iniciou as atividades em 1º de abril de 1946 e inaugurou o ciclo ginásial em 1º de abril de 1956; o Colégio "Maria Auxiliadora, em 2 de fevereiro de 1951, na Rodrigues Alves, Tirol; e, finalmente uma rede de Colégios Estaduais para atender a nova sistemática do ensino do 1º e 2º graus, também no interior.

* * *

Nessa progressiva educacional, a partir do princípio do século, evidentemente teria de haver a iniciativa de instalação de um curso superior entre nós. A Escola de Farmácia, criada pela Lei n. 498, de 2 de dezembro de 1920, foi a pioneiríssima. Foram seus alunos: Áureo Paiva, Álvaro Tôrres Navarro, José de Almeida Júnior e Óton Paulino de Santana. Só terminaram dois, em 1925: — Álvaro Tôrres Navarro e José de Almeida Júnior. Depois, fechou. Justificava a fama que possuímos: — "Natal, cidade do já teve".

Dos mestres dessa Escola dois tornaram-se em evidência: — o Dr. Vale Miranda, português radicado em Natal, conhecedor profundo da física e química, deixou entre nós vários produtos de sua especialidade, entre eles, o que ainda é vendido nas Farmácias: "Sanarina". O outro, o Dr. Joaquim Inácio Tôrres, também e sobretudo professor do "Atheneu" Proprietário da Farmácia Tôrres, ao tempo na esquina da Praça 7 de setembro com a Junqueira Aires, toda vez que desabavam as chuvas, esfregando as mãos dizia: "uma chu-

vinha dessas não dou por menos de 100 mil réis”, antevendo o lucro na compra de remédios contra a gripe. “Seu Tôrres como era conhecido, só dizia “ENTÃO” por “Entonce”, já ouviu por “joviu” e “ÓXIDO” por “OCHIDO”. Nas aulas práticas, anunciava sempre uma reação notável. Até que um dia, os seus alunos do Ateneu trocaram os frascos dos ácidos, e o resultado foi uma explosão terrível na sala. Emergindo da fumaça, cara negra e cabelos chamuscados, proclamou solene: — “É assim que morre um sábio”.

Merece destaque especial, naquela época, o nascer de uma escola de civismo inigualável: — A Associação de Escoteiros do Alecrim”, no dia 24 de junho de 1917. Foram seus fundadores, Henrique Castriciano, Meira e Sá, Elói de Souza, Moisés Soares, Comandante Monteiro Chaves, e aquele que a dirigiu até a morte em 13 de agosto de 1967, — o Professor Luís Soares Correia de Araújo, exemplo de dedicação à juventude potiguar, encaminhando-a na trilha da moral cristã e de amor às nossas tradições.

Depois de 1934, mudaram os currículos para ingresso no Curso Superior. Acabaram com as Humanidades; com o regime de madureza. Sucederam-se transformações outras de conclusões de cursos, como os de cinco anos do ginásial para mais dois pré-Universitários, posteriormente transformados em ciclos ginásial e colegial, hoje obsoletos em razão da última reforma estabelecendo o ensino de 1º e 2º graus.

Mas, em quaisquer circunstâncias, chegar aos bancos acadêmicos somente era permitido a quem tivesse situação econômica capaz; quem fosse sustentado pelos pais, ou conseguisse afanar-se num emprego com tempo para estudar, podia aspirar a esse ideal concretizando-o em Recife, Fortaleza, Salvador ou mesmo Rio de Janeiro. Daí, muitas vocações natas perdidas.

Por fim, ao término da década de 40, o Ensino Superior entre nós firmou-se definitivamente. A segunda Faculdade de Farmácia, em conjunto com a de Odontologia, idealizada pelo Professor Luiz Soares Correia de Araújo, é instituída pelo Decreto-Lei nº 684, de 3 de fevereiro de 1947, do então

Interventor Federal Gal. Oreste da Rocha Lima; — Faculdade de Direito (Lei Estadual nº 149, de 15.8.1949); Faculdade de Medicina, iniciativa da Sociedade de Assistência Hospitalar do Estado (Resolução de 29 de janeiro de 1955), autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 37.931 de 20.09.55, do Presidente Café Filho; Escola de Engenharia (Lei Estadual nº 2.045 de 11-9-1957); e a Faculdade de Educação, depois Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal fundada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (12.3.1955) instalou-se em 27.12.56 face o reconhecimento Federal pelo Decreto nº 40.573, de 18.12.1956. Este núcleo inicial, e mais a Escola de Serviço Social, escola particular funcionando desde 02 de junho de 1945, motivou a formação da Universidade graças os esforços do Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, seu primeiro Magnífico Reitor. A fundação ocorreu face a Lei Estadual nº 2.307, 25.06.1958, e funcionamento aprovado pelo Decreto-Federal nº 45.116, de 26 de dezembro do mesmo ano. No dia 18 de dezembro, pela Lei nº 3.849, estava incorporada ao Ministério da Educação.

Progredindo sempre, a partir dessa época, a Universidade criou, incorporou, ou agregou outras Unidade dispersas como Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo” (Lei Estadual nº 2.694, de 22/11/60); Instituto de Biologia Marinha (Res. Cons. Univert. 4/10/62); Escola de Música (Res. nº 6, de 19-1-62 Cons. Univest.); Colégio Agrícola de Jundiá, fundado em 7/12/49 e transferido à Universidade pelo Dec. Federal nº 61.162; Escola Doméstica de Natal, ensino médio fundada em 1º de setembro de 1914, agregada em 22.6.1962; e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal (30.9.1957), federalizada pelo Decreto nº 1021 de 19/7/62. Órgãos suplementares surgiram: — CRUTAC, que adotou programa de interiorização dos seus diversos cursos, segundo o qual o estágio dos estudantes concluintes passou, em parte, a ser realizado numa área de doze Municípios da região do Trairi, mediante criação de condições de treinamento útil nos setores profissionais respectivos (instalação em 2.8.66); e o SEPA, serviço de Psicologia Aplicada, em 15.8.65. No decurso de 75/76, ainda incorporou as Faculdades de Jornalismo e Sociologia, pertencentes à Fundação “José Augusto”.

O Campus, verdadeira cidade Universitária, idealizado, executado e iniciada a sua instalação em 1972, fruto do esforço e dedicação do Prof. Genário Fonseca, então Reitor, em razão da nova estrutura do Ensino Superior, aglutinou os cursos em cinco Centros: de Ciências Exatas e Naturais, de Ciências Humanas, Letras e Artes, de Tecnologia, de Ciências da Saúde e de Ciências Sociais Aplicadas, que acolhe, anualmente, em seus diversos cursos de formação, mais de 1.500 novos alunos e entrega, devidamente qualificados, aproximadamente, 900 professores e profissionais, tais como — na Área Biomédica — Biólogo, Dentista, Prof. em Educação Física, Enfermeiro, Farmacêutico, Médico e Nutricionista; na Área Humanística — Bacharel em Direito, Assessor-Secretário Executivo, Artista Plástico, Bacharel e Licenciado em Letras, Comunicólogo em Teatro, Contabilista, Economista, Licenciado em Geografia, História, Historiógrafo, Jornalista, Licenciado em Pedagogia, Administrador Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Músico, Professor dos 1º e 2º graus do ensino médio, Professor de Estudos Sociais e Técnico em Administração; na Área Tecnológica — Arquiteto, Engenheiro, Estatístico, Físico, Geólogo, Matemático, Professor de Ciências, Químico, Tecnólogo em Administração de Empresa Rural, Tecnólogo em Aquacultura, Tecnólogo em Cooperativismo, Tecnólogo em Indústria Têxtil.

A dinâmica dos Governos Federais, de 1964 até hoje, tem dado prioridade ao setor da educação, e, por isso mesmo, como ocorre noutras partes da Federação, a ação Universitária não se restringe somente a comunidade em que ela atua, porém permite à formação de outros centros universitários nas regiões de densidade demográfica acentuada. Essa política permitiu, no Estado, fossem instalados, na Zona Oeste, além da Universidade Regional de Mossoró, os núcleos avançados de Açu e de Caicó.

Na atual gestão do Reitor Domingos Gomes de Lima, diz ele, que “a conscientização dessa realidade tem feito com que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte venha adotando procedimentos eminentemente pragmáticos, implementando respostas de caráter conjuntural e doutrinário, através de um modelo comportamental de efetiva validade

para a renovação ou dinamização dos fatores próprios do macro-sistema social em que se encontra inserida. Essa visão implica o atingimento dos seguintes objetivos: — a) elevação dos seus níveis de eficiência educacional e administrativa; b) desenvolvimento da pesquisa pura e aplicada, voltada para a identificação e aproveitamento das potencialidades regionais; c) formação de profissionais, atendendo à demanda do mercado regional, para instrumentalização do desenvolvimento da Região e do País; e, d) integração da Universidade à comunidade, estendendo a esta os resultados e benefícios próprios da Instituição.

* * *

Quanto à formação do professor, podemos apontar o ano de 1950, como o marco inicial da reestruturação do magistério para os ciclos médio e superior com a obrigatoriedade de cursar as Faculdades de Educação. Antes, toda aquele que por vocação entregava-se ao mister, tendo concluído o curso secundário, podia requerer o seu registro nas disciplinas que lecionava, sujeito a prova do exercício em tantos anos, atestada a sua eficiência e honorabilidade perante o MEC.

Após 1956, para várias regiões do País, onde havia deficiência de professores formados e na falta de órgãos de formação, o MEC estabeleceu o exame de suficiência (CADES). Os candidatos possuidores de cursos superior, secundário ou comercial, freqüentavam em dois meses disciplinas de Didática Geral, Didática Especial e conteúdo das matérias escolhidas e, afinal prestavam exames escrito, oral e prático. Sendo aprovados, recebiam os respectivos registros para lecionarem nos Cursos Comercial e Secundário (ginásial e colégio). Hoje, praticamente, está extinto.

Todavia, somente com a criação do regime universitário, adotando uma sistemática educacional calcada numa didática moderna e dinâmica, é que foi possível proporcionar o melhor preparo técnico dos seus graduados, sobremaneira dos seus professores que vão atuar na área do ensino básico, célula principal de formação daqueles que pretendem chegar aos bancos acadêmicos.

A professora doutora Maria Izaura de Medeiros Pinheiro, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Educação, é quem explica essa transformação: —

“— A Universidade Federal do Rio Grande do Norte refletiu, de início, quanto à execução do ensino, a situação característica da Universidade Brasileira”.

“— Partia-se do falso pressuposto de que o especialista numa determinada área do saber, era capaz de exercer a docência ministrando aulas do conteúdo no qual havia aprofundado estudos ou possuía uma experiência profissional mais rica. Conseqüentemente fortaleceu-se uma metodologia tradicional operacionalizada, basicamente, através da técnica expositiva. No ensino das disciplinas que demandavam as chamadas “aulas práticas”, as “preleções” eram seguidas de experimentos o que de uma certa maneira, concretizava objetivos de aplicação”.

“— As mudanças que vinham se operando no ensino em conseqüência da divulgação de princípios da Psicologia da Aprendizagem e, principalmente, reivindicações estudantis clamando por um ensino mais efetivo, repercutiram na nossa Universidade. Professores de outros Estados, a convite das então Faculdades, aqui ministraram cursos intensivos de Didática. Posteriormente, no ano de 1968, houve a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal da Fundação “José Augusto”, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contando com grande número de professores licenciados que ministravam disciplinas pedagógicas nos diversos Cursos de Licenciatura. A partir daí esses professores passaram a ser solicitados pelas Faculdades para ministrarem cursos de “Didática do Ensino Superior” — (Odontologia, Medicina, Serviço Social, Farmácia. Ciências Econômicas)”.

“— Eram, entretanto, cursos que simplesmente se limitavam a análise de métodos e técnicas aplicáveis ao Ensino Superior. Com o advento da Reforma Universitária houve preocupação em reformular a estrutura didática da Universidade para adaptá-la a uma nova realidade.”

“— Uma nova sistemática de avaliação foi implantada, passando-se a adotar conceitos. A criação do Ciclo Básico constituiu, num certo sentido, uma pressão para unificação de procedimentos de ensino e coerência entre os conteúdos programáticos. A determinação de pré-requisitos evidenciou a necessidade de determinar comportamentos iniciais”.

“— A preocupação, hoje dominante, de fazer do ensino uma atividade cientificamente embasada, sensibilizou o professor para adotar uma nova atitude em sala de aula. Sentindo que o simples “fazer didático” não satisfaz, começaram os professores a buscar uma explicação para os procedimentos preconizados pelo ensino novo, na forma adotada em recente Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, determinando modificações nos programas a serem desenvolvidos nos cursos de aperfeiçoamento e especialização. O uso de recursos de visualização foi sensivelmente ampliado. Surgiram experiências com o modelo não diretivo de ensino e algumas disciplinas experimentaram modelos de ensino personalizado”

“— No primeiro período do ano letivo de 1976, professores de diversas áreas frequentaram um Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior. No segundo período o mesmo Curso está sendo realizado, contando com a participação de professores. A responsabilidade de coordenar e ministrar estes Cursos foi atribuída ao Departamento de Educação”.

“— Atualmente, para tornar exequível a aplicação de novas normas sobre avaliação, as quais põem ênfase na avaliação por objetivos, está sendo desenvolvida uma programação capacitando professores para adotar esse processo”. —

Com a Universidade formada e formando dessa forma então aquela frustração de que muitos entre nós sofreram por não poderem alcançar o grau superior, desapareceu, porque ela, hoje, no dizer do ex-Ministro da Educação, senador Jarbas Passarinho, — “deixou de ser mero repositório de conhecimentos a serviço da aspiração de saber de uma elite, para se transformar num instrumento que satisfaça a aspiração da sociedade, ao progresso, cada vez mais aberta aos pobres”. Aberta a todos, dizemos nós, indiscriminadamente, só faz uma

exigência moralizadora: — capacidade. Honestidade e eficiência profissional, são atributos conseguidos no estudo e exemplos dos seus mestres.

A evolução técnica e científica, a especialização conseguida no curso universitário acabou com a figura do mestre enciclopédico e requisitado para toda obra. A instrução, ministrada dentro das referidas modalidades didáticas, valorizou o conhecimento humano formados de novas categorias profissionais e orientou a juventude em busca de vocações autênticas.

A carreira do magistério, também, a partir daquele momento, sofreu substancial transformação, melhorando sensivelmente a partir dos 12 últimos anos, quando foi colocada em igualdade, quer como funcionário público ou empregado, em direitos e obrigações, a outros cargos de funções empregatícias, recebendo os benefícios e assistência previdenciária possíveis, como ocorre em todo o Brasil. Mas, aguarda ainda a fiel concretização do "Programa de Metas" do Governo Federal para sentir-se verdadeiramente recompensada do seu alto valor social, como explica João de Scantimburgo, em "Tratado Geral do Brasil": — "O magistério terá sua parte nessa obra, que se nos antefigura gigantesca. Ninguém ignora que o professor de todos os níveis é mal remunerado em nosso País, que chega ele ao sacrifício, para cumprir a sua missão transfiguradora da inteligência. Vencimentos ou salários baixos, condições de trabalho não raro péssimas, sobretudo no interior, onde jovens professores não têm, muitas vezes, onde habitar e comer decentemente. O "Programa de Metas" se preocupa com o problema e vai se ocupar dele. O professor terá que ganhar mais e dispor de assistência, graças à qual o exercício da profissão educativa seja menos penosa, não dependente, exclusivamente, de um fator sujeito a mudança, como a vocação".

Vê-se, assim, que a administração brasileira de agora, consciente de sua imensa responsabilidade, toma a educação no seu verdadeiro sentido, o de alavanca do desenvolvimento, como processo de reforma integral da nação, como força pra elevá-la a condição de grande potência, à qual seremos em breve tempo.

B I B L I O G R A F I A

- 1) LYRA — Augusto Tavares de.
História do Rio G. do Norte.
Edição Typographia Leuzinger Ltda — RJ. 1921.
- 2) CASCUDO — Luís da Câmara.
História da Cidade do Natal.
Edição Prefeitura do Natal — 1947
História do Rio G. do Norte.
Edição MEC. Imprensa Nacional — 1958.
- 3) CAVALCANTI — Mário.
Tragédia do Mestre Escola. Imprensa
Oficial. Edição — 1952 — Natal RN.
- 4) CÂMARA — Adauto.
Ateneu Norte-Riograndense.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Norte — Vol. LI — 1954 — pag. 10.
- 5) CÂMARA — Clementino
Romance do Ateneu Norte-Riograndense
Tip. Galhardo — 1945 — Natal — RN.
- 6) FAGUNDES — Antônio
O Ensino no Rio Grande do Norte.
Rev. do Inst. Histórico e Geográfico do
Rio Grande do Norte.
Vol. LIII, pág. 47
- 7) LEITE — Serafim
Suma Histórica da Companhia de Jesus
no Brasil
Ed. Junta de Investigação Ultramarina
— Lisboa. 1966
- 8) Publicações do Mec e Universidade Federal do RGN.
- 9) Documentos do Arquivo do Inst. Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

NECROLÓGIOS

- 1 — **Ernesto de Mello Baptista** (Sócio Correspondente)
- 2 — Data e lugar de nascimento: 15 de dezembro de 1907
Natal, Rio Grande do Norte
- 3 — Filiação: Senhor José Luis Baptista, Engenheiro Civil
Piauí, 1879 — 1958.
- 4 — Estado Civil: Casado com a senhora Lygia Varella de
Mello Baptista — Rio Grande do Norte, 1924.
- 5 — Estabelecimentos de ensino que cursou: Externato Bur-
larmaqui Moura (Rio de Janeiro); Escola Naval (Rio
de Janeiro); curso de especialização de Oficiais da Ar-
mada (Rio de Janeiro); Escola de Guerra Naval (Rio de Ja-
neiro); Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro); “Sub-
Chaser Fraining center” (Miami, Estados Unidos), “Fleit
Sound School” (Key West, Estados Unidos).
- 6 — Data de Admissão à Marinha: 11 de abril de 1925.
- 7 — Carreira
Escola Naval — 1925 a 1928
Guarda — Marinha — 20/12/1928
2º Tenente — 03/10/1929
1º Tenente — 27/08/1931
Capitão — Tenente — 16/08/1933
Capitão de Corveta — 07/05/1943
Capitão de Fragata — 25/07/1949
Capitão de Mar e Guerra — 30/01/1954
Contra-Almirante — 09/03/1959
Vice-Almirante — 18/02/1964
Almirante de-Esquadra — 11/10/1968.

8 — Comissões:

Encarregado de Navegação do Cruzador "Bahia"; Instrutor na Escola Naval; Imediato do Navio — Mineiro "Camaguau"; Comissão Naval Brasileira em Miami (Estados Unidos); Fundador e encarregado do centro Instrução de Taipica Anti-Submarina; Chefe da divisão do Planejamento da diretoria de ensino; Comandante do Contratorpedeiro de Escolta "Babitonga"; Chefe do Departamento de Hidrografia da Diretoria de Hidrografia e Navegação; Capitão dos Portos do Rio Grande do Norte; Imediato da Base Naval de Natal; Comandante da Base Naval de Natal; Comandante do Brigue-Barca Navio-escola "Guanabara"; Planejador Militar na Comissão de Construção de Bases Navais; Presidente da Comissão de Fiscalização da Construção de Navios no Japão; Comandante do Cruzador ligeiro "Tamandaré"; Comandante do 4º Distrito Naval; Sub Chefe de Organização e de Operações do Estado-Maior da Armada; Ministro de Estado dos Negócios da Marinha; Membro do Almirantado; Diretor-geral de Hidrografia e Navegação (duas vezes); Delegado Plenipotenciário do Brasil a IX Conferência Hidrográfica Internacional (Mônaco, 1967); Diretor-geral do Material da Marinha (1º diretor-geral).

Comissão de reembarque:

Cruzador "Bahia" (três vezes), encouraçado "Minas Gerais"; Navio-auxiliar "Vital de Oliveira" encouraçado "Floriano"; Tender "Clara"; Cruzador "Rio Grande do Sul"; Navio-Hidrográfico "Rio Branco"; Navio-escola "Almirante Saldanha"; Navio-Mineiro "Camaguau"; contratorpedeiro de escolta "Babitonga"; Brigue-Barca Navio-escola "Guanabara"; Cruzador ligeiro "Tamandaré".

9 — Sociedades Culturais de que é membro:

Instituto Técnico Naval (Rio de Janeiro);

Sociedade de Geografia (Rio de Janeiro); Liceu Literário Português (Rio de Janeiro); V.S. Naval Institute (Anápolis, Estados Unidos).

10 — Estudos e Trabalhos publicados:

Noções de Cartografia, Revista Marítima Brasileira números 5 e 6 de 1936; Reeditado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação em 1948.

— Alguns problemas de Marinharia, Revista Marítima Brasileira, números 7 e 8 de 1938.

Cinemática Naval, Revista Marítima Brasileira, números 5 e 6 de 1940.

Guia de Formação Marinheira (Livro texto para o corpo do Pessoal Subalterno — 1ª Edição 1941, da Diretoria de ensino Naval do Ministério da Marinha.

— Algumas idéias sobre a Organização do Corpo da Armada, Revista Marítima Brasileira, números 1, 2 e 3 de 1947.

— Projectis Dirigidos, Revista do Clube Militar, agosto de 1949. E outros trabalhos.

11 — Condecorações:

— Medalha Militar de ouro com Passadeira de Platina

— Medalha de Serviços de Guerra com duas estrelas.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial

Ordem do Mérito Jurídico Militar, Alta Distinção

Medalha do Mérito Tamandaré

Ordem do Mérito Democrático, Supremo Oficial

Medalha cidade de Belém (Pará)

Medalha do mérito Timbira (Maranhão)

Era “Sócio correspondente” do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, desde março de 1971, por proposta de Enélio Lima Petrovich, Câmara Cascudo e Manoel Rodrigues de Melo e Hélio Galvão.

Faleceu em 14 de outubro de 1973.

(A Redação da Revista)

ABELARDO CALAFANGE

Abelardo Calafange, que ontem, morreu, não foi um homem qualquer. Ele pertenceu à estirpe que vai ficando rara, dos homens que se projetam na vida por força das próprias virtudes.

Médico pediatra, ao lado de Varela Santiago e Silvino Lamartine, por quase quarenta anos trabalhou, com a dedicação e o desinteresse daquela nobre equipe que Varela Santiago soube formar, no antigo Instituto de Assistência e Proteção à Infância hoje Hospital Infantil. Não enriqueceu no exercício da medicina, porque em seu consultório, como no daqueles outros médicos — José Ivo, Luiz Antonio, Januário Cicco, Ricardo Barreto, para só falar de mortos — o cliente entrava sem pagar e pagava depois de atendido, quando podia pagar.

Político, sua destacada atuação, sua destemerosa coragem, sua inconfundível presença, sua palavra franca marcaram atitudes positivas, definições irrecorríveis: a ambiguidade não fazia parte de seus atributos. Deputado estadual a duas Constituintes (1934 e 1947), deixou o sinal de sua passagem nas duas constituições em que colaborou. Desde a mocidade, se havia engajado no grupo político liderado pelo falecido presidente Café Filho. Divergindo de seus companheiros, em ponto que considera invulnerável na ética partidária, até chegando aos limites da honra pessoal, sem hesitações desligou-se do partido e tão convencido estava da lisura de seu gesto que as razões da atitude deixou à posteridade, em pequeno livro que então escreveu. Quando, no Estado, se esboçava a sucessão do Governador José Varela, ficou ainda na oposição. Os partidos locais cindiram-se e a jovem figura de Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia surgiu como denominador comum, com a força convocadora para atrair as dissidências, entre as quais estava Abelardo Calafange, trabalhador de primeira hora. Posto na legenda que então se compôs do Partido Republicano, concorreu a uma cadeira de deputado federal, ficando na primeira suplência, situação que o levou à Câmara dos Deputados.

No Governo Aluísio Alves foi Secretário de Estado da Saúde, Secretário da Segurança Pública, por alguns meses e por fim Diretor do Instituto de Previdência do Estado.

Médico do antigo Instituto dos Comerciantes, exerceu a Comissão da chefia dos respectivos serviços a ordem que pretendeu colocar no caos, a disciplina que procurou implantar, a pontual exatidão dos deveres, desencadearam uma luta cruel e mesquinha ao seu redor, uma onda de incompreensões e malquerenças, tornando-o uma figura incômoda que convinha afastar. Entre a opção de concordar que o serviço médico da autarquia fosse apenas uma sinecura ou um bico, em vez de um emprego sério e exigente, e o afastamento como solução, preferiu esta última: saiu vencido, prestigiado por alguns colegas dos mais ilustres expressivos. No hospital de Pescadores depois dirigiu, imprimiu aos serviços a mesma nota de seriedade e zelo.

Passando por tantos lugares, exercendo tantas funções, delas não se beneficiou, bom exemplo de que a classe política tem seus homens, seus valores positivos, com o sentido da honestidade pública, da verticalidade das posições, da postura no desempenho das missões que recebe.

Na Assembléia Legislativa, liderando pequena bancada da oposição, a objetividade das intervenções, a firmeza das atitudes, a intransigência nos princípios, a inteligência aberta e clara servindo à palavra oportuna — todos esses dotes o fizeram um parlamentar que seus adversários respeitavam e dele mais de uma vez foi dito que, sozinho, valia por uma bancada.

Sua sólida cultura, e a inteligência versátil, muitas vezes o conduziram no debate parlamentar a tratar temas que não estavam na linha de sua formação universitária. Mas o fazia com desenvoltura e segurança. Poeta de formação clássica deixou produção numerosa, em jornais e revistas. Jornalista, desde o comentário leve à nota editorial muitas vezes fazia sozinho o seu jornal. Quem escreve estas linhas, pode testemunhar o escrúpulo que tinha na divulgação de fatos trazidos à redação por terceiros, quando visavam situações pessoais ou morais do adversário, ainda que o menos qualificado.

Presidindo mais de uma vez a Sociedade de Medicina e Cirurgia, deu brilho e realce àquela instituição, contribuindo para investigação científica, como se constata por algumas monografias que deixou: "Síndrome pilórica: pseudo estenose

do piloto;" "Nossos problemas de saúde pública"; Pela defesa da criança natalense;" "Balantidiose em Natal;" "Infância abandonada;" "Mortalidade infantil em Natal;" "Tuberculose no lactente;" e outras.

Estes quartetos de soneto seu prestam-se bem às circunstâncias de sua morte:

Minha Nossa Senhora: daime alento
Para eu subir da vida esta montanha,
Pois sinto dentro d'alma o sofrimento
E já me invade uma agonia estranha

Eu me sinto cansado e o desalento
É sol sem luz que a minha vida banha,
Em vão eu fico quieto e mudo e atento
Dentro da noite desta dor tamanha...

O dr. Abelardo Calafange nasceu em Canguaretama a 27 de junho de 1904, filho de Cromacio Calafange e Maria Marques Colafange.

Fez os estudos preparatórios na capital da Paraíba, iniciou o curso médico no Recife mas diplomou-se pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

Casado em segundas núpcias, deixa uma filha, Maria Varela Calafange Mota, esposa do sr. João Francisco da Mota Filho e Adelmo Calafange, residente em São Luiz.

O falecimento ocorreu às 12,00 horas de ontem, no Hospital Prof. Luiz Soares, e ontem mesmo teve lugar o sepultamento no Cemitério Parque. O cortejo fúnebre saiu da capela do Hospital.

É seu irmão o sr. Jorge Calafange, funcionário aposentado do Ministério da Fazenda e são seus sobrinhos os senhores Ossian Calafange, também aposentado do Ministério da Fazenda, em João Pessoa, e Mozart Calafange, fazendeiro e industrial em Canguaretama.

O dr. Abelardo Calafange era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (In "Tribuna do Norte" Natal-5-abril-1974).



Publicação do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Norte,
com a ajuda do Conselho Federal de
Cultura.

Composto e impresso
na Gráfica Manimbu -
Rua Açú, 666 - A
Natal-Rn — 1978.